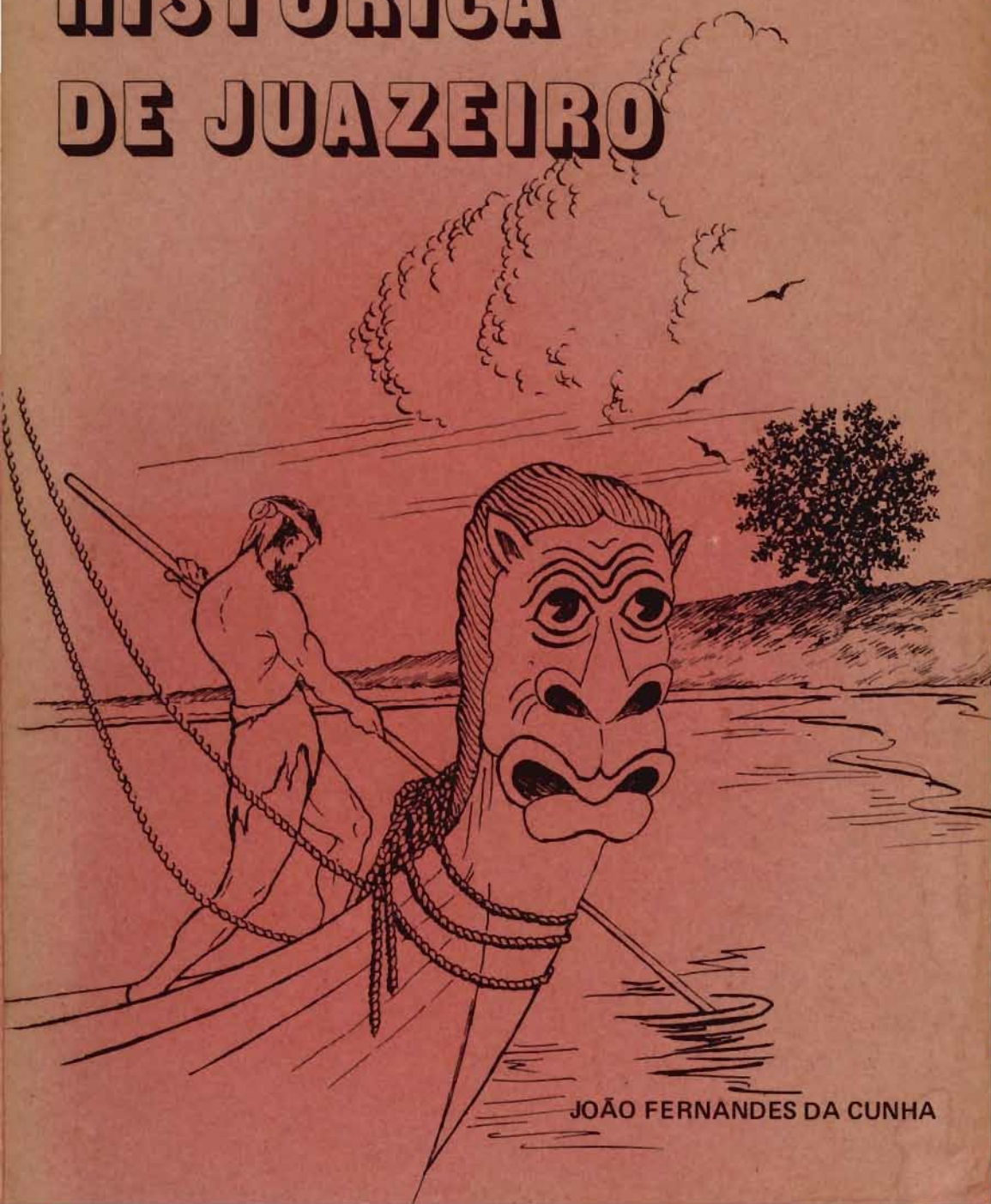


# MEMORIA HISTORICA DE JUAZEIRO



JOÃO FERNANDES DA CUNHA

**MEMORIA**

**HISTORICA**

**DE JUAZEIRO**

**JOÃO FERNANDES DA CUNHA**

**DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA  
DO INSTITUTO GENEALÓGICO DA BAHIA**

CAPA: FERNANDO DINIZ

**Cópia digital fiel, para fins de preservação, realizada por  
Albano Souza Oliveira em Salvador – BA, Maio de 2012.**

Tendo em vista a manutenção da integridade e a autenticidade do documento original, somente foram feitos ajustes de brilho, contraste, cor e definição. Ressalta-se, porém, que foi eliminada da página 1 a assinatura da proprietária e na página 3 a dedicatória do autor.

Por favor, utilize esta obra apenas para fins não comerciais e lembre-se de atribuir créditos ao autor e ao responsável pela digitalização.

## O F E R E N D A S

### **À MEMÓRIA DOS MEUS PAIS**

*Que me ensinaram a ver no esforço individual e no trabalho perseverante e honesto a maior fonte de bem estar.*

### **À MEMÓRIA DE MINHA INESQUECÍVEL ESPOSA WALDMÉA**

*Companheira devotada de trinta e dois anos, cuja abnegação ao lar, ao seu esposo e aos nossos filhos, foi um grande esteio em minha vida, ajudando-me, com o seu amor, bondade inexcedível, carinho e tranquilidade, a constituir uma família unida e feliz.*

### **À MINHA QUERIDA ESPOSA EDITE**

*Que muito afetuosamente e com uma bondade imensa, restabeleceu-me a alegria de viver, e que tanto me incentivou e colaborou no preparo e na revisão deste livro.*

### **AOS MEUS FILHOS E AOS MEUS IRMÃOS**

*Como um exemplo, para que eles amem a sua terra com igual devotamento.*

### **AOS MEUS CONTERRÂNEOS**

*Como significação do meu apreço, indistinto, a todos e a cada um deles, no sentimento de solidariedade que nos deve aproximar e unir em torno do nome e dos interesses da Terra comum.*



# Í N D I C E

## CAPÍTULO I

### ORIGEM DO POVOAMENTO

– O 1º Garcia D'Ávila . . . . .	15
– A Casa da Torre . . . . .	15
– O 2º Garcia D'Ávila . . . . .	16
– Antonio Guedes de Brito . . . . .	18
– Bandeirantes: Belchior Dias Moréa e Pedro Barbosa Leal . . . . .	18
– Estrada da Passagem do Juazeiro . . . . .	19
– O 2º Francisco Dias de Ávila . . . . .	20
– A revolta dos índios Guaiquais e Galaches . . . . .	20
– Frei Martin de Nantes . . . . .	21
– Confederação dos Cariris . . . . .	22
– O 3º Garcia D'Ávila . . . . .	23
– Estrada do Pontal . . . . .	24

## CAPÍTULO II

### JUAZEIRO DE NOSSA SENHORA DAS GROTTAS

– Extinta a Missão de Juazeiro, Elevação a Fraguesia. . . . .	30
– O primeiro Vigário de Juazeiro. . . . .	30
– A 2a. Igreja de Nossa Senhora das Grotas. . . . .	30
– Vicariato de Juazeiro . . . . .	32
– Confrarias Religiosas . . . . .	33
– Capelas . . . . .	33
– Criação da Diocese. . . . .	34
– O Primeiro Bispo Diocesano . . . . .	37
– Uma Figura à parte – O Monsenhor José Gilberto de Luna . . . . .	37

## CAPÍTULO III

### EVOLUÇÃO POLÍTICA

– No Período Colonial . . . . .	41
– No Império: Elevação a Vila e Instalação da 1a. Câmara Municipal . . . . .	41
– Atos iniciais da 1a. Câmara Municipal . . . . .	41
– Primeiros Servidores Públicos . . . . .	42
– A Guarda Nacional . . . . .	42
– Território do Município . . . . .	43

– Outros Serviços e Obras Públicas . . . . .	44
– As demais Câmaras Municipais . . . . .	45
– Elevação à Categoria de Cidade . . . . .	50
– Crônica da época da Elevação a Cidade . . . . .	50
– Depois da Elevação da Vila à Categoria de Cidade: Câmaras de Vereadores . . . . .	52
– Na República: Proclamação da República . . . . .	53
– Conselhos Municipais . . . . .	55
– Juazeiro e a Revolução de 1930 . . . . .	60
– Prefeitos e Câmaras de Vereadores depois da Revolução de 1930 . . . . .	63
– A nossa linhagem . . . . .	70
– Honra à Memória de Aprígio Duarte Filho . . . . .	72

## CAPÍTULO IV O PODER JUDICIÁRIO

– Na Colônia . . . . .	81
– No Império . . . . .	81
– Comarca de Sento-Sé . . . . .	82
– O Terror Contra a Justiça . . . . .	82
– O Promotor Fernandes da Cunha . . . . .	85
– Criação da Comarca de Juazeiro . . . . .	88
– Juizes e Promotores na Monarquia . . . . .	90
– Juizes e Promotores na República . . . . .	91
– Elevação da Comarca à 2a. Entrância . . . . .	93
– Elevação à 3a. Entrância . . . . .	93

## CAPÍTULO V EVOLUÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL

– Estrada de Ferro da Bahia ao São Francisco . . . . .	97
– A Bahia and São Francisco Rail-Way Company . . . . .	100
– Novamente a Ação de Fernandes da Cunha . . . . .	101
– Ainda uma vez Fernandes da Cunha . . . . .	105
– Inauguração da Estrada de Ferro . . . . .	106
– A Estação da Estrada de Ferro . . . . .	109
– Novas denominações da Estrada . . . . .	110
– A Navegação no Rio São Francisco . . . . .	111
– O 1o. Navio a Vapor . . . . .	111
– O 2o. Navio a Vapor . . . . .	112
– Desobstrução das Cachoeiras de Bôa Vista e Sobradinho . . . . .	112
– Privilégio para Navegação do São Francisco . . . . .	113
– A Navegação do Estado . . . . .	113
– Empresa Viação do São Francisco . . . . .	114

– Navegação do Rio Preto . . . . .	144
– A Frota de Vapores da Empresa Viação do São Francisco . . . . .	144
– Arrendamentos da Empresa Viação do São Francisco . . . . .	117
– Dirigentes, Servidores e Comandantes dos Vapores da Empresa Viação do São Francisco . . . . .	117
– As Carrancas do São Francisco . . . . .	121
– Outras Empresas de Navegação . . . . .	122
– Instrução Pública no Império: A 1a. Escola Primária . . . . .	122
– A 2a. Escola Primária . . . . .	125
– Primeiros Professores Primários Diplomados . . . . .	125
– Na República . . . . .	126
– A 1a. Escola Pública Municipal . . . . .	126
– O Primeiro Grupo Escolar . . . . .	126
– O Segundo Grupo Escolar . . . . .	126
– Ainda as Escolas Municipais . . . . .	127
– O Ensino de Grau Médio . . . . .	127
– Associação Educacional Dr. José Inácio da Silva . . . . .	128
– Ginásio Rui Barbosa . . . . .	128
– Complexo Escolar Lomanto Júnior . . . . .	129
– Colégio Municipal Paulo VI . . . . .	129
– O Ensino Superior . . . . .	130
– Em Memória de Três Grandes Educadores . . . . .	131
– Luiz Cursino da França Cardoso . . . . .	131
– Aristóteles Pires de Carvalho . . . . .	132
– Agostinho José Muniz . . . . .	133
– O Teatro . . . . .	134
– O Teatro Santana . . . . .	135
– O Cine-Teatro São Francisco . . . . .	136
– A Imprensa . . . . .	136
– Pioneiros da Imprensa . . . . .	137
– O 1o. Jornal – O SERTANEJO . . . . .	137
– A Cidade de Juazeiro . . . . .	137
– Outros Jornais . . . . .	138
– O Correio do São Francisco . . . . .	138
– Principais Colaboradores do Correio do São Francisco . . . . .	138
– Dois Filhos de Juazeiro . . . . .	138
– Joaquim Luiz de Queiroz . . . . .	138
– José Inácio da Silva . . . . .	139
– Diário de Juazeiro, e outros . . . . .	141
– A Folha do São Francisco . . . . .	141
– A Crisálida . . . . .	141
– A Luta – O Eco – e O Trabalho . . . . .	142
– O Arauto . . . . .	142



– O Juazeiro . . . . .	143
– Novos Órgãos da Imprensa . . . . .	143
– O Rivale . . . . .	143
– Jornal de Juazeiro . . . . .	144
– Rádio de Juazeiro . . . . .	144
– Outros Jornalistas Juazeirenses. . . . .	144
– Clube Comercial de Juazeiro . . . . .	146
– A Santa Casa de Misericórdia. . . . .	147
– Filarmônicas em Juazeiro . . . . .	152
– Sociedade Filarmônica 28 de Setembro . . . . .	153
– Sociedade Filarmônica Apolo Juazeirense . . . . .	153
– As Tradições da “28” e da “Apolo” . . . . .	155
– Os Antigos Clubes Carnavalescos . . . . .	156
– Sociedade Beneficente dos Artífices Juazeirenses. . . . .	157
– Compositores Modernos . . . . .	158
– O São Francisco Country Club. . . . .	159
– Outras Associações . . . . .	160
– Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Juazeiro . . . . .	160
– Companhia Telefônica do São Francisco . . . . .	161
– Juazeiro – Distrito Industrial. . . . .	162
– Epílogo . . . . .	164

## PREFÁCIO

*Em comemoração ao quarto centenário da fundação da Cidade do Salvador, transcorrido no ano de 1949, resolveu o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia promover, como parte das festividades programadas, a realização do Primeiro Congresso de História da Bahia, inserindo no respectivo temário a história de municípios baianos.*

*Resolvemos, assim, preparar e apresentar àquele silogeu da cultura nacional, o estudo que intitulamos **Município de Juazeiro (Bahia)**.*

*A elaboração daquele trabalho teve caráter pioneiro, porque, até então, nenhuma publicação existia, versando a história de nossa terra, mas, fomos regamente pagos do esforço dispendido, naqueles idos de nossa juventude; de um lado, pelo acolhimento que mereceu do mágo certame, com a sua aprovação e inclusão nos Anais do Congresso; de outro, por haver sido Juazeiro o único município que teve a sua história estudada naquele memorável conclave e havermos divulgado tantos fatos inteiramente desconhecidos dos estudiosos da história, em geral, e, em particular, dos juazeirenses nossos contemporâneos, e de muito dos nossos ancestrais; finalmente, por haver sido aquele estudo premiado em concurso aberto pela Câmara Municipal de Juazeiro, que custeou a sua publicação.*

*Neste ano de 1978, resolvemos lançar-nos a tarefa de ampliar aqueles estudos, em homenagem especial ao PRIMEIRO CENTENÁRIO da elevação de Juazeiro à categoria de cidade, o mágo acontecimento de sua história.*

*O grande amor que temos por Juazeiro, onde os nossos olhos viram, pela vez primeira, a luz do dia; onde despertamos para a Vida, sob a proteção de DEUS e o amparo de Nossa Senhora das Grotas, não nos permitirá, jamais, esquecer a infância e a juventude vividas em nossa amável cidade, cheia de encantos, onde formamos a nossa personalidade, na convivência com um povo laborioso, alegre, comunicativo e bom, sempre a divertir-se, construindo, cada dia, a sua trajetória de vida, em constantes expansões de alegria e permanente felicidade.*

*O CENTENÁRIO, marco indelével da sua vida, vai oferecer-nos o ensejo de reviver a posição de liderança da nossa terra na região do São Francisco, o seu passado, o dinamismo de sua gente, o seu crescimento; a pujança de sua riqueza histórica e de sua fé nos destinos da terra e do seu povo; mas, junto ao antigo, o tradicional, poderemos ter, também, a oportunidade de enfatizar a face nova de Juazeiro; as perspectivas do seu desenvolvimento, como sede do Distrito Industrial do São Francisco; a importância que irá adquirir, em decorrência da Barragem do Sobradinho; e tantos outros aspectos novos, a encorajar a nossa esperança de vê-la cada vez mais graciosa, mais encantadora, mais desenvolvida, e mais fortalecida na sua habitual confiança em DEUS, nos homens e na própria terra.*

*Por isso, e porque a nossa cidade se constituiu no horizonte sentimental de nossa vida, deliberamos prestar-lhe o preito maior do nosso amor, neste ano do seu centenário, escrevendo esta **MEMÓRIA HISTÓRICA DE JUAZEIRO**, que será dada a lume na data consagrada às comemorações do grande evento.*

**Juazeiro, 15 de Julho de 1978**  
*Dia do Centenário da Cidade*

**JOÃO FERNANDES DA CUNHA**

## PRÓLOGO

Neste nosso imenso Brasil, não houve uniformidade histórica, devido, especialmente, à própria circunstância de ser ele muito vasto.

Durante todo o século do seu descobrimento, o território pátrio permaneceu ignorado pelos nossos colonizadores, que se não haviam afastado do litoral, até o ano de 1627, como escrevera Frei Vicente do Salvador: "Da largura que a terra do Brasil tem para o sertão não trato, porque até agora não houve quem a andasse, por negligência dos portugueses, que, sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitaram delas, mas contentam-se de as andar arranhando ao logo do mar, como caranguejos." (\*)

De tal sorte, o interior, que só com o advento das entradas levadas a efeito pelos sertanistas veio a ser devassado e conhecido, constitui, por assim dizer, sob o aspecto histórico, uma nova descoberta do Brasil, e decorrente dela uma outra civilização diferenciada daquela que se erigiu nas costas do Atlântico.

Com efeito, enquanto as populações da Cidade do Salvador e do recôncavo baiano lutaram contra invasores, defendendo, heróicamente, o nosso torrão, as populações do interior pugnavam, numa luta inteiramente desigual contra a selvageria do elemento autoctone, e se deslocavam, cheias de entusiasmo, para o Norte, para o Sul e para o Centro, por ínvias caatingas, fazendo picadas e desbravando selvas, para mais tarde se fixarem aqui, ou ali, estabelecendo, assim, os pequenos núcleos de povoação que iriam, com o decorrer do tempo, promover a unidade geográfica e a consolidação da nacionalidade.

Fatores de ordem vária, por conseguinte, iriam prevalecer na formação heterogênea da nossa história, não causando, pois, a mínima surpresa, o fato de existirem, já não queremos dizer no Brasil, mas no próprio território baiano, localidades que se tornaram célebres desde os albores da nossa floração política, e outras que, somente a partir do século XIX puderam tornar-se conhecidas, quando mais de trezentos anos já haviam decorrido que as naus de Cabral aportaram às terras de Vera-Cruz, e durante cujo período, parecem ter ficado inteiramente alheias à evolução nacional.

---

(\*) *História do Brasil – Aut. Cit.*

Quem acompanha com certo interesse o desenvolvimento da nossa civilização, verifica que apenas um pequeno número de vilarejos que se formaram durante o século XVI tiveram, por força de sua situação geográfica, o ensejo de se ligarem a acontecimentos notáveis da nossa vida, naquela fase de iniciação histórica.

Observa-se, por outro lado, que afora as lutas de reação que se travaram ao longo da costa, apenas os engenhos de açúcar e as conquistas da mineração tiveram, pelo seu destaque, registro especial nos anais da nossa existência.

Na metrópole não se cogitava, a esse tempo, de assinalar, para conhecimento das gerações futuras, o fenômeno de ordem sociológica da evolução de cada uma das partículas do território, que são hoje os municípios baianos, de modo que apenas uma documentação escassa, mantida sem zelo, nos arquivos das paróquias e das municipalidades, pode servir de orientação a quem quer que pretenda arrancar da ignorância a que foi submetido, e do silêncio em que jaz, o passado, muitas vezes heróico de algumas dessas humildes cidades que, pelo sertão a dentro, se formaram e se expandiram, vindo, finalmente, a ocupar posição de relevo na comunidade a que estão ligadas.

Como, porém, história é tradição, continuidade de vida, trabalho e evolução, através as conquistas gradativas de suas ascensões, de povoado a arraial, de arraial a vila, de freguesia a paróquia, de vila a cidade, tentaremos, sem informes bastantes, todavia, esboçar u'a memória do município de Juazeiro, para que, de futuro, outros filhos daquele rincão sertanejo se animem a escrever a sua completa e verdadeira história.

# **CAPITULO I**

## **ORIGEM DO POVOAMENTO**



## O 1º GARCIA D'ÁVILA

Na comitiva de Thomé de Souza, que aportou à Bahia a 29 de março de 1549, veio Garcia d'Ávila, o precursor dos nossos bandeirantes.

Seduzido das lendas maravilhosas que se repetiam acêrca do continente, não se contentou com a vida ociosa de empregado, pois exercia a função de almoxarife do Reino, e pensou em vir a ser um senhor feudal. Em 6 de dezembro de 1550, resgatou por Cr\$ 4,00 (1) duas vacas, fêz-lhes curral apropriado, pastoreiou-as ao longo do litoral, e já em 1552, vendia dois bois maninhos para os carros de sua Alteza Real. (2) Este o início do seu grande sonho. Mas, Garcia d'Ávila tinha já perto de duzentas cabeças de gado, além de equinos e outros animais. Multiplicara-se o seu criatório e os terrenos de que dispunha já não eram suficientes.

Foi então ao Governo e pediu-lhe duas léguas de terras ao dôrso do mar, nos campos de Itapoan. Fundou a sua Tôrre de São Pedro de Rates, e logo mais avançou instalando novos currais entre o Jacuípe e o Pojuca.

Em 11 de dezembro de 1560, doara-lhe El-Rei a sesmaria de seis léguas, de Pojuca ao estuário do Rio Real, e Garcia d'Ávila prosseguia, assim, a conquista do solo, pelo interior.

## A CASA DA TÔRRE

Coerente com os seus desejos dos primeiros tempos, construiu a mansão da Tôrre e acastelou-se ali, em Tatuapara, de onde já velho e fatigado pela vida afanosa que levara, não iria dar maior expansão aos seus sonhos de grandeza.

Mas, Isabel de Ávila, sua filha, casara-se em segundas núpcias com Diogo Dias, irmão de Belchior Dias Moréa, o sonhador das minas de prata, e neto de Diogo Álvares e Catarina Paraguaçú, o mais velho casal do país. Dessa união, nascera-lhe Francisco Dias de Ávila, a quem o avô dispensou todos os cuidados, dele fazendo o legítimo sucessor da Casa da Tôrre.

---

(1) Pedro Calmon – *História da Casa da Tôrre. Naquele tempo Rs. 4\$000.*

(2) *Ob. citada.*



Francisco Dias de Ávila veio a se casar, em 1621, com Maria Pereira, irmã do padre Antônio Pereira, e a Casa da Torre teve, então, oportunidade de ver à sua frente estes dois homens que se completavam. O padre Antônio Pereira arquitetava os planos de conquista, continuando, assim, os sonhos de Garcia d'Ávila, enquanto Francisco Dias de Ávila viajava pelas sesmarias de Itapoan até o vale do São Francisco. Um representava a idéia, e o outro encarnava a ação. Um era o cérebro e outro a energia. O padre Antônio Pereira tratou de desvendar o segredo das minas de prata de Belchior Dias Moréa, promoveu o povoamento das chapadas de Jacobina, tangeu as pontas de gado do Itapicurú para o médio São Francisco. Fez do boi o seu soldado. Os outros sertanistas se apossavam do País com tropas de guerrilheiros; ele o empalmou, com as suas boiadas. O rebanho arrastava o homem; atrás deste a civilização. A terra ficava à mercê da colonização: ele a inundou de gados, em marcha incessante para o interior. Aqueles animais levavam nas aspas os limites da capitania. Dilatavam-na. (3)

### O 2º GARCIA D'ÁVILA

Morreu Francisco Dias de Ávila, transmitindo ao filho – Garcia d'Ávila –, a tarefa de continuar a sua obra; defender a casa da Torre, manter o seu patrimônio, e ampliá-lo.

Estampavam-se na fisionomia, na disposição e nas atitudes do segundo Garcia d'Ávila, os caracteres dos seus ancestrais. Tumultuava no seu espírito a mesma ânsia de conquistas que marcara a passagem dos bandeirantes de quem descendia.

Com o desaparecimento do seu pai, pôz-se a campo, e sempre com a ajuda do padre Antônio Pereira, que não arrefecia o seu entusiasmo. Em 1651 possuíam as terras entre a primeira cachoeira do São Francisco e a aldeia de Carariguapú. Em 1658 e 1659, conseguiam novas sesmarias ao longo do mesmo rio. Ocuparam o sertão de Rodelas, levando a colonização ao alto São Francisco. Lê-se em requerimento dos fidalgos da Torre: "Dizem o capitão Garcia d'Ávila e o padre Antônio Pereira que eles têm descoberto o rio de São Francisco, lá em cima, no sertão, onde chamam as aldeias de Rodelas, a qual terra desconhecida, eles suplicantes, com muitos trabalhos que passaram de fomes e sedes por ser todo aquele sertão falto de água e mantimentos, abrindo novos caminhos por paragens onde nunca os houve e com muito risco de suas vidas e dispêndios de muita fazenda, resgates que deram ao gentio, para o poder obrigar ao conhecimento e povoação das ditas terras, em que dispenderam mais de 2.000

---

(3) *Pedro Calmon – Ob. citada.*

cruzados de fazendas e roupas, com todas aquelas aldeias, que são muitas, e por meio das ditas dádivas, os ditos índios, como naturais e senhores das ditas terras lh'as entregaram... e como tais as povoaram de currais de gados etc''.

Realizaram, dessarte, os fidalgos de Tatuapara o que recomendara El-Rei no regimento de 17 de dezembro de 1548, entregue a Tomé de Souza. (4)

Fizemos esta digressão histórica, com o intuito de deixar bem claro, perante os menos avizados, que não foi o companheiro de Thomé de Souza, quem promoveu o povoamento do vale do São Francisco, como já tivemos ocasião de ler, alhures, mas o seu bisneto, de igual nome. Por outro lado, ela terá a utilidade de mostrar quem foram os antepassados desse pioneiro dos sertões que foi Garcia d'Ávila, terceiro senhor da Casa da Torre.

E assim como na faixa litorânea e suas imediações se localizaram os engenhos, em vista das possibilidades que apresentavam as terras de massapé do recôncavo, para a cultura da cana de açúcar, Garcia d'Ávila pensou em conduzir o gado para os sertões, penetrando o São Francisco, em cujo vale vislumbrou, de logo, grandes vantagens para o desenvolvimento da pecuária, que se foi introduzindo, a pouco e pouco, naquelas regiões onde existiam apreciáveis pastagens naturais e u'a imensidão de terras inaproveitadas.

Obteve grandes sesmarias e espalhou, por todo o século XVII, os seus currais, às margens do grande rio e nas dos seus afluentes, deixando em cada um deles um casal de escravos, dez novilhas, um touro, e um casal de equinos, de sorte que, na fase em que o Brasil abastecia de açúcar ao mundo civilizado, era o gado, que se multiplicara com impressionante rapidez naquelas plagas, quem transportava as canas para as proximidades das moendas, quem acionava os engenhos e supria de carne às populações do litoral.

Estimuladas pelo mercado próximo, as fazendas subiram mais as margens do rio São Francisco, alcançando o território que é hoje mineiro, e penetrando até o rio das Velhas. (5)

---

*(4) Cap. 40 do Regimento: "Por quanto havei por muito meu serviço descobrirem o mais que puder, pelo sertão a dentro da terra da Bahia, vos encomendo que, tanto que houver tempo, e disposição para se bem poder fazer, ordeneis de mandar alguns bergantins, soldados e bem providos no necessário pelo rio de Peruassú e de São Francisco, com linguas da terra e pessoas de confiança, que vão pelos ditos rios acima o mais que puderem, etc."*

*(5) Caio Prado Júnior – Formação do Brasil Contemporâneo – Colônia...*

## ANTÔNIO GUEDES DE BRITO

Tem início aqui, aliás, a arrojada iniciativa do sargento-mór Antônio Guedes de Brito, o sesmeiro de 160 léguas de terras, que se constituiu o outro grande pioneiro do desbravamento do São Francisco e adjacências. A ele, pois, e a Garcia d'Ávila, devemos nós o povoamento do vale, até então habitado apenas por selvagens.

O primeiro requerimento de sesmaria apresentado ao Governador Francisco Barreto, por Antônio Guedes de Brito e seu pai Antônio de Brito Corrêa, em 1655, de seis léguas de terras, foi a pedra fundamental daquele arroteamento, missão a que se entregavam cheios do maior entusiasmo, esperançosos e confiantes no futuro econômico e na prosperidade da região desconhecida.

A iniciativa de Antônio Guedes de Brito, entretanto, causou apreensões à Casa da Torre que pretendia ser senhora absoluta do sertão, e, por isso mesmo, entrou em conflito com o novo sertanista. Ao primeiro choque, todavia, verificaram os fidalgos de Tatuapara que o adversário era um inimigo terrível, e temerária a empresa de combatê-lo.

Vieram, então, as acomodações. Ajustaram, amigavelmente, a divisão de suas terras, acordando em que do Rio Real se botasse um prumo para a serra de Taipiaba, que cai sobre o Itapicurú, e da ponta da serra outro rumo ao poente, até a nascença do mesmo Itapicurú, donde uma linha partiria para o São Francisco, ficando com a Casa da Torre a parte do nordeste e com os Guedes de Brito a parte do sul. (6)

De feito, os currais de Garcia d'Ávila se propagaram para o norte, alcançando Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Maranhão, transportando-se para além do São Francisco, que sobre ser o maior fator de unidade geográfica do Brasil, foi, também, o condutor do aproveitamento econômico da maior parte do território nacional. E por ter sido o condutor desse desbravamento, na linha do seu curso se foram iniciando pequenas povoações que, mais tarde, viriam tomar vulto e significação.

**BANDEIRANTES****BELCHIOR DIAS MORÉA**

A primeira bandeira a percorrer o interior da Bahia e a atravessar os sertões do São Francisco foi a de Belchior Dias Moréa, o sonhador das minas de prata. Partiu do Rio Real em 1593, para as montanhas de Jacobina, através de Queimadas, e seguindo dali para Morro do Chapéu, até a

---

(6) *Pedro Calmon — Ob. citada.*

Barra do Rio Grande, à margem do São Francisco, descendo por este, alcançando o Vale do Rio Salitre (hoje município de Juazeiro), continuando, enfim, sua penosa excursão, rumo a Curaçá, Geremoabo, Itabaiana, (território Sergipano, atualmente), até o ponto de partida, onde chegara em 1609, ano em que ocorreu o falecimento do primeiro Garcia d'Ávila.

#### PEDRO BARBOSA LEAL

Em 1675, novamente percorreu aqueles sertões a bandeira de Pedro Barbosa Leal, seguindo o roteiro de Belchior Dias Moréa, a segunda a penetrar a região onde floresce o município de Juazeiro. A rota que seguiu é por ele assim descrita:

“Por então não averigui o dito roteiro por seguir a derrota de Belchior Dias Moréa para o rio de São Francisco, pelas informações que me deram os índios de que ele tinha ido à serra do Oroquiry, chamada pela sua língua Podecó. Segui aquela derrota, procurei o gentio da nação Orocuýú, que me levaram à dita serra, donde achei novas minas de salitre de que mandei as amostras. Na dita serra encontrei vestígios de ter ali estado Belchior Dias Moréa, certificando-me aquele mesmo gentio; perto desta serra, nos campos de Coraçá, perto do sítio do Curral do Meio, vi e passei pelo serrote de pedras amethystas rôxas que descobriu o mesmo Belchior Dias Moréa, do que eu tirei algumas e se tem tirado muitas por várias vezes, e me asseverou o principal daqueles índios que perto daquele morro se achava outro todo de pedras amarelas, e, intentando destruí-lo todo o dia pela manhã até a noite, me trouxe o índio correndo vários serrotes sem poder acertar com ele... etc”.

Vê-se, conseqüentemente, que as minas de prata, o grande sonho de Belchior Dias Moréa, não haviam sido descobertas, e constituíam, ainda, a grande preocupação, o supremo interesse dos sertanistas.

#### ESTRADA DA PASSAGEM DO JUAZEIRO

Em virtude das penetrações de Garcia d'Ávila para o norte, construiu ele a famosa estrada que atravessava o rio São Francisco no lugar denominado Passagem do Juazeiro, por existir ali, na sua margem direita, um frondoso Juazeiro, que oferecia larga sombra aos viajores, servindo, por isso, de ponto de descanso, apropriado, também para refeições.

Através dessa estrada os habitantes das regiões que são hoje os Estados de Ceará, Goiás e Piauí, principalmente deste último, conduziam suas boiadas e promoviam contacto com a metrópole.

## O 2º FRANCISCO DIAS DE ÁVILA

Com o falecimento do segundo Garcia d'Ávila, em 1675, sucedeu-lhe na direção dos negócios do Morgado da Torre seu filho Francisco Dias de Ávila, segundo deste nome, nascido em 1646, e que em 1660, com quatorze anos de idade, fora nomeado capitão-mór de índios mansos (Patente de 5 de dezembro).

Homem franzino, de pequena estatura, um pigmeu, enfim, viria a ser, contudo, o gigante da Casa da Torre.

Por esse tempo confirmavam-se, com insistência, notícias da existência de minas nos arredores de Sento-Sé, impressionando-se o Governador com o que revelara um homem dessa região que se transferira para a capital, ao ponto de escrever, em 16 de janeiro de 1672, a Antônio Correia de Morais, recomendando-lhe proceder às investigações necessárias.

Mas, Francisco Dias de Ávila, que herdara do seu avô, sobrinho de Belchior Dias Moréa, a grande aspiração de ser um potentado, não se fez esperar, e contornando o curso do Itapicurú, através os gerais do Cumbe, Angico e Jurema, atingiu a Barra do Rio Salitre, antigo acampamento do seu avô Francisco Dias de Ávila, de quem também herdara o nome. (7)

## A REVOLTA DOS ÍNDIOS GUAISQUAIS E GALACHES

No entanto, não lhe foi possível continuar a marcha, porque chegando ao Rio Salitre teve conhecimento da agitação que lavrava entre os gentios guaisquais e galaches, amotinados e às correrias, como levas de salteadores que pilhavam as fazendas e trucidavam os rebanhos. Não era, todavia, uma inquietação de bárbaros; era a sua insurreição geral. Entre o Sento-Sé e o Rio Verde, os caboclos ribeirinhos tinham assassinado vaqueiros, queimado as casas, dispersado os gados.

O alarme da revolta estendera-se a Pernambuco e ao Ceará, descerá à Bahia, girava pelos sertões, e os moradores, agrupados, se defendiam por detras das caiçaras.

Voltou Francisco Dias, reuniu amigos, agregados, a soldadesca do seu corpo de ordenanças, e obteve do Governador as necessárias patentes. (8)

---

(7) — *Angico, Jurema e Barra do Salitre estão situados no município de Juazeiro.*

(8) — *Pedro Calmon — Ob. citada.*

## FREI MARTIN DE NANTES

Nessa ocasião, também recebeu ordem de auxiliá-lo no combate ao gentio Frei Martin de Nantes, missionário capuchinho, que aportara à aldeia de Pambú, hoje município de Curaçá, acompanhado do seu irmão de hábito Francisco Donfront, diretor da Missão de Rodelas.

Assim relata Frei Martin de Nantes essa excursão:

“Pelo coronel Francisco Dias de Ávila, a quem pertenciam as terras do São Francisco, numa extensão de trinta léguas para baixo e mais de cem para cima, recebi, em fins de 1685, uma ordem do Governador da Bahia, em cumprimento da qual fui obrigado a partir com os índios das quatro aldeias (Rodelas, Pambú, Ibó e Aracapá), aos quais se reuniram muitas outras aldeias.

Eu quiz excusar-me porque com minha ausência ficavam as aldeias sem pastor.

O padre Anastácio não podia vir em todas as ocasiões precisas, tão prontamente, para socorrê-los espiritualmente, e nem tão pouco o padre José.

Mas os índios que deviam seguir para a guerra protestaram dizendo que lá não iriam sem eu, e alegaram razões justas.

Diante disto, parti com eles e todos os portugueses, formando 120 homens, todos a cavalo.

Em nossa companhia, seguiram também o capelão dos portugueses do rio e dois religiosos de São Francisco.

Marchamos contra o inimigo que se achava a quarenta léguas de nós.

Eles se tinham apossado de todos os currais dos dois lados do rio, num espaço de trinta léguas depois de terem massacrado os vaqueiros e os negros em número de 85, fazendo grande estrago no gado.

Nossa munição de bôca consistia em carne sêca e farinha de mandioca, isso para o coronel Francisco Dias de Ávila e os principais. Os outros nada levavam: iam matando gado em todos os currais, segundo as nossas necessidades.

Após alguns dias de viagem, descobrimos o inimigo quatro léguas distantes do Rio Salitre, e perseguindo-os, em sangrentos combates, até as margens desse rio, conseguimos desbaratá-los, aprisionando cerca de 500, entre homens, mulheres e crianças.”

Os índios, desejosos de se tornarem senhores, novamente, da terra, batiam-se ferozmente. Porém Francisco Dias de Ávila avançava contra eles impetuosamente e nessa luta tremenda subiu o São Francisco, da

barra do Rio Salitre até o Sento-Sé, levando à sua frente, os tapuios aterrados e vencidos. Não ficava inimigos à retaguarda; às saraivadas das setas se opunha o estampido das espingardas e o silvo dos clavinotes, até a vitória final, em 01 de junho de 1676. (9)

Mas, a história nos mostra, a cada instante, que desde os primeiros tempos da colônia, se verificaram sérias divergências entre padres e colonizadores, em consequência do tratamento que estes davam aos selvagens.

Não tardou, portanto, que Frei Martin de Nantes entrasse em conflito com Francisco Dias de Ávila.

### CONFEDERAÇÃO DOS CARIRIS

De feito, em consequência da rebelião denominada Confederação dos Cariris, o fidalgo do Morgado da Torre investiu contras as tribus do Piauí, onde os missionários franceses, zelosos da autonomia de suas aldeias, pretendiam defender-lhes a liberdade.

Frei Martin de Nantes, que se encontrava na aldeia de Aracapé, quatro léguas acima de Pambú e vinte nove léguas abaixo de Juazeiro, tendo, por conseguinte, sob sua jurisdição uma aldeia de cariris, encheu-se de animosidade contra Francisco Dias, que arremessara os gurguéias para o baixo Piauí, repelira para o oeste aos acroás, afugentara os guaisquais e galaches do médio São Francisco, e lançara os cariris para o litoral, sendo, por tais serviços, nomeado em 24 de dezembro de 1675, coronel das companhias de ordenanças.

Esse conflito, aliás, deu-lhe muito o que pensar, e fê-lo ir à Bahia, em 1685, para tratar do assunto. O próprio Frei Martin de Nantes, narra os motivos dessa querela:

“O coronel Francisco Dias de Ávila sob pretexto de que o rei de Portugal lhe havia doado todas as terras devolutas do São Francisco, afim de as cultivar e criar gados para o abastecimento da Bahia e Pernambuco, apossou-se indevidamente até das terras que o rei excetuara em favor dos índios. Assim foi que distribuiu gado e animais não só em ambas as margens do rio, como também nas ilhas, nas quais os índios haviam se refugiado, concedendo-lhe tudo para viverem em paz.

Haviam na ilha de Pambú cerca de 250 índios e 60 na de Aracapé.

Aconteceu que uma grande sêca assolou os campos; e os cavalos, já de si bastante incômodos aos índios, principiaram a devastar as roças cultivadas por estes, devorando tudo.

---

(9) *Pedro Calmon, – Ob. citada.*

Comuniquei o fato ao coronel Dias d'Ávila, pedindo-lhe, suasoramente, de fazer retirar os animais, porque estes estavam forçando os índios a morrerem de fome. O coronel Dias d'Ávila não atendeu às minhas súplicas e nem às minhas ameaças, e foi à Bahia queixar-se ao Governador Costa, ajuntando muita calúnia.

Como, porém, a situação piorasse para os índios, mandei que eles retirassem todos os animais para terra firme e escrevi três cartas sucessivas ao Governador sem obter resposta. Ante isso, apesar dos rigores da sêca, parti para a Bahia, afim de entender-me com o Governador''.

Não pretendemos apreciar as razões do frade capuchinho, mas, é certo que os índios, apesar do esforço de seus catequistas, flagelavam as fazendas, destruindo currais, afugentando o gado, e matando, até, os prisioneiros, numa formal declaração de guerra aos colonos empossados da terra, que a eles, só a eles lhes parecia pertencer, por direito natural.

Por isso, Francisco Dias de Ávila não descansou, durante toda a sua vida. Teve uma existência atribuladíssima, que concorreu para o seu envelhecimento precoce, de sorte que, após a estupenda jornada que empreendeu ao Maranhão, pelos anos de 1692 a 1698, recolheu-se o grande herói à sua mansão, onde se lhe abriram as portas da eternidade, deixando, como diz Frei Martin de Nantes, incomparavelmente acrescida e poderosa a sua Casa, cujos destinos foram confiados ao seu filho Garcia d'Ávila Pereira.

### O 3º- GARCIA D'ÁVILA

O sexto senhor do Morgado da Torre, nascido em 1680, não trouxera do berço o mesmo ânimo bandeirante dos seus antepassados. Preferia a existência cômoda que lhe proporcionava o seu solar, em Tatuapara, em cuja Capela se celebrava missa diáriamente, e cuidava com maior interesse dos seus engenhos de açúcar.

Por isso mesmo, viveu em bôa harmonia com os frades franciscanos. A respeito do seu procedimento para com esses missionários, disse Frei Jabotão:

''Desde que os nossos frades fundaram aqui convento, acharam nessa Casa aceitação e avantajadas esmolos que se foram continuando, como por herança, até que nela sucedeu o coronel Garcia de Ávila Pereira, terceiro deste nome na sua ascendência, fidalgo cavaleiro e coronel de ordenança desta cidade, o qual, adiantando-se aos seus ascendentes no amor e caridade foi especialmente benfeitor da Ordem: além do comum e afável agasalho, que em sua pessoa e casas achavam os religiosos que por aqueles



distritos vagavam às esmolas, e outros benefícios mais, dava comboi e ajuda àqueles missionários que eram mandados assistir às doutrinas — Aldeias dos índios que ficam pela ribeira do São Francisco acima nas fazendas de gados, que por estas mesmas partes e outras do sertão tinha e ainda hoje possui a Casa, que são muitas, mandava dar um boi de esmola em cada uma, além de muitos que, por ordem sua, se repetiam pelas missões, aldeias e combois dos missionários e aldeianos, que todos, pela sua conta, dizia ele, vinham a montar e alguns religiosos o testificam, as reses em tantas cabeças quantos são os dias do ano vindo assim a dar um boi por dia”.

Realmente, os senhores da Tôrre, pelos caminhos que abriram no sertão, foram espalhando povoados, e nas terras do Morgado prosperaram várias Missões, entre as quais Canabrava, Natuba, Pombal e Soure, com os jesuítas, Itapicurú de Cima, Massacará, Jacobina, Sahí, Juazeiro e São Gonçalo do Salitre, com os franciscanos, Rodelas e Pambú, com os capuchos italianos, e Maçarandupió, com os camelitas.

Tais Missões tinham por finalidade precípua a conversão do gentio à religião cristã. Com esse objetivo, desobrigavam os padres através dos caminhos e picadas abertos pelos bandeirantes, por léguas e no seu afã de pregar a doutrina evangélica, batisar, confessar e celebrar missas, a fim de levar a todos aqueles arredores a palavra de Deus, e tentar, sinão evitar totalmente, pelo menos reduzir ao mínimo possível os crimes e escândalos tão comuns àqueles regiões.

### ESTRADA DO PONTAL

Continuou a Aldeia de Juazeiro muito transitada e conhecida até 1722, quando deixou de ser a velha Estrada construída pelo segundo Garcia d’Ávila o caminho único de que se poderia utilizar para o transporte dos gados do Piauí.

É que os índios de Geremoabo e Curral dos Bois, chefiados pelo mestre de campo Gançalo da Costa Themudo, deliberaram a abertura de uma outra via de comunicação, empreendimento de que foi incumbido o coronel Alexandre Ravello Sepúlveda.

Esta, que ficou denominada Estrada do Pontal, foi inaugurada naquele ano, contra a vontade do Morgadio da Tôrre, tendo Garcia d’Ávila Pereira protestado, perante o Governo da Bahia, nos seguintes termos:

“Requerendo alguns moradores de Jaguariba e Piauí novas estradas para a passagem das boiadas pelas terras do suplicante, somente para lhe fazerem danos e em vista disso se obrigou por termo no Senado da Câmara, a fazer estradas à sua custa, o que

de fato fez. Os de Jaguariba já quiseram inovar as estradas dando lugar a uma petição do suplicante que foi deferida.

Agora os de Piauí pretendem também inovar estradas contra o termo do suplicante assinado na Câmara, de abrir à Estrada da Passagem do Juazeiro, no Rio São Francisco, até embocar na travessa de Jacobina e do Rio São Francisco, pela parte do norte: deu o suplicante consentimento de abrir uma estrada pelas suas terras a virem sair as ditas boidas de Piauí, em Juazeiro, protestando que elas não viessem buscar outra passagem. Abriu a estrada e é público as boiadas estão vindo por ela. Entretanto tem por notícias que o coronel Alexandre Ravello e outros moradores do Piauí intentam abrir nova estrada e passagem no dito rio de São Francisco, onde chamam Pontal, para daí marcharem beira do rio abaixo em distância de 80 léguas até a Tapera de Paulo Afonso tudo por fazendas próprias do suplicante, em número de quarenta, com perda sua por se afugentarem os gados; V. Excia., por seu despacho pode proibir que quem trazer gado do Piauí inove estradas nem passagens pelo rio, fora do assentado.”

Ouvindo o Senado da Bahia, em 24 de junho de 1724, que informou não existir na Câmara nenhum requerimento para abertura de novas estradas, foi, pelo Governo, deferido o pedido de Garcia d’Ávila no dia 28 do mesmo mês e ano.

Não obstante, as comunicações continuaram a fazer-se pelo Pontal e dali para a Tapera de Paulo Afonso até Itabahiana. (10)

Esta circunstância concorreu para o estacionamento da Aldeia de Juazeiro, cuja população não teve crescimento rápido.



# **CAPITULO II**

## **JUAZEIRO DE NOSSA SENHORA DAS GROTTAS**



Sabe-se que o Arcebispo D. João Franco de Oliveira, depois de haver feito uma visita pastoral à região do São Francisco, no ano de 1694, promoveu a criação de novas Missões, e, dentre elas, a de Juazeiro.

Em decorrência desse interesse do Arcebispo, preocupado com a catequese dos indígenas, ali chegou, no ano de 1706, instalando-se na Passagem do Juazeiro, u'a Missão de Franciscanos, que aldeiou, nesse mesmo ano, os Tamaquins, também, chamados Tanaqués, e os Maçacarás (11), edificando, ali mesmo, a primeira Capela e, em 1710, construiu um convento para a comunidade no local onde atualmente existe a rua 15 de novembro, também conhecida pelo topônimo de rua da Entrada do Horto.

Como sucedia em todas as outras Missões, até o ano de 1790, a de Juazeiro era constituída, também, de um, dois, ou três Missionários.

Esses religiosos, portadores do título de Vigários Missionários, exerciam todos os poderes eclesiásticos, e detinham jurisdição temporal sobre os índios que aldeavam.

Toda terra tem a sua história e a sua lenda. Juazeiro não poderia escapar à lei que marca esse ponto de partida do desenvolvimento de todos os agrupamentos humanos.

Assim é que, de geração em geração, se vai transmitindo a notícia do aparecimento de u'a imagem da Virgem Santíssima em umas grotas então existentes no arredores da aldeia, encontrada por um índio que saiu ao mato pastoreando os gados.

Essa imagem, ocasionalmente vista e apanhada pelo índio foi conduzida à presença dos frades que, de logo, atribuíram ao seu aparecimento uma dádiva do Céu, àquela gente, e se aprestaram a construir uma igreja no lugar justo onde fora ela encontrada, dando à santa, sua padroeira, a invocação de Nossa Senhora das Grotas.

Divulgado o acontecimento, que os missionários tinham por milagre, começaram as romarias ao local, e em torno da igreja de Nossa Senhora das Grotas, que ainda hoje é a padroeira da cidade, passou a girar a atividade espiritual dos habitantes de todas as redondezas.

Efetivamente, o culto à Virgem Santíssima tem resistido a tudo em Juazeiro, através dos séculos, e embora existam, atualmente, já em número avultado, os adéptos da religião protestante, e de outros credos filosóficos, como o espírita e o Círculo Esotérico da Comunhão do Pensamento, continua a Virgem, cuja imagem foi ali encontrada em 1710, a ser o astro de primeira grandeza, em redor do qual gravitam as atenções, e os louvores, a fé e a esperança da população, que sob o seu manto acolhedor vai depositar as suas súplicas, assim nas horas de tristezas e amarguras, como nos momentos de desânimo, em que se faz mistér a resignação e conforto para suas aflições.

O autor desta memória, sente-se feliz de ter sido chamado à religião cristã, com a corôa de Nossa Senhora das Grotas à cabeça, por inspiração de sua genitora, não tendo recebido, assim, na pia batismal, outra madrinha, que não a Milagrosa e Santíssima Virgem, que é também padroeira da terra onde viu pela vez primeira a luz do dia.

### EXTINTA A MISSÃO DE JUAZEIRO, ELEVAÇÃO A FREGUESIA

Mais tarde foi extinta a Missão da Vila do Juazeiro, por lei n. 114, de 26 de março de 1840, criada a freguesia e respectiva Matriz, com o título de Nossa Senhora das Grotas do Juazeiro, vindo a ser seu primeiro vigário o padre Caetano de Araújo Mato Grosso, nomeado em caráter perpétuo em 31 de março de 1841, e a quem foi dada posse pelo padre João Antonio Ferreira, em 24 de agosto desse mesmo ano.

Estabelecia a lei que transformava a Missão em Freguesia no seu Art. Único — Fica extinta a Missão da Vila do Juazeiro, e erecta em Matriz a respectiva Capela, com o título de Nossa Senhora das Grotas do Juazeiro, dividindo-se com a Freguesia de Santo Antonio do Pambú, pelo riacho Curaçá; com a de São José da Barra do Sento-Sé pelo alto da Fazenda das Pedras, e daí em linha reta até a Fazenda Salgadinha.

Estes limites ficam sendo também os do município de Juazeiro.

Ficam sem vigor as disposições em contrário.

Dita lei foi decretada pela Assembléia Legislativa Provincial e sancionada por Thomaz Xavier Garcia d'Almeida, então Presidente da Província da Bahia.

### O PRIMEIRO VIGÁRIO DE JUAZEIRO

O Padre Caetano de Araujo Mato Grosso, dedicou quase toda a sua vida à Paróquia de Juazeiro, porque, como dissemos, nomeado Vigário em caráter perpétuo, e empossado a 24 de agosto de 1841, aí permaneceu a serviço de Deus e da Santíssima Virgem — Nossa Senhora das Grotas, durante 44 anos, falecendo a 15 de outubro de 1885, no prédio número 47 da rua Visconde do Rio Branco. O seu passamento à eternidade abalou a população, a que se devotara com extremos de dedicação, não apenas a da cidade como a do meio rural e de toda a região, porque aí exercera a sua atividade sacerdotal por período bastante longo, e mais de duas gerações haviam dele recebido os sacramentos da Igreja, do batismo, à crisma e ao matrimônio, da penitência, à eucaristia e unção dos enfermos.

### A 2a. IGREJA DE N.S. DAS GROTA

Foi ainda o Padre Caetano de Araujo Mato Grosso quem construiu a 2a. Igreja de Nossa Senhora das Grotas, desenvolvendo extraordinários

esforços, durante muitos anos, para concluir a obra que iniciara em 1854, quando foi assentada a pedra fundamental para a construção do novo templo.

Faltavam, então, apenas 23 anos, para o desabamento da 1a. Igreja de Nossa Senhora das Grotas de Juazeiro, ocorrido em 1887. Andaram bem avisados, pois, os filhos daquele torrão, quando, antes que derruísse a antiga, cuidaram de erguer a nova Casa em que iriam, doravante, professar a sua religião, e cultivar à sua padroeira.

Teve o Padre Mato Grosso a ajudá-lo nessa arrojada iniciativa todo o povo de Juazeiro, liderado por uma Comissão, integrada por ele próprio, pelo Juiz de Direito e por um representante da comunidade católica, pessoa influente e destacada na sociedade local, e ficou assim constituída em 24 de janeiro de 1855.

- Padre Caetano de Araujo Mato Grosso
- Dr. Justiniano Batista de Madureira
- Dr. José Joaquim Ribeiro de Magalhães

Essa Comissão conseguiu o seguinte auxílio oficial para a consecução das obras da Igreja.

800\$000 (oitocentos mil reis) – Lei n. 582 (Orçamento Provincial para 1856), sancionada pelo Presidente Alvaro Tibério de Moncorvo Lima.

Obteve, ainda, que a Lei n. 662 (Orçamento Provincial para 1858) autorizasse o Governo Provincial a concluir as obras da nova Igreja de Juazeiro, o que, entretanto, não ocorreu.

Com a criação da Comarca, pela Lei n. 650, de 14 de dezembro de 1857, foi o Dr. Justiniano Batista de Madureira substituído pelo primeiro Juiz de Direito, o Dr. Joaquim de Azevedo Monteiro, sendo a seguinte a sua composição:

- Padre Caetano de Araujo Mato Grosso
- Dr. Joaquim de Azevedo Monteiro
- Dr. José Joaquim Ribeiro de Magalhães.

Essa nova Comissão, por sua vez, obteve os seguintes auxílios oficiais, para continuidade daquelas obras:

1:000\$000 (um conto de reis) – Lei n. 727 (Orçamento para 1859).

1:000\$000 (um conto de reis) – Lei n. 797 (Orçamento para 1860).

Foi, assim, inaugurada pelo Padre Caetano de Araujo Mato Grosso, em 1868, vale salientar quatorze anos depois de iniciada, e ainda inconclusa, a 2a. Igreja de Nossa Senhora das Grotas, da Vila de Juazeiro.

Não cessaram, porém, os esforços. A população juazeirense, embora muito pobre, continuava oferecendo suas contribuições e os trabalhos se arrastando lentamente.



Sete anos mais tarde, quando já integrava a Comissão o Dr. Alvaro Antonio da Costa, — o novo Juiz de Direito da Comarca, conseguiu aquela autoridade os seguintes benefícios para conclusão das obras da 2a. Igreja Matriz de Juazeiro.

4:000\$000 (quatro contos de reis) — Lei n. 1457 (de 17 de março de 1875, sancionada por Venâncio José de Oliveira Lisboa.

Produto de 8 loterias — Lei n. 1.707, de 10 de agosto de 1876, sancionada por Luiz Antonio da Silva Nunes.

De tal sorte, em 1878, foram concluídos os altares da nova Igreja que, a 8 de setembro daquele ano, era festivamente reinaugurada, feliz o Padre Mato Grosso por haver atingido a grande meta de sua vida.

### VICARIATO DE JUAZEIRO

Indicamos, a seguir, os sacerdotes que exerceram o vicariato da Paróquia de Nossa Senhora das Grotas, desde sua criação:

1841 a 1885 — Pe. Caetano de Araujo Mato Grosso

1886 a 1892 — Pe. Elpídio Tapiranga

1893 a 1894 — Pe. Epifânio Simões de Paiva

1895 a 1898 — Pe. Antono Dias de Oliva

1899 — Pe. José Jorge dos Santos (interinamente)

1899 a 1902 — Pe. Emílio Pereira de Miranda

1902 a 1912 — Pe. Manuel Raimundo de Nonato Pita

1912 a 1913 — Pe. Manoel Serafim Vilela

1914 — Frei José e Frei Egídio (Capuchinhos, que exerceram a cura, interinamente)

1914 a 1922 — Pe. Francisco Aires de Almeida Freitas

1922 a 1929 — Cônego Vicente de Jesus

1929 a 1932 — Pe. João Pedro Alves

1932 a 1936 — Pe. Heitor Araujo

1936 a 1949 — Mons. Antonio da Costa Rêgo.

O Monsenhor Costa Rêgo foi sucedido pela Congregação dos Redentoristas, exercendo as funções de Vigário o Pe. Clemente Tressoor.

Todos esses servos de Deus tiveram grande influência na formação cristã da população juazeirense e se devotaram com extremo zelo à Paróquia de Nossa Senhora das Grotas, promovendo grandes festividades religiosas previstas no calendário litúrgico, sobretudo as do mês de maio, devotado a Maria Santíssima, e as de sua excelsa padroeira, realizadas, cada ano, no dia 8 de setembro.

Coube ao Pe. Emílio Pereira de Miranda, em petição dirigida ao Conselho Municipal, em 26 de outubro de 1899, reclamar contra a usurpação que o Município estava operando sobre os terrenos de propriedade do Patrimônio da Igreja — uma légua quadrada —, que lhe fora doada, como era consuetudinário por ocasião da fundação da Missão de Juazeiro, para manutenção dos aldeados.

Os documentos apresentados, comprovando a posse da Igreja sobre os terrenos da cidade e da ilha de Nossa Senhora não foram considerados convincentes por parte do Conselho Municipal, dando lugar a uma demanda judiciária proposta, no ano de 1908, pelo Pe. Manuel Raimundo de Nonato Pita, que sucedera ao Padre Emílio Pereira de Miranda, como Vigário da Paróquia. Desse pleito, concluído em 1912, saía vitoriosa a Igreja, que reconquistou os seus direitos sobre aqueles terrenos.

Em 1912, a 8 de setembro, quando Vigário o Pe. Manuel Serafim Vilela, foram inaugurados alguns melhoramentos, especialmente o fôro da Igreja, a reforma do Altar-Mor, a construção de duas tôrres e quatro sinos, de 129, 95, 65 e 45 quilos. O maior destes fôra uma doação de Lauro Dias, e os demais, adquiridos com recursos oriundos de contribuições dos paroquianos.

O Padre João Pedro Alves deu início à segunda reforma da Igreja, obra que foi continuada pelo Pe. Heitor Araujo, e que se prolongou por muitos anos, vindo, afinal, a ser concluída pelo Mons. Antonio da Costa Rêgo, no largo período do seu vicariato em Juazeiro.

### CONFRARIAS RELIGIOSAS

Ao lado das realizações de natureza material, muito se preocuparam os Vigários da Paróquia de Nossa Senhora das Grotas com iniciativas tendentes a fortalecer a fé cristã no seio da população, incentivando e promovendo a fundação de várias confrarias religiosas, dentre as quais conseguiram sobreviver as seguintes:

- 1) — Apostolado da Oração, fundado em 12 de junho de 1903 pelo Pe. Manuel Raimundo de Nonato Pita;
- 2) — Pia União das Filhas de Maria, fundada em 8 de novembro de 1919, pelo Pe. Francisco Aires de Almeida Freitas;
- 3) — Conferência de São Vicente de Paula, fundada em 10 de dezembro de 1920, pelo Pe. Francisco Aires de A. Freitas;
- 4) — Arquiconfraria do S. Rosário, fundada em 8 de novembro de 1925, pelo Cônego Vicente Francisco de Jesus;
- 5) — Liga Católica Jesus, Maria e José, fundada em 4 de setembro de 1932, pelo Pe. João Pedro Alves;
- 6) — Congregação das Mães Cristãs, fundada em 9 de maio de 1937 pelo Mons. Antonio da Costa Rêgo;
- 7) — Coração Eucarístico de Jesus, fundada em 26 de junho de 1941, pelo Monsenhor Antonio da Costa Rêgo.

### CAPELAS

De outra parte, em decorrência das visitas pastorais pela Zona Rural, e o estímulo que esses Vigários sempre deram à população urbana

da comunidade católica juazeirense, principalmente a localizada nos bairros e subúrbios, o Município passou a contar com as seguintes capelas:

Capela do Juremal, sob a invocação de São João Batista, inaugurada em 24 de junho de 1920;

Capela da Carnaíba, sob invocação de Santa Teresinha, inaugurada em 17 de maio de 1923;

Capela de Itamotinga sob a invocação do Bom Jesus dos Navegantes, inaugurada em 16 de agosto de 1926;

Capela de Santo Antonio, no bairro Atrás-da-Banca, inaugurada em 1934;

Capela de Santa Terezinha, no bairro de Teodoro Sampaio (Piranga), inaugurada em 3 de outubro de 1948;

Centro Social Maria Goreti, no bairro do Alagadiço, inaugurada em 1955;

Centro Social São Geraldo, no bairro do Horto Florestal, inaugurado em 1958;

Capela da Maçaroca, inaugurada em 1956.

### CRIAÇÃO DA DIOCESE

Desde sua criação, a paróquia de Juazeiro estava diretamente vinculada à Arquidiocese de São Salvador da Bahia, até o ano de 1913, quando foi criada a Diocese da Barra, inaugurada a 22 de novembro de 1915, ao ser nela empossado o seu primeiro bispo — D. Augusto Alvaro da Silva, depois Arcebispo de São Salvador da Bahia e Primaz do Brasil, que atingiu, mais tarde, o Cardinalato, ainda como titular dessa Arquidiocese, onde veio a falecer.

Ao ser criada aquela nova Diocese, na região do São Francisco, ficou a Paróquia de Juazeiro sob sua jurisdição, até a instalação da Diocese de Juazeiro, criada pela Bula *Christi Ecclesiae*, expedida por S. S. o Papa João XXIII, em 21 de julho de 1962.

Obedeceu a criação da Diocese de Juazeiro aos seculares propósitos da Igreja de Cristo de contribuir para a santificação das almas, pela fé e pelo sacramento, e atendeu a pedido do Núncio Apostólico, no Brasil, Arcebispo D. Armando Lombardi, que o encaminhou à Santo-Sé, depois de consultas feitas aos bispos da Província Eclesiástica de São Salvador da Bahia.

Por determinação expressa, contida na Bula *Christi Ecclesiae*, foram separados da Diocese da Barra os territórios dos municípios de Juazeiro, Casa Nova, Sento-Sé, Remanso e Pilão Arcado, com os mesmos limites estabelecidos na lei civil brasileira e, em idênticas condições, foi separado da Diocese de Bonfim, o território do município de Curaçá, e fundada a Diocese de Juazeiro, tendo essa por limites os mesmos desses municípios, tomados conjuntamente.



Catedral da Diocese de Juazeiro, na Praça da Imaculada Conceição.



Festa do Bom Jesus dos Navegantes, em Juazeiro.



Pelo mesmo documento pontifício ficou designada a cidade de Juazeiro como sede episcopal da Diocese, colocada a Cátedra do Magistério Episcopal na Igreja de Nossa Senhora das Grotas, que o Santo Padre elevou ao grau de Igreja Catedral, com todos os direitos e privilégios devidos.

Estabeleceu, ainda, a Bula, que a nova Diocese seria sufragânea da Arquidiocese de São Salvador da Bahia, e os seus respectivos Bispos ficariam sujeitos ao direito metropolitano do Arcebispo Primaz do Brasil.

## O PRIMEIRO BISPO DIOCESANO

Com as suas saudações e bênção apostólica ao Clero e ao povo da cidade e da Diocese de Juazeiro, Sua Santidade o Papa João XXIII, através da Carta datada de Roma, na Basílica de São Pedro, de 16 de outubro de 1962, quarto ano do seu memorável pontificado, nomeou o primeiro

bispo da Diocese de Juazeiro, — D. Tomás Guilherme Murphy, membro da Congregação do Santíssimo Redentor, que vinha sendo ansiosamente esperado pela população juazeirense e pelas dos demais municípios da Diocese criada.

Juazeiro festejou com o maior júbilo, a 10 de fevereiro de 1963, a soleníssima instalação da Diocese e a posse do seu primeiro bispo, em atos presididos pelo Excelentíssimo Senhor Bispo Diocesano da Barra do Rio Grande — D. João Batista Muniz, da Congregação do Santíssimo Redentor, e delegado do Excelentíssimo Senhor Núncio Apostólico — D. Armando Lombardi.

Prestigiaram esses inolvidáveis atos, com as suas eminentes presenças, os Excelentíssimos Senhores D. José Brandão de Castro, C.S.S.R., Bispo de Propriá, e D. Milton Correia Pereira, Bispo auxiliar de Belém, além de numerosos membros do Clero Diocesano e regular e de autoridades estaduais e municipais das Dioceses de Juazeiro e de Petrolina.

Permanece inesquecível, na Diocese de Juazeiro, a atividade ali desenvolvida, por D. Tomás, o seu primeiro bispo, tão bemfazeja, pela profunda espiritualidade com que soube infundir na alma do povo a sua mensagem de fé cristã, e pelo extraordinário dinamismo que foi a marca indelével de sua atuação, sobretudo nos cuidados e obras de ação social que instituiu e incentivou, em benefício dos diocesanos mais necessitados.

## UMA FIGURA À PARTE — O MONSENHOR JOSÉ GILBERTO DE LUNA

Tendo celebrado a sua primeira Missa na Igreja de Nossa Senhora das Grotas, ao receber o sacramento da Ordem Sacerdotal, o grande filho de Juazeiro — Padre JOSÉ GILBERTO DE LUNA, como que recebeu naquele dia memorável de sua vida, com as bênçãos da Virgem Santíssima,

uma outra GRAÇA: seria ele, daí por diante, um FILHO AMADO da excelsa padroeira de nossa terra e, porque filho amado, também FILHO AMANTÍSSIMO.

Na verdade, embora não se tenha fixado na Paróquia de Juazeiro, o Padre LUNA é, por assim dizer, o mais querido dos sacerdotes, em nossa terra, e também o mais querido de todos os juazeirenses que residem em Salvador, capital do Estado, onde exerce as altas funções de Vigário Geral da Arquidiocese, e de Pároco da Igreja de Sant'Ana, sendo ainda um dos Vigários de Cristo mais queridos dos nossos conterrâneos domiciliados em outras cidades.

Tudo faz crer que ao receber a graça de Filho Amado de Nossa Senhora das Grotas, derramaram-se sobre o seu SER todas as bemaventuranças e, dentre elas, de modo particular, as virtudes de uma inteligência privilegiada, de um talento invulgar e de uma vida sacerdotal perfeita, que o têm colocado no ápice de todas as grandes iniciativas e realizações do Cabido Metropolitano da nossa Arquidiocese; e mais, a virtude de um AMOR extremoso à nossa cidade e à sua gente, porque não conhecemos outro juazeirense que seja mais apaixonado pela nossa terra comum, do que o Monsenhor JOSÉ GILBERTO DE LUNA.

Em todos os grandes acontecimentos de nossa Juazeiro, lá está ele presente, como uma força viva, a dar brilho ao que se faz, e sempre na organização e no comando.

Assim foi, quando se realizou o Primeiro Congresso Eucarístico Diocesano, de cujo hino é o autor, e que tanto ficou a dever-lhe, pelos esplendores alcançados; assim foi, quando se comemorou, festivamente, o jubileu de prata de vida sacerdotal do seu primeiro Bispo — D. Tomás Guilherme Murphy, quando esteve à frente de todas as comemorações projetadas e levadas a termo, com raro fulgor; assim tem sido, todos os anos, quando vai pregar nas festividades religiosas de 8 de setembro, dia consagrado à nossa padroeira; assim está sendo, agora, nas comemorações do centenário da cidade, coordenando, supervisionando e dirigindo todos os trabalhos preparatórios e arcando, ainda, com a responsabilidade de escrever o Auto de Glória e a Marcha do Centenário, duas belíssimas peças de sua autoria.

É, sem dúvida, um Filho Amado e Amantíssimo.

Os juazeirenses aguardam com ansiedade o dia em que essa figura extraordinária do clero brasileiro será elevada à alta dignidade de Bispo da Igreja Católica Apostólica Romana, com a sua designação para dirigir a nossa Diocese. Será, talvez, a maior festa de nossa terra.

Como os desígnios de Deus são 'imperscrutáveis, aqui fica, por enquanto, apenas este registro: o sinal de ESPERANÇA do povo de Juazeiro.

# **CAPITULO III**

## **EVOLUÇÃO POLITICA**





## NO PERÍODO COLONIAL

Pode-se dizer que de 1730 a 1830, não houve para Juazeiro acontecimento digno de registro, além de sua elevação a JULGADO, como veremos no capítulo seguinte, em que estudaremos a organização da Justiça.

Com a elevação a JULGADO, no ano de 1766, por ato de D. Antonio Rolim de Moura Tavares, Conde de Azambuja, Governador e Capitão General da Capitania da Bahia, ficou Juazeiro subordinada à jurisdição da Comarca de Jacobina e assim permaneceu durante todo o tempo do período colonial, sem que houvesse qualquer iniciativa tendente ao seu crescimento.

A mesma circunstância, aliás, ocorreu no desenvolvimento de quase todos os atuais municípios do sertão.

Entretanto, depois de decorrido esse século de estagnação, começaram a se desanuviar os horizontes para a sua prosperidade. Por isso, dissemos no prólogo desta nossa Memória Histórica que somente a partir do século XIX certas localidades do interior baiano puderam tornar-se conhecidas, parecendo que antes desse período ficaram alheias à evolução nacional.

## NO IMPÉRIO

## ELEVAÇÃO A VILA E INSTALAÇÃO DA 1a. CÂMARA MUNICIPAL

Pela Lei de 9 de março de 1833, sancionada por Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos, foi o povoado de Juazeiro elevado à categoria de Vila, e criado o respectivo Município, cujo território foi desmembrado do de Sento-Sé, e instalada a sua primeira Câmara Municipal a 11 de junho de 1834, que estava assim constituída:

Presidente — Francisco de Paula Pita

Vereadores — Adeodato Ferreira Campos

Antônio Joaquim da Costa, Cap. Mor

Antônio Martins Duarte

Eugênio Nunes da Silva

João Evangelista de Melo, e João Francisco Régis.

Começaram esses seus d'ígnos filhos, imediatamente, o trabalho de engrandecimento do município, tudo fazendo para que os seus sucessores tivessem um exemplo de trabalho e se animassem a continuar a obra que então se iniciava.

## ATOS INICIAIS DA 1a. CÂMARA MUNICIPAL

Muito precárias as condições financeiras e econômicas do município, nessa época, não poderiam fazer muito. Era apenas o ensaio. Não se fizeram esperadas, todavia, as providências mais urgentes.

Dentre estas, merecem ser mencionadas as seguintes, pela importância de que se revestiram, face ao evento da criação do Município:

- Organização do funcionalismo municipal e nomeação dos primeiros servidores;
- Organização dos serviços municipais da Justiça e nomeação dos titulares dos respectivos cargos;
- Organização da Guarda Nacional;
- Reivindicação de maior amplitude do território do Município;
- Divisão administrativa do Município em Distritos;
- Código de Posturas Municipais;
- Criação da Paróquia;
- Criação da Primeira Coletoria;
- Criação da Agência dos Correios;
- Obras Públicas.

### PRIMEIROS SERVIDORES PÚBLICOS

Merece registro o fato histórico de que àquela época o funcionalismo municipal era constituído de apenas quatro servidores: Secretário da Câmara – João Antônio Ferreira; Porteiro da Câmara – Francisco Soares Ramos; Procurador da Câmara – Francisco Luís Pereira; Fiscal do Município – José da Mota Silveira.

Falaremos no próximo capítulo da organização dos serviços municipais da Justiça, e aí serão abordados aspectos da vida de Juazeiro e da região do São Francisco, naquela época, quando as populações viviam, ainda, em grande atraso, e aterrorizadas pela ação nefasta de homens que detinham, com a força das armas, o poder de submetê-las ao sacrifício, ao pavor e ao sofrimento.

### A GUARDA NACIONAL

Em obediência às normas legais, instalado o Município, deveria a Câmara Municipal cuidar de organizar e instituir o seu batalhão da Guarda Nacional, que ficou constituído, inicialmente, de duzentos e oitenta e três (283) guardas, agrupados em quatro Companhias. O alistamento dos seus componentes fôra efetuado, na forma da lei, pelo Juiz Municipal – FRANCISCO MARTINS DUARTE, e o ato da Câmara organizando a milícia ocorreu a 29 de julho de 1834.

Em seguida, por Decreto de Sua Magestade o Imperador D. Pedro II, em acatamento a indicação feita pela Câmara Municipal de Juazeiro, foi nomeado Comandante Superior da Guarda Nacional, no posto de Tenente Coronel, o cidadão e Capitão-Mor ANTONIO JOAQUIM DA COSTA, com jurisdição sobre o batalhão de Juazeiro, ao qual pertencia, e onde estava sediado, e, bem assim, os batalhões de Sento-Sé e da Barra do Rio Grande.

Desse ato imperial foi dado conhecimento através de Edital publicado pela Câmara Municipal de Juazeiro, em 4 de fevereiro de 1839, às autoridades e populações das Comarcas de Sento-Sé, à qual Juazeiro pertencia, como Termo, e do São Francisco, com sede na Barra do Rio Grande.

## TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO

O maior serviço prestado ao Município, pela sua primeira Câmara Municipal, no amplo sentido histórico, foi, sem dúvida, o que desencadeou, com vistas à ampliação do seu território.

Com efeito, o Município fora criado tendo por limite o Rio Salitre, que dividia o seu território do de Sento-Sé, e a Câmara Municipal, ao proceder a divisão administrativa do Município em Distritos, em 14 de junho de 1834, estabeleceu que estes ficariam assim delimitados:

1o. Distrito —o da Sede (ou da Vila), compreendendo os terrenos da Barra do Salitre à Barrinha, com seus respectivos centros;

2o. Distrito —o do Riacho, compreendendo os terrenos da Barrinha à Fazenda da Maniçoba e seus centros;

3o. Distrito —o da Maniçoba à Barra do Curaçá, limite extremo do Termo e do Município, e seus centros.

Em ofício de 29 de junho de 1834, a Câmara Municipal informava ao Presidente da Província essa divisão do território em Distritos, adiantando estar ele compreendido nas duas Freguesias de Sento-Sé e Pambú, abrangendo cinco léguas na primeira e quatorze léguas na segunda, e assinalava, por fim, não existir nenhuma capela, além da que fôra erigida na Missão dos Índios, na Vila do Juazeiro, e que também não existiam outras povoações, além daquela constituída pela Vila, ou seja, pela sede do Município.

Apressou-se, a 1a. Câmara Municipal de Juazeiro, sob o fundamento de que era bastante difícil, para a população que habitava a margem esquerda do Rio Salitre e suas adjacências, permanecer sob a jurisdição de Sento-Sé, devido à distância para a sede daquele município, pelo que, já em 30 de julho de 1834, representava, por ofício, ao Presidente da Província, reivindicando que os limites territoriais do município de Juazeiro se estendessem para além do Rio Salitre, passando a serem fixados do riacho do Curaçá até o riacho Sucuruíú, acima da Vila de Juazeiro doze léguas, riacho este nascente na Fazenda Tamanduá, indo a desaguar no rio São Francisco.

Esta reivindicação da 1a. Câmara Municipal não foi atendida pelo Conselho Provincial. Entretanto, extinto êste, e criada a Assembléia Legislativa Provincial, voltaria a 2a. Câmara Municipal a pleitear, em 15 de janeiro de 1838, a mesma ampliação territorial do município, sob idênticos fundamentos.

Este segundo apêlo, porém, mereceu acolhimento por parte da Assembléia Legislativa e, através da Lei n. 114, de 26 de março de 1840, sancionada pelo Presidente da Província — Thomaz Xavier Garcia d'Almeida, que extinguiu a Missão do Juazeiro e criava a Freguesia e respectiva Matriz, foram estabelecidos os novos limites do município, dividindo o seu território com o da Freguesia de Santo Antonio do Pambú, pelo riacho Curaçá, e com a de São José da Barra do Sento-Sé, pelo alto da Fazenda das Pedras, e daí em linha reta até a Fazenda Salgadinha.

Deve-se, portanto, à 1a. Câmara Municipal de Juazeiro, a iniciativa da ampliação do seu território, para além da margem esquerda do Rio Salitre, abrangendo a área onde se construiu, afinal, a Barragem do Sobradinho, que constitui, atualmente, uma grande esperança para a região, limites esses que foram melhor definidos pela Lei n. 470, de 25 de abril de 1853, sancionada pelo Presidente João Maurício Wanderley, depois Barão de Cotegipe, cujo teor foi o seguinte:

“Art. 1º — O Município de Juazeiro fica dora em diante dividido em quatro distritos: o primeiro principiará da barra do Maurício até a fazenda denominada Encruzilhada; o segundo, da barra do Maurício à barra do Teodoro Luiz, pelo centro, compreendendo o riacho da Cifra; o terceiro, da barra do Teodoro Luiz, à barra do Curaçá Grande; o quarto, da barra do Rodeadouro, pela margem do rio, até à Fazenda das Pedras e pelo centro, compreendendo o riacho Salitre por uma e outra margem, até à extrema do Termo de Juazeiro com o da Vila Nova da Rainha.

Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário.”

## OUTROS SERVIÇOS E OBRAS PÚBLICAS

Aprovou a 1a. Câmara Municipal de Juazeiro, em 3 de julho de 1834, se bem que muito rudimentar, o primeiro Código de Posturas do Município; promoveu as medidas necessárias à criação da Paróquia, no que veio a ser atendida pela Lei n. 114, de 26 de março de 1840, a que já nos referimos no capítulo anterior; diligenciou no sentido de ser criada a primeira agência dos Correios, que, no ano de 1836, foi inaugurada, sob a denominação de Administração dos Correios da Vila de Juazeiro, sendo nomeado Administrador, por indicação da Câmara, o cidadão José Tibúrcio Pereira e Melo e, finalmente, pleiteou e obteve a criação da 1a. Coletoria, sendo nomeado para o cargo o Tenente Coronel ANTONIO JOAQUIM DA COSTA, que o exerceu durante mais de vinte anos.

No tocante a Obras Públicas, essa 1a. Câmara Municipal cuidou, prioritariamente, de autorizar aos Juizes de Paz dos distritos a abertura de estradas no interior do Município, e de construir o primeiro cemi-

tério da Vila, requisitando ao Vigário Francisco Manuel dos Santos, como autoridade eclesiástica, a demarcação do terreno apropriado, a fim de resolver problema do maior interesse para a população, uma vez que o sepultamento, até essa época – outubro de 1834, ainda se fazia em campo aberto.

## AS DEMAIS CÂMARAS MUNICIPAIS

Impossível seria, em trabalho desta natureza, descrevermos as atividades desenvolvidas pelas Câmaras Municipais que dirigiram os destinos de Juazeiro, durante todo o período do Império, bem assim pelos Intendentes e Conselhos Municipais, que tiveram sob sua responsabilidade a administração do município durante a primeira República, ou dos Prefeitos e Câmaras de Vereadores que geriram os interesses de nossa terra, a partir do segundo período republicano.

Correríamos o risco de descermos a minúcias desnecessárias, tornando maçuda esta Memória Histórica, e assás enfadonha a sua leitura. Preferimos referir-nos tão só, às que foram objeto das preocupações da 1a. Câmara Municipal, pela importância histórica de que se revestiram.

Todavia, ainda em atendimento ao interesse histórico, detalharemos, a seguir, quais foram os juazeirenses que compuseram todas as demais Câmaras e Conselhos Municipais, bem assim os Intendentes e Prefeitos que, ao longo daqueles períodos, se devotaram, por vezes, com o sacrifício de interesses pessoais e de família, à gestão do município de Juazeiro e às preocupações do bem comum:

## NO IMPÉRIO

### ANTES DA ELEVAÇÃO DA VILA À CATEGORIA DE CIDADE CÂMARAS DE VEREADORES CÂMARA DE 1837 a 3 DE ABRIL DE 1841

Vereadores — João Antônio Ferreira — Presidente  
 José Luís da Rocha  
 José Batista de Sousa  
 Francisco Raimundo de Sousa  
 Jerônimo Rodrigues Infante da Câmara  
 Dr. Joaquim José Ribeiro de Magalhães  
 Manuel José de Amorim.

Suplentes — Filipe Santiago Barroso  
 João Martins Duarte  
 Manuel Luís Alves da Costa.

**Câmara de 3 de abril de 1841 a 10 de janeiro de 1845:**

Vereadores — Antônio Luís Ferreira — Presidente  
 Antônio da Cunha Barbosa  
 Francisco Martins Duarte  
 Francisco Raimundo de Sousa  
 José Carlos da Cunha  
 José Tibúrcio Pereira e Melo  
 José Antonio Ferreira

Suplentes — Clemente de Sousa Benevides  
 José da Mota Silveira  
 Justino José de Sousa Lisboa

**Câmara de 11 de janeiro de 1845 a 7 de janeiro de 1849:**

Vereadores — Antônio Luís Ferreira — Presidente  
 Justino José Pereira e Melo  
 Manuel Luís da Costa  
 Antônio Ribeiro da Silva  
 Luís Pereira Jordão  
 Manuel de Melo Afonso Costa

Suplentes — Francisco Martins Duarte  
 Antônio Luís da Silva  
 José da Mota Silveira  
 Francisco Rodrigues de Melo  
 Joaquim Nogueira de Sousa  
 Félix da Cunha Barbosa  
 Raimundo Martins Duarte  
 José Antônio Ferreira  
 Manuel José de Amorim

**Câmara de 8 de janeiro de 1849 a 6 de janeiro de 1853:**

Vereadores — Justino José Pereira e Melo — Presidente  
 Luís Pereira Jordão  
 Manuel Luís da Costa  
 Vitorino Nunes Martins Duarte  
 Antônio Ribeiro da Silva  
 Félix Cunha Barbosa  
 Francisco Rodrigues Melo

Suplentes — Antônio Lopes da Silva  
 Clemente de Sousa Benevides  
 Antônio Martins Ferreira Campos  
 José Custódio da Cunha

Antônio Luís da Rocha  
 Manuel Afonso de Melo Costa  
 João Francisco Régis Júnior  
 José Hermenegildo de Sousa  
 Raimundo Martins Duarte  
 José Francisco Castro

**Câmara de 7 de janeiro de 1853 a 6 de janeiro de 1857:**

Vereadores — Justino José Pereira e Melo — Presidente  
 Francisco Rodrigues Melo  
 Antônio Luís da Rocha  
 José Barbosa da Cunha  
 Alberto José de Santana  
 Clemente de Sousa Benevides  
 Teodoro José de Sousa Frade

Suplentes — Manuel Francisco de Sousa  
 Francisco Raimundo de Sousa Júnior  
 Vitorino Nunes Martins Duarte  
 Manuel Afonso de Melo Costa  
 Luís Inácio da Silva

**Câmara de 7 de janeiro de 1857 a 7 de janeiro de 1861:**

Vereadores — Domingos Luís Ferreira — Presidente  
 Luís Inácio da Silva  
 João Ferreira Silva  
 Francisco Rodrigues Melo  
 Francisco Martins Duarte  
 Luís Manuel da Costa  
 Justino José Pereira e Melo

Suplentes — Teodoro Luís de Sousa  
 Cassiano Carlos da Cunha  
 José Antônio Ferreira  
 Antônio Alves Leal  
 Augusto Sousa Benevides

**Câmara de 8 de janeiro de 1861 a 6 de janeiro de 1865:**

Vereadores — Domingos Luís Ferreira — Presidente  
 José Antônio Ferreira  
 José Francisco de Castro  
 Salustiano Luís Ferreira  
 Jesuíno Moreira de Amorim



Suplentes – Alberto José de Santana  
 Luís Pereira Jordão  
 Antônio Alves Leal  
 Jerônimo José Marinho  
 Manuel José Oliveira  
 Antônio Luís Ferreira Filho  
 José Luís de Queirós  
 José Carlos da Cunha Júnior  
 Inocêncio de Sousa Benevides  
 José Pereira de Meneses Pingo  
 Manuel Silva Franco  
 José da Mota Silveira

**Câmara de 7 de janeiro de 1865 a 13 de maio de 1870:**

Vereadores – Antônio Ribeiro da Silva Júnior – Presidente  
 Pedro José Vieira  
 Antônio Joaquim de Araújo  
 Manuel da Cruz Nascimento  
 Custódio Luís Ferreira  
 Antônio Alves Leal  
 José Carlos da Cunha Júnior  
 Suplentes – Manuel de Sousa Benevides  
 Jerônimo José Albernaz  
 Jerônimo José Marinho  
 José Vieira Silva Neto  
 Antônio Luís Ferreira Filho  
 Teodoro Alves Ferreira  
 Luís Pereira Jordão  
 João Martins Duarte  
 Teodoro José de Sousa Frade

**Câmara de 14 de maio de 1870 a 7 de janeiro de 1873:**

Vereadores – Francisco Martins Duarte – Presidente  
 Manuel Luís Fernandes da Cunha  
 Benevides Moreira do Prado  
 João Evangelista Pereira e Melo  
 José da Mota Silveira  
 Manuel de Sousa Benevides  
 Lino José de Oliveira  
 Suplente: – Manuel Gonçalves da Silva Loja  
 Jerônimo José Marinho  
 Manuel Luís da Costa

Antônio da Cunha Barbosa  
 Rufo José Lafetá  
 Pedro José Vieira  
 José Vieira da Silva Neto  
 Teodoro José de Sousa Frade  
 João Martins Duarte

**Câmara de 7 de janeiro de 1873 a 7 de janeiro de 1877:**

Vereadores – João Evangelista Pereira e Melo – Presidente  
 Francisco Martins Duarte  
 Manuel Luís Fernandes da Cunha  
 Luís Inácio da Silva  
 Manuel da Cruz Nascimento  
 Jerônimo José Marinho  
 Manuel Luís de Sousa

Suplentes – Teodoro José de Sousa Frade  
 Martinho José de Macedo  
 João Ferreira da Silva  
 Joaquim Nogueira de Sousa  
 Luís Manuel da Costa  
 Antônio da Cunha Barbosa  
 Teodoro Luís de Sousa  
 José da Mota Silveira  
 João Martins Duarte

**Câmara de 7 de janeiro de 1877 a 7 de janeiro de 1881:**

Vereadores – Francisco Martins Duarte – Presidente  
 José da Mota Silveira  
 Jerônimo Fernandes da Cunha  
 Cesário da Silva  
 João Evangelista Pereira e Melo  
 Jerônimo José Marinho  
 Eduardo Rodrigues Coelho de Amorim

Suplentes – Teodoro Luís de Souza  
 Manoel Luis de Souza  
 João Luís da Costa  
 Antônio da Cunha Barbosa  
 Pedro José Vieira  
 Henrique José da Rocha  
 Benevides Moreira do Prado  
 José Antônio de Araújo Silva  
 Antônio Gomes de Jesus  
 João Ferreira da Silva  
 Rodolfo Martins Duarte.

## ELEVAÇÃO À CATEGORIA DE CIDADE

Foi, assim, durante o exercício desta Câmara de Vereadores, que ocorreu o maior e mais auspicioso fato de sua evolução política.

Pela Lei n. 1.814, de 15 de julho de 1878, foi a Vila de Juazeiro elevada à categoria de Cidade, acesso a que fizera jus pela sua prosperidade, visto que a esse tempo já não era apenas um agrupamento humano, sem forais de civilização, como tantos que ainda hoje existem, pelos nossos sertões, titulados de cidades, por disposição legal, pelo fato só de serem sedes de municípios.

Em apoio desta assertiva, não nos devemos furtar à transcrição da crônica escrita por Theodoro Sampaio, um dos eméritos historiadores baianos, que ali chegou um ano depois, a 14 de outubro de 1879, em viagem de estudos da navegação dos grandes rios que desembocam na costa oriental do Brasil. Diz ele: (12)

### CRÔNICA DA ÉPOCA DA ELEVAÇÃO A CIDADE

“A cidade de Juazeiro é com razão considerada o empório do sertão do São Francisco.

A sua zona de influência comercial que, por um lado, atinge Cabrobó, 203 quilômetros rio abaixo, por outro, a Januária, 1.054 quilômetros rio acima, afetando ainda os sertões de Piauí por Oeiras e Paranaguá, e os de Goiás por Palmas e Natividade, é, sem dúvida, uma das mais vastas do Brasil Central.

O Juazeiro, que fica distante do porto da Bahia 575 quilômetros, ou 78 léguas, a mais curta travessia entre o mar e a secção navegável do alto São Francisco, e, por essa razão, ponto terminal escolhido da grande linha férrea que para estes sertões se encaminha, tinha então para nós que acabávamos de percorrer uma região àspere, atrasada e tão pouco favorecida pela natureza, o aspecto de uma côrte do sertão. As suas construções em que se procuram observar certo gosto arquitetônico, a sua nova e boa igreja matriz, o teatro, uma grande praça arborizada, ruas extensas, comércio animado, porto profundo e amplo, exibindo uma verdadeira frota fluvial, população alegre e ativa, de mais ou menos 3.000 habitantes, davam-nos uma impressão tão favorável de progresso, de riqueza e de atividade de que nos alegrava e nos levava a mudar o conceito que vínhamos fazendo deste rio e dos seus adustos sertões.

Tudo, com efeito, aqui concorre para tornar esta cidade um centro de ativas transações. Situada na encruzilhada de duas grandes artérias de comunicação interior, isto é, a velha estrada histórica que da

Bahia se encaminha para o Maranhão, através do Piauí, e a amplíssima estrada fluvial que desce de Minas e vai ao Oceano, através da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, Juazeiro, fundado pelos fins do século XVII se tornou logo um centro preferido das transações comerciais destas regiões, e cresceu e se constituiu o foco mais poderoso da civilização e da riqueza desta parte do Brasil que se pode designar como a região média dentre os rios São Francisco e Tocantins. Por essa razão, é aqui comumente denominada a PRAÇA entre os sertanejos mantendo com o porto da Bahia um grosso trato, servido por cerca de dois mil muares, que de ordinário fazem a grande travessia para o litoral em quinze dias e marcha regular.

Entretanto, apesar da distância e dos meios de transporte e das dificuldades vencidas, chegam aqui as mercadorias européias por preços bem razoáveis e ainda suportam com vantagem o frete adicional para lugares mais distantes.

Notamos na população do Juazeiro a mais obsequiosa atenção e urbanidade.

Havíamos assentado acampamento abaixo da cidade, à sombra dos frondosos cajueiros de uma chácara situada à margem do rio. Em poucas horas, porém, toda a população sabia da nossa chegada e o que de mais distinto e elevado nela havia nos vinha visitar e oferecer os seus préstimos. Notamos-lhe ao par de muita afabilidade e correção de maneiras, o sincero desejo de obsequiar e de servir. Em breve, recebíamos convites para ceias e jantares, bandeijas de frutas e doces, cobertas com toalhas de riquíssimos bordados e outras provas repetidas de consideração e de simpatia.

Dentre as pessoas que mais atenções nos dispensavam, distinguia-se o velho vigário, o Cônego Mato-Grosso, figura simpática que todos tratavam o Padrinho Vigário, pois vira surgir e batizar a quase duas gerações desse povo sertanejo que tão sincera e tão justamente o amava."

Aí tivemos uma boa impressão do que era Juazeiro ao tempo em que foi sancionada a Lei n. 1814, de que falamos há pouco, e cujo texto é o seguinte:

"O Barão Homem de Melo, do Conselho de Sua Magestade o Imperador. Dignitário da Ordem da Rosa e Presidente da Província da Bahia. Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa Provincial decretou e eu sanciono a Lei seguinte:

Art. 1º — Fica elevada à categoria de cidade a Vila do Juazeiro, com a denominação de cidade do Juazeiro.

Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário.

Verificada a instalação solene a 8 de setembro desse mesmo ano de 1878, dia consagrado a N. S. das Grotas, padroeira da cidade, atingira, assim, o nosso município, na sua evolução política, o ponto mais alto, nos limites do regime. Doravante, teriam lugar especial as conquistas da sua

evolução social. Para estas, entretanto, iriam concorrer, ainda e de modo decisivo, os dois grandes meios de transporte cujo funcionamento regular não tardaria.

## DEPOIS DA ELEVAÇÃO DA VILA À CATEGORIA DE CIDADE

### CÂMARAS DE VEREADORES

Permaneceu a composição da CÂMARA instalada a 7 de janeiro de 1877, sob a presidência de FRANCISCO MARTINS DUARTE, e, em virtude da elevação à categoria de cidade, foi aumentado o número de Vereadores, de sete para nove, sendo convocados para o efetivo exercício, os seguintes suplentes:

- Teodoro Luís de Souza
- Manoel Luís de Souza

#### **Câmara de 7 de janeiro de 1881 a 9 de janeiro de 1883:**

Vereadores – Francisco Luís Ferreira – Presidente  
 Henrique José da Rocha  
 Manuel Fidié Nunes da Silva  
 João Evangelista Pereira e Melo  
 Jerônimo José Marinho  
 Eduardo Rodrigues Coelho do Amorim  
 Benevides Moreira do Prado  
 Raimundo Cornélio da Cunha Barbosa  
 Pedro José Vieira

#### **Câmara de 9 de janeiro de 1883 a 7 de janeiro de 1887:**

Vereadores – Francisco Martins Duarte – Presidente  
 Antônio da Cunha Barbosa  
 Antônio de Oliveira Sampaio  
 Antônio Luís Viana  
 Rodolfo Martins Duarte  
 Jerônimo Fernandes da Cunha  
 Pedro José da Rocha  
 Cesário da Silva  
 João Nunes da Silva

#### **Câmara de 7 de janeiro de 1887 a 2 de fevereiro de 1890:**

Vereadores – Benevides Moreira do Prado – Presidente de 1887 a 1889  
 Eduardo Rodrigues Coelho do Amorim  
 Aristides Martins Duarte

Odilon Augusto de Oliveira Lins  
Teófilo Martins da Cunha  
Henrique José da Rocha  
Emídio Anastácio de Sousa (Fal. em 21/03/1889)  
João Luís Pereira (Falecido em 16/09/1887)  
Antônio Ribeiro da Silva Júnior (Empossado em 10/01/1887)  
Dr. José Inácio da Silva (Empossado em 09/01/1888)  
Antônio Custódio Fernandes da Cunha (Empossado em 08/07/1889).

Suplentes — Antônio Teixeira Lima Júnior  
Francisco José de Castro  
Lucílio Pereira de Mesquita

Ao final deste registro, feita a honrosa menção aos nomes de todos aqueles que compuseram as Câmaras de Vereadores de Juazeiro, de 1834 a 1889, e que tanto contribuíram com o seu devotamento aos superiores interesses da municipalidade, merecem um destaque especial os dos seus respectivos Presidentes, sobre cujos ombros pesaram as responsabilidades maiores das funções executivas, desde sua elevação à categoria de Vila até a proclamação da República, vale dizer durante o período da Monarquia Constitucional, e aos quais a nossa terra ficou a dever relevantes serviços em prol do seu desenvolvimento:

- Francisco de Paula Pita
- João Antônio Ferreira
- Antônio Luís Ferreira
- Justino José Pereira e Melo
- Domingos Luís Ferreira
- Antônio Ribeiro da Silva Júnior
- João Evangelista Pereira e Melo
- Francisco Luís Ferreira
- Francisco Martins Duarte e
- Benevides Moreira do Prado.

## NA REPÚBLICA

### PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

Proclamada a República Federativa dos Estados Unidos do Brasil, a 15 de novembro de 1889, a Câmara Municipal de Juazeiro reuniu-se a 01 de dezembro seguinte para, em seu próprio nome e dos municípes que representava, aderir ao Governo Provisório do país e ao do Estado da

Bahia, reconhecendo a nova forma de governo que se instalara, tal como já o haviam feito numerosos municípios de todas as antigas províncias, do sul ao norte do território nacional.

Em reunião realizada e dirigida pelo seu próprio Presidente — o Tenente Coronel Benevides Moreira do Prado, com a presença dos Vereadores Dr. José Inácio da Silva, Capitão Antonio Ribeiro da Silva Júnior, Tenente Eduardo Rodrigues Coelho de Amorim, Aristides Martins Duarte e Teófilo Martins da Cunha, protestou fidelidade ao novo regime, aprovando u'a Moção de autoria do Vereador Dr. José Inácio da Silva, concebida nos seguintes termos:

“A Câmara, reconhecendo o novo sistema de governo constituído e proclamado no dia 15, adere, em nome do povo deste município, que legitimamente representa, ao Governo Central Provisório e ao deste Estado da Bahia, como delegado daquele. Em sessão extraordinária de 01 de dezembro de 1889 — José Inácio.”

Por não terem os poderes do Estado transmitido qualquer deliberação, em decorrência da implantação do novo sistema de governo, a Câmara Municipal instalada a 7 de janeiro de 1887, ainda se reuniu, em pleno regime republicano, no dia 7 de janeiro de 1890, com a presença do Presidente — Benevides Moreira do Prado e dos Vereadores José Inácio da Silva, Antonio Ribeiro da Silva Júnior, Odilon Augusto de Oliveira Lins, Eduardo Rodrigues Coelho de Amorim, Teófilo Martins da Cunha e Antônio Custódio Fernandes da Cunha, elegendo, nessa ocasião, a nova Mesa diretora da Câmara. Foram eleitos:

- Presidente — Dr. José Inácio da Silva
- Vice Presidente — Benevides Moreira do Prado.

Empossados nos cargos, o Dr. José Inácio da Silva, de acôrdo com as normas legais vigentes durante o período do regime monárquico, passou a exercer, na qualidade de Presidente da Câmara, e cumulativamente, as funções executivas, até que o Governo Provisório do Estado deliberasse a respeito.

Em 26 de fevereiro seguinte, reuniu-se a Câmara Municipal, em sessão extraordinária, para tomar conhecimento do ofício recebido do Dr. Manoel Vitorino Pereira, Governador do Estado da Bahia, comunicando-lhe haver sido dissolvida a Câmara de Vereadores, e criada uma Intendência e um Conselho Municipal, ambos nomeados pelo Governo Estadual.

O intendente, que exercia as funções executivas, na administração do Município, exerceria, por sua vez, também cumulativamente, o cargo de Presidente do Conselho Municipal.

Esses cargos e funções foram assim providos, por ato do Governo do Estado, de 12 de fevereiro de 1890:

Intendente – Coronel FRANCISCO MARTINS DUARTE

Conselho Municipal:

Francisco Martins Duarte – Presidente

José Francisco de Morais

Antônio Luiz Viana

Galdino Simões de Carvalho

Cesário da Silva

José de Sousa Benevides e posteriormente José Cândido de Deus

José da Mota Silveira

Jerônimo Fernandes da Cunha.

Naquela sessão extraordinária de 29 de fevereiro de 1890, a Câmara Municipal recebeu as contas do Procurador da Câmara e, com as formalidades de estilo, deu posse ao Intendente nomeado – FRANCISCO MARTINS DUARTE, que, perante a Câmara, prestou o juramento de “sob sua palavra de honra e de cavalheiro, cumprir fielmente os deveres inerentes ao honroso cargo para que fora nomeado, declarando contar com o patriotismo e luzes dos ex-vereadores, para o desempenho de sua missão”.

A 8 de março seguinte, realizou-se a sessão de posse do 1º Conselho Municipal republicano, sendo deferido pelo Presidente Cel. Francisco Martins Duarte, o juramento, aos membros do Conselho, Capitão José Francisco de Morais, Antônio Luís Viana, Tenente Galdino Simões de Carvalho, Cesário da Silva e José de Souza Benevides. Posteriormente foram empossados os Conselheiros José da Mota Silveira e Jerônimo Fernandes da Cunha.

Na Intendência do Coronel Francisco Martins Duarte, período de transição do regime monárquico para o republicano, foram tomadas todas as providências atinentes à reorganização dos serviços públicos, e cuidou-se com o máximo interesse de preparar o serviço eleitoral para os pleitos que se iriam travar no ano seguinte.

A 5 de fevereiro de 1891 realizou-se, em Juazeiro, a primeira eleição do período republicano, para a Assembléia Estadual Constituinte e, promulgada a Constituição baiana, a 2 de julho de 1892, procedeu-se, a 18 de dezembro de 1892, a primeira eleição, no Município, para escolha, pelo voto popular, do Intendente e do Conselho Municipal, sendo eleito para o cargo executivo, sem competidor, o Cel. Ramiro Antônio Ribeiro, ficando assim constituída a nova administração municipal, empossada a 21 de abril de 1893:

## CONSELHOS MUNICIPAIS

### **Conselho Municipal de 21 de abril de 1893 a 14 de abril de 1896:**

Intendente – Ramiro José Ribeiro



Conselheiros

Municipais – Dr. José Inácio da Silva – Presidente

Antônio Luís Viana

José Francisco de Moraes

Artur Evaristo Bacelar

Raimundo Azevedo

José Joaquim da Silva

Jerônimo Fernandes da Cunha

Joaquim Correia Lima

Cesário Albano Coriolano

Cirilo Sales.

Relacionaremos, a seguir os Intendentes, e os Conselheiros Municipais que se seguiram, no período republicano, até 1930:

### **Conselho Municipal de 14 de abril de 1896 a 01 de janeiro de 1900:**

Intendente – Henrique José da Rocha

Conselheiros: Antônio Oliveira Sampaio – Presidente de 1896 a 1898

Antônio Evangelista Pereira e Melo – Presidente em 1899

Antônio Teixeira Lima Júnior;

Padre Antônio Dias de Oliva;

Josino Alcides Ribeiro:

José Alexandre da Cunha Ribeiro;

Abílio Barbosa (asassinado em 15/11/1899).

### **Conselho Municipal de 01 de janeiro de 1900 a 31 de dezembro de 1903:**

Intendente: Dr. Antônio Rodrigues da Cunha Melo,

Conselheiros: José Pereira de Mesquita – Pres. até 01/04/1900;  
Aprígio Duarte Filho – Presidente de 01/05/1900 a 31/12/1900;

Josino Alcides Ribeiro – Presidente em 1901;

José Alexandre da Cunha Ribeiro – Presidente em 1902 a 1903;

Manuel Lima – Pres. de 05/04/1900 a 01/05/1900;

Olímpio Melo;

Hermínio Ferreira;

José Luís de Queirós (falecido em 1903).

Pela lei n. 478 de 30/09/1902, o número de conselheiros passou a nove sendo empossados em 16/02/1903:

Anísio Ramos de Queirós e  
Antônio Ferreira Muniz.

**Conselho de 01 de janeiro de 1904 a 31 de dezembro de 1907:**

Intendente: Dr. José Inácio da Silva

Conselheiros: Henrique José da Rocha – Presidente,

João Soares de Miranda,

Crispim de Oliveira e Silva,

Marcolino Ferreira Lima,

Antônio Teixeira Lima Júnior,

Egídio Lopes de Almeida,

Antônio Ádri

Antônio Firmino Novais Pinto,

José Filgueiras Cavalcante (renunciou em 1905  
sendo substituído por)

Joaquim Rodrigues Santiano Júnior (empossado  
em 13/04/1905).

**Conselho Municipal de 01 de janeiro de 1908 a 28 de fevereiro de 1912:**

Intendente: Ramiro José Ribeiro,

Conselheiro: Egídio Lopes de Almeida – Presidente,

José Petitinga

Félix Antônio de Magalhães,

Cesário de Sousa Benevides,

João Soares de Miranda,

Lauro Dias,

Alfredo Sousa Estrêla (renunciou substituído por  
José Hermenegildo Ferreira Neto),

Jovino Antônio Pereira (renunciou substituído por  
João Costa Lima),

Joaquim Rodrigues Santiano Júnior (renunciou,  
substituído por

Manuel Rodrigues Santiago).

Havendo aumentado o número de conselheiros, de acôrdo com  
Lei Municipal, foram eleitos e empossados:

José Francisco de Moraes e

Vitorino Martins Duarte.

**Conselho Municipal de 1912 a 1914:**

Conselheiros: Ulisses Alves Leal – Presidente,  
José Eufrásio Sousa Kopings,  
João Félix Martins,  
Antônio Rodrigues de Argôlo,  
Pedro Pereira Primo,  
Américo Alves de Sousa,  
Alfredo Sousa Estrêla,  
Pelágio Lopes Siqueira,  
Leônidas Gonçalves Tôrres,  
Anísio Viana,  
Manuel Gonçalves Ferreira,  
José Martins Filho.

**Conselho Municipal de 1914 a 1916:**

Conselheiros: Pelágio Lopes Siqueira – Presidente,  
Pedro Pereira Primo,  
José Eufrásio Souza Kopings,  
José da Cunha Filho,  
João Félix da Cunha,  
Inácio Martins de Macedo,  
Américo Alves de Sousa (substituído por  
Raimundo Gonçalves Ferreira),  
José Martins de Sousa Filho,  
Ulisses Alves Leal.

**Conselho Municipal de 1916 a 1920:**

Conselheiros: Anísio Evangelista Pereira e Melo – Presidente  
Pedro Pereira Primo,  
José Hermenegildo Ferreira Neto,  
José de Sá Roriz,  
Luís Cursino da França Cardoso,  
Teodulfo Lopes Siqueira,  
Arnaldo Barbosa da Cunha,  
João Coelho Cavalcante,  
Zacarias Alves de Freitas,  
Enéias Ferreira Muniz,  
Alfredo Francisco de Morais  
(substituído por  
Álvaro Carvalho de Araújo),  
José Dantas Martins (substituído por  
Dionísio Freire de Carvalho).

**Conselho Municipal de 1920 a 1922:**

Conselheiros: Aprígio Duarte Filho, substituído por  
Luís Cursino da França Cardoso),  
Epaminondas do Prado Tôrres – Presidente,  
Juvenal Costa,  
Antônio Martins Duarte, (em 1921),  
Anísio Evangelista Pereira e Melo (substituído por  
Artur Costa Lima, em 1920 (substituído por  
Artur Costa Lima),  
Anísio Evangelista Pereira e Melo (substituído por  
Jaime Martins de Sousa),  
José Hermenegildo Ferreira Neto (substituído por  
Pergentino Pereira e Melo),  
Teodulfo Lopes Siqueira (substituído por  
Antônio José Ádri),  
Antônio Bãrbosa (substituído por  
Antônio Martins Duarte, em 1921),  
João Félix da Cunha,  
Joaquim Alves Ferreira Xavier,  
Dionísio Freire de Carvalho,  
Enéas Ferreira Muniz,  
Álvaro Carvalho de Araújo.

**Conselho Municipal de 1922 a 1926**

Conselheiros: Antônio Martins Duarte,  
Jesuino Inácio da Silva,  
Pedro Pereira Primo,  
Antônio Borges de Almeida,  
José da Mota Silveira Filho,  
Armando Gonçalves de Oliveira,  
Leônidas Gonçalves Tôrres  
Veríssimo Valeriano de Araújo,  
Bertolino Evangelista Pereira e Melo,  
Flávio Gomes da Cruz,  
Josino Alcides Ribeiro (falecido em 1925 e  
substituído por  
Edson Ribeiro (em 1926),  
João Padilha de Sousa (substituído por  
Emílio Ribeiro),  
Domingos Martins dos Santos (que substituiu  
Leônidas Gonçalves Tôrres).

**Conselho Municipal de 1926 a 1928:**

Conselheiros: Delsuc Moscoso de Oliveira — Presidente,  
 Raul Nunes da Cunha,  
 Juvenal Costa,  
 Epaminondas Dourado,  
 Teodulfo Lopes Siqueira,  
 Policarpo Ataíde (substituído por  
 Edilberto da Mota Trigueiros).

**Conselho Municipal de 1928 a 1930:**

Conselheiros: Galdino Evangelista de Matos — Presidente,  
 Artur Viana,  
 Édson Ribeiro,  
 João Matos,  
 Epaminondas Dourado,  
 Flávio Gomes da Cruz (substituído por  
 Alcides Mota),  
 Teodoro de Sousa Martins,  
 Leônidas Gonçalves Tôrres (substituído por  
 José de Sá Roriz),  
 Raul Nunes da Cunha (substituído por  
 Aprígio Duarte Filho),  
 Veríssimo Valeriano de Araújo (substituído por  
 Inácio Martins de Macedo),  
 Delsuc Moscoso de Oliveira (substituído por  
 Pergentino Pereira e Melo).

## JUAZEIRO E A REVOLUÇÃO DE 1930

Desencadeada a Revolução, a 3 de outubro de 1930, sob o comando, no norte do país, do Capitão Juarez Fernandes Távora e dos Tenentes Juracy Montenegro Magalhães e Jurandyr Bizarria Mamede, desceram as tropas revolucionárias da Paraíba e do Recife, pelo interior do Estado de Pernambuco, ocupando com facilidade todas as cidades por onde passavam até Petrolina, que também foi ocupada sem resistência, a 16 de outubro.

Juazeiro, cidade fronteira à Petrolina e separada pelo rio São Francisco, fôra, entretanto, considerada cidade estratégica, pelas forças legalistas, que se opunham à revolução, e que, no Estado da Bahia, sob o comando do General Santa Cruz, deliberaram concentrar naquela cidade a resistência aos revoltosos, encarregando o chefe político da região Deputado Federal JOSÉ CORDEIRO DE MIRANDA, residente em Juazeiro,

à rua Cel. João Evangelista n. 29, de organizar as forças de defesa e de sustentação do governo, detendo a marcha das colunas revolucionárias que já se haviam apoderado, vitoriosamente, das posições políticas do nordeste.

O deputado CORDEIRO DE MIRANDA, constituiu um corpo de combatentes com o pessoal da Viação Baiana do São Francisco, e obteve o apoio dos Coroneis sertanejos Franklin Lins de Albuquerque, de Pilão Arcado, e Francisco Leobas, de Remanso, que colocaram em armas um número avantajado de jagunços. Todo esse pessoal, reunido ao Batalhão da Polícia Militar, sob o comando do Capitão Rodolfo Araujo, opôs resistência, durante nove dias, em Juazeiro, às forças revolucionárias, que haviam chegado a Petrolina em uma grande frota de caminhões.

Ao amanhecer daquele dia 16 de outubro, foi a população juazeirense surpreendida com a alarmante notícia da chegada daquelas tropas a Petrolina, inclusive uma companhia cognominada de Coluna da Morte, e que ameaçavam bombardear Juazeiro se a cidade não se rendesse imediatamente. Estabeleceu-se verdadeiro pânico e muitas famílias, apavoradas, procuravam refugiar-se no interior do município.

O autor desta Memória não tinha, naquela ocasião, na inocência dos seus nove anos de idade, condições de avaliar ou de julgar os acontecimentos, suas causas, e suas consequências. Lembra-se, porém, nitidamente, do horror e espanto com que os adultos tomavam conhecimento do fato e se apressavam em adotar providências no sentido de evacuar a cidade, no que eram aconselhados pelas autoridades locais. Continua bem viva na sua lembrança, a retirada de sua genitora para a Fazenda Marí, à margem do rio São Francisco, distante oito quilômetros da cidade, em estado de puerpério, porque nascera, há apenas três dias, ou seja a 13 de outubro de 1930, o seu irmão Álvaro; não esquecerá, jamais, o quadro aterrador da passagem pela casa da Fazenda Marí, da coluna organizada pelo Coronel Franklin Lins de Albuquerque, descendo de Pilão Arcado para Juazeiro, cerca de oitocentos homens armados, e apetrechados, com aquela fisionomia própria de jagunços, que vinham dispostos à luta, ao combate, e que paravam, todos, em frente à sua casa, para pedirem que lhe fosse servida água, porque os seus cantis estavam esvaziados; lembrar-se-á, sempre, dos grupos de homens armados, das forças revoltosas, que na outra margem do rio, no território do município de Petrolina, frequentemente circulavam, em rondas de patrulhamento e reconhecimento do terreno, em frente à Fazenda Mari, até a Barrinha e o Rodeadouro, e que se dizia estarem planejando a travessia do rio para um ataque a Juazeiro, pela retaguarda. Todos esses fatos, por outro lado, justificavam a ansiedade com que era esperado, todos os dias, ao anoitecer, o seu progenitor, que se deslocava diariamente para a cidade, retornando à Fazenda somente para aí pernoitar.

As forças revolucionárias, porém, ao que se soube depois, estavam muito mal municadas, e por isso permaneceram em Petrolina, durante

aqueles nove dias, promovendo, entretanto, verdadeira guerra fria, com o anúncio de que dispunham de armas poderosas, inclusive foguetes com os quais poderiam destruir Juazeiro, se esta cidade não se dispusesse à rendição.

Enquanto isso, as forças legalistas as desafiavam ao ataque, que tentaram fazer, desembarcando a chamada Coluna da Morte, sob o comando do Coronel João Costa, em Curaçá, no propósito de atacar Juazeiro pelos flancos e pela retaguarda.

Funcionou, entretanto, o serviço de informações das forças legalistas, que deslocaram em demanda de Curaçá uma coluna de jagunços do batalhão organizado pelo Coronel Franklin Lins de Albuquerque e que, a doze léguas de distância da cidade de Juazeiro, na Fazenda Acari, combateu a coluna revoltosa, derrotando-a e fazendo-a recuar.

Nesse entretempo, uma caravana composta de autoridades de Juazeiro — o Juiz de Direito da Comarca, Dr. Perilo de Assis Benjamim, o Vigário da Paróquia Padre João Pedro Alves, e o Vereador Aprígio Duarte Filho, que fôra Intendente Municipal, durante doze anos, de 1912 a 1924, deslocou-se para a Ilha do Fogo, situada entre as duas cidades e alí, em território neutro, exerceu missão mediadora entre as forças armadas em choque, obtendo o compromisso dos comandantes das forças revolucionárias de não fazerem fôgo sobre Juazeiro, enquanto se aguardava a solução política em caráter nacional, ou se esta fosse retardada, que não levassem a efeito o combate sem um prévio aviso, com o tempo suficiente para que a cidade fosse totalmente evacuada por parte de sua população civil.

À iniciativa desta mediação ficaram os juazeirenses a dever-lhe um notável serviço.

Finalmente, a 24 de outubro, deposto o Presidente Washington Luís Pereira de Souza e vitoriosa a Revolução a atitude heroica da resistência de Juazeiro chegava a seu termo. Às 17 horas daquele dia, partiu um composição ferroviária da Estação de Juazeiro, conduzindo para Senhor do Bonfim a força policial baiana, sob o comando do Capitão Rodolfo Araújo e os jagunços trazidos por Franklin Lins de Albuquerque e Francisco Leobas retornavam aos seus pagos. Logo mais, às 18 horas, os revoltosos atravessavam o Rio São Francisco, sendo recebidos em Juazeiro, por inúmeros simpatizantes da causa revolucionária, chefiados pelo jornalista João Rodrigues Leal, um dos seus mais ardorosos defensores.

Deu-se, portanto, à noite de 24 de outubro, a ocupação da cidade, pelas tropas revolucionárias e, já no dia seguinte, a ela começaram a retornar as famílias que se haviam refugiado no interior do município.

Circulava a boataria e o alarde sobre saques, prisões, espancamentos e até assassinios cometidos por elementos das forças revolucionárias, principalmente pelos componentes da chamada Coluna da Morte, e tornou-se quixotesca a adesão em massa da população à causa revolucionária, mediante o uso do lenço vermelho ao pescoço, até por cianças, episódio

de que guardamos indelével lembrança, e que bem demonstra a quanto pode chegar o ânimo de pessoas indefesas nas horas aterradoras que se seguem a uma derrota, diante das forças vitoriosas.

Ocupada a cidade, foi imediatamente deposto, nessa mesma noite, o Intendente Municipal — Sr. Miguel Lopes de Siqueira e os revoltosos começaram a procurar as principais figuras da situação política local, notadamente, o Deputado JOSÉ CORDEIRO DE MIRANDA, que detinha invulgar prestígio na região do São Francisco, ameaçado, segundo era voz corrente, de ser fuzilado em praça pública.

Com o auxílio do seu médico e grande amigo Dr. Adolfo Viana Filho e de Carlos Alberto Ferreira Viana Bandeira, também seu dedicado amigo e alto funcionário da Viação Baiana do São Francisco, foi CORDEIRO DE MIRANDA conduzido em automóvel, ao Município de Sento-Sé, onde o seu outro grande amigo e prestigioso chefe político local Coronel João Nunes Sento-Sé o recebeu e resolveu correr o risco de homizá-lo em uma de suas fazendas. Dessa missão foi incumbido o seu filho Dr. José Nunes Sento-Sé, e sob disfarces de um matuto péssimamente vestido, barbado, de pobre chapéu de palha à cabeça, foi novamente conduzido CORDEIRO DE MIRANDA à propriedade do Coronel João Nunes Sento-Sé, na Serra da Batateira, e aí permaneceu, sob cuidados médicos do Dr. José Nunes Sento-Sé e assistido pelos agregados de maior confiança, até que os ânimos se acalmaram e pôde o grande chefe político, que tivera sob seu comando as forças legalistas, retornar a Juazeiro.

#### PREFEITOS E CÂMARAS DE VEREADORES, DEPOIS DA REVOLUÇÃO DE 1930, ATÉ 1978

##### PREFEITOS:

- Rodolfo Araujo, de dezembro de 1930 a fevereiro de 1933;
- Aprígio Duarte Filho, de fevereiro de 1933 a 19 de setembro de 1937;
- Alfredo Viana, de 20 de setembro a 10 de novembro de 1937;
- Aprígio Duarte Filho, de novembro de 1937 a 29 de outubro de 1945;
- Ademar Raimundo da Silva, de 5 de novembro a 24 de dezembro de 1945;
- Edson Ribeiro, de 25 de dezembro de 1945 a 25 de novembro de 1946;
- Ludgero de Souza Costa, de 27 de novembro de 1946 a 10 de janeiro de 1948;
- Alfredo Viana, de janeiro de 1948 a 31 de janeiro de 1951;
- Edson Ribeiro, de 31 de janeiro de 1951 a 7 de abril de 1955;
- José Padilha de Souza, de 7 de abril de 1955 a 7 de abril de 1959;



- Alfredo Viana, de 7 de abril de 1959 a 7 de abril de 1963; alguns meses antes do término do mandato passou a exercício ao Sr. Carlos Hermenegildo Rosa, então Presidente da Câmara de Vereadores;
- Américo Tanuri, de 7 de abril de 1963 a 07 de abril de 1967;
- Joca de Souza Oliveira, de 7 de abril de 1967 a 07 de abril de 1971;
- Américo Tanuri, de 7 de abril de 1971 a 31 de janeiro de 1973;
- Durval Barbosa da Cunha, de 31 de janeiro de 1973 a 31 de janeiro de 1977;
- Arnaldo Vieira do Nascimento, a partir de 31 de janeiro de 1977. Continua em exercício.

### CÂMARAS DE VEREADORES

#### **Câmara de Vereadores de 1935 a 1937:**

Dr. João Batista da Costa Pinto – Presidente.

José Hermenegildo Ferreira Neto,

Miguel Lopes de Siqueira,

Pergentino Pereira e Melo,

Saul C. Rosas,

José de Sá Roriz,

Severiano Bernardino da Silva,

Epaminondas Piauí Dourado,

José Rodrigues Lima,

Josino Barbosa de Almeida,

Ana Oliveira

Elesbão Coelho de Aquino (substituído por

Manuel Gonçalves Neto),

Vereador Classista

Augusto Rocha (substituído por

Edgar Bandeira.

#### **Câmara de Vereadores de 1948 a 7 de abril de 1951:**

Dr. João Batista da Costa Pinto – Presidente de 7/4/1948 a 7/4/1949,

Dr. Balbino Antônio de Oliveira – Presidente de 7/4/1949 a 7/4/1950,

Dr. Lauro Lustosa de Aragão – Presidente de 7/4/1950 a 7/4/1951,

José Hermenegildo Ferreira Neto,

Severiano Bernardino da Silva,

José Rodrigues Lima,

Manoel de Souza Duarte,  
Ana Oliveira,  
Antônio Cursino da França Cardoso,  
José Teixeira do Amaral,  
Ludgero de Souza Costa,  
Durval Barbosa da Cunha.

**Câmara de Vereadores de 7 de abril de 1951 a 7 de abril de 1955:**

Onias Oliveira – Presidente  
Jorge de Souza Gomes  
José Gonçalves da Silva  
Manoel de Sá Roriz  
Manoel de Souza Duarte  
José Rodrigues Lima  
Severiano Bernardino da Silva  
Antonio Evangelista de Melo Filho (substituído por  
Ulisses Rocha),  
Ana Oliveira  
Antônio Joaquim Filho  
Antonio Cursino da França Cardoso (substituído por  
Agostinho José Moniz).

**Câmara de Vereadores de 1955 a 1959:**

Carlos Hermenegildo Rosa – Presidente  
João Joaquim da Silva – Vice-Presidente  
Rinaldo Oliveira de Menezes – 1o. Secretário  
Alberto Albernaz Galvão – 2o Secretário  
Antonio Pereira Nunes  
João Batista da Costa Pinto  
Manoel Amorim  
José Rodrigues Lima  
Manoel de Souza Duarte  
Américo Tanuri  
Nelson de Souza Costa.

**Câmara de Vereadores de 1959 a 1963:**

1959

Carlos Hermenegildo Rosa – Presidente  
José d'Araújo Souza – Vice-Presidente  
José de Souza Filho – 1o. Secretário  
Jayme Badeca de Oliveira – 2o Secretário  
Rinaldo Oliveira de Menezes

Ivan de Araujo Amorim  
João Joaquim da Silva  
Álvaro Correia da Silva  
Américo Tanuri  
Manoel de Souza Duarte  
Nelson de Souza Costa  
Raulino Franklin de Queiroz.

1960

Manuel de Souza Duarte – Presidente  
Américo Tanuri – Vice-Presidente  
Ivan de Araujo Amorim – 1o. Secretário  
Jayme Badeca de Oliveira – 2o. Secretário

1961

Américo Tanuri – Presidente  
Raulino Franklin de Queiroz – Vice-Presidente  
Rinaldo Oliveira de Menezes – 1o. Secretário  
Jayme Badeca de Oliveira – 2o. Secretário

1962

Carlos Hermenegildo Rosa – Presidente  
Álvaro Correia da Silva – Vice-Presidente  
João Joaquim da Silva – 1o. Secretário  
Rinaldo Oliveira de Menezes – 2o. Secretário.

### **Câmara de Vereadores de 1963 a 1967:**

1963

Manuel de Souza Duarte – Presidente  
João Bernardino Irmão – Vice-Presidente  
José Rodrigues Lima – 1o. Secretário  
José Firmino dos Santos – 2o. Secretário  
Raimundo Clementino de Souza  
Orlando Pontes  
Jorge de Souza Gomes  
João José Teixeira  
Nelson de Souza Costa  
Rinaldo Oliveira de Menezes  
Ivan de Araújo Amorim  
Manoel Lopes Sobreira

1964

Manuel de Souza Duarte – Presidente  
Raimundo Clementino de Souza – Vice-Presidente  
José Firmino dos Santos – 1o. Secretário  
João José Teixeira – 2o. Secretário.

1965

Manuel de Souza Duarte – Presidente  
João Bernardino Irmão – Vice-Presidente  
José Firmino dos Santos – 1o. Secretário  
José Rodrigues Lima – 2o. Secretário

1966

José Rodrigues Lima – Presidente  
Ivan de Araujo Amorim – Vice-Presidente  
José Firmino dos Santos – 1o. Secretário  
Manuel de Souza Duarte – 2o. Secretário.

### **Câmara de Vereadores de 1967 a 1971:**

1967

Durval Vicente de Lima – Presidente  
Nelson de Souza Costa – Vice-Presidente  
Orlando Pontes – 1o. Secretário  
Raimundo Medrado Primo – 2o. Secretário  
Álvaro Correia da Silva  
Carlos Benevides  
Carlos Hermenegildo Rosa  
Ivan de Araujo Amorim  
Jayme Badeca de Oliveira  
José Rodrigues Lima  
João Bernardino Irmão  
Manuel de Souza Duarte  
José Firmino dos Santos  
Nelson de Souza Costa

1968

Jayme Badeca de Oliveira – Presidente  
Álvaro Correia da Silva – Vice-Presidente  
José Firmino dos Santos – 1o. Secretário  
João Bernardino Irmão – 2o. Secretário.

1969

José Rodrigues Lima – Presidente  
Álvaro Correia da Silva – Vice-Presidente  
Manuel de Souza Duarte – 1o. Secretário  
João Bernardino Irmão – 2o. Secretário

1970

José Rodrigues Lima – Presidente  
Manuel de Souza Duarte – Vice-Presidente  
João Bernardino Irmão – 1o. Secretário  
Duarval Vicente de Lima – 2o. Secretário.

### **Câmara de Vereadores de 1971 a 1973:**

1971

Orlando Pontes – Presidente  
Álvaro Correia da Silva – Vice-Presidente  
José Ivan Divino Lima – 1o. Secretário  
Aurélio Pereira da Silva – 2o. Secretário  
José Rodrigues Lima  
Ivan de Araujo Amorim  
Manuel de Souza Duarte  
Manoel Gonçalves Bonfim  
João Medrado da Silva  
Raimundo Medrado Primo  
Raimundo Clementino de Souza  
Raimundo Medrado da Silva  
Otoniel Pereira de Queiroz

1972

Álvaro Correia da Silva – Presidente  
José Rodrigues Lima – Vice-Presidente  
Manuel de Souza Duarte – 1o. Secretário  
Aurélio Pereira da Silva – 2o. Secretário

### **Câmara de Vereadores de 1973 a 1977:**

1973 – 1974

Orlando Pontes – Presidente  
Álvaro Correia da Silva – Vice-Presidente  
Geraldo Francisco da Silva – 1o. Secretário

Antônio Carlos Chaves – 2o. Secretário  
José Rodrigues Lima  
Paganini Nobre Mota  
Herbet Mouze Rodrigues  
Ivan de Araujo Amorim  
Durval Vicente de Lima  
Francisco Xavier Souza do Nascimento  
Manoel Faustino da Silva  
Raimundo Medrado da Silva  
Raimundo Medrado Primo

1975 – 1976

Geraldo Ferreira da Silva – Presidente  
Manoel Faustino da Silva – Vice-Presidente  
Antônio Carlos Chaves – 1o. Secretário  
Raymundo Medrado da Silva – 2o. Secretário

**Câmara de Vereadores que tomou posse em 1977, estando, ainda, em exercício:**

Amadeus Damásio – Presidente  
Álvaro Correia da Silva – Vice-Presidente  
Helena Araújo Pinheiro – 1a. Secretária  
Lúcia Carmem Sobreira – 2a. Secretária  
Paganini Nobre Mota  
Jorge de Souza Duarte  
João Medrado da Silva  
Herbet Mouze Rodrigues  
Geraldo Francisco da Silva  
João Oliveira  
Antônio Carlos Chaves  
Raimundo Medrado da Silva  
João Macário de Oliveira

Sentimo-nos rejubilados de novamente trazer à lembrança de nossos conterrâneos, especialmente ao conhecimento das novas gerações, os nomes de todos aqueles incansáveis batalhadores e baluartes do progresso material e cultural de Juazeiro, dentre os quais, foram muitos os que se destacaram pelo devotamento ao trabalho perseverante e à preocupação constante de servir à comunidade.

## A Nossa Linhagem

Entretanto, ao procedermos às pesquisas necessárias à elaboração deste estudo, comovemo-nos antes a constatação de haverem sido tantos os nossos ancestrais envolvidos no processo do desenvolvimento político, social e econômico do município, amável terra do nosso nascimento, onde, pela primeira vez, os nossos olhos viram a luz do dia, e que se constituiu no horizonte sentimental de nossa vida.

Por isso, só por só, assim comovidos, deliberamos prestar homenagem àqueles antepassados, nomeando-os, a seguir, mormente para que, no porvir, os nossos descendentes tenham, por sua vez, a feliz oportunidade de identificar a participação dos membros de sua progênie durante o florescer da vida de Juazeiro, ao longo dos anos.

Encarecemos, assim, a compreensão de quantos nos leiam, para esse desiderato, vez que, se não o fizéssemos agora, a nossa descendência, nos trepidantes tempos que iremos viver para o futuro, certamente não teria ensejo de conhecer esse fato histórico, relacionado com a terra do nosso berço, abrangendo tantos componentes de sua estirpe.

Esta a única razão porque, sem qualquer filão de vanglória, passaremos a honrar-lhes a memória:

### Na linha paterna:

- MANOEL LUIZ FERNANDES DA CUNHA – Bisavô  
 – Vereador de 1870 a 1873  
 – Idem de 1873 a 1877
- JOAQUIM JERÔNIMO FERNANDES DA CUNHA – Tio Bisavô  
 – Promotor Público, de 1848 a 1851, da Comarca de Sento-Sé e seu Termo de Juazeiro, onde residia.  
 – Depois Deputado Provincial, Deputado Geral, Senador do Império e Conselheiro de Estado.
- JOSÉ CUSTÓDIO DA CUNHA – Tio Bisavô  
 – Suplente de Vereador de 1849 a 1853.
- JERÔNIMO FERNANDES DA CUNHA – Avô  
 – Vereador de 1877 a 1881  
 – Idem de 1883 a 1887  
 – Conselheiro Municipal de 1890 a 1893  
 – Idem de 1893 a 1896.
- ANTÔNIO CUSTÓDIO FERNANDES DA CUNHA – Tio Avô  
 – Vereador de 1887 a 1890.
- JOSÉ CUSTÓDIO FERNANDES DA CUNHA – Tio Avô  
 – Promotor Público de 1885 a 1887.

- ANTÔNIO DA CUNHA BARBOSA – Tio Avô  
 – Suplente de Vereador de 1870 a 1873  
 – Idem de 1873 a 1877  
 – Idem de 1877 a 1881  
 – Vereador de 1883 a 1887.
- ANTÔNIO FERNANDES DA CUNHA – Pai  
 – Juiz de Paz na Sede do Município e Substituto do Juiz de Direito, de 1938 a 1945.

### Na Linha materna:

- JOÃO DE SOUSA REIS – Bisavô  
 – Juiz de Direito, de 1856 a 1857, da Comarca de Sento-Sé e seu Termo de Juazeiro, onde residia.
- ANTÔNIO MARTINS DUARTE – Tio Bisavô  
 – Vereador de 1834 a 1837.
- FRANCISCO MARTINS DUARTE – Tio Bisavô  
 – Juiz Municipal de 1834 a 1841  
 – Vereador de 1841 a 1845  
 – Suplente de Vereador de 1845 a 1849  
 – Vereador de 1857 a 1861.
- RAIMUNDO MARTINS DUARTE – Tio Bisavô  
 – Suplente de Vereador de 1845 a 1849  
 – Idem de 1849 a 1853.
- VITORINO NUNES MARTINS DUARTE – Tio Bisavô  
 – Vereador de 1849 a 1853.
- ARISTIDES MARTINS DUARTE – Avô  
 – Vereador de 1887 a 1890.
- FRANCISCO MARTINS DUARTE – Tio Avô  
 – Presidente da Câmara de 1870 a 1873.  
 – Vereador de 1873 a 1877  
 – Presidente da Câmara de 1877 a 1881  
 – Idem de 1883 a 1887  
 – 1º Intendente Municipal de 1890 a 1893.  
 – Presidente do Conselho de 1890 a 1893
- JOÃO MARTINS DUARTE – Tio Avô  
 – Suplente de Vereador de 1865 a 1870  
 – Idem de 1870 a 1873  
 – Idem de 1873 a 1877.
- RODOLFO MARTINS DUARTE – Tio Avô  
 – Suplente de Vereador de 1877 a 1881.  
 – Idem de 1883 a 1887.
- JOSÉ DE SOUZA REIS – Tio Avô  
 – Juiz Municipal de 1875 a 1879.



VITORINO MARTINS DUARTE

– Tio Avô

– Conselheiro Municipal de 1908 a 1912.

ANTÔNIO MARTINS DUARTE

– Tio

– Conselheiro Municipal de 1921 a 1922

– Idem de 1922 a 1926.

### HONRA À MEMÓRIA DE APRÍGIO DUARTE FILHO

Ao finalisarmos este capítulo da evolução política é imperativa, como preito de justiça, uma referência especial à figura do grande cidadão juazeirense APRÍGIO DUARTE FILHO, a quem a nossa terra ficou a dever quase todas as maiores iniciativas do poder público, em benefício de sua população, e que soube engrandecê-la, dando-lhe, sem contestação, as condições de primazia que sempre desfrutou, entre todas as cidades da região do São Francisco.

De feito, Juazeiro era a sua grande paixão. Inspirado e estimulado pelo amor sem limites que lhe devotava, dedicou-se de corpo e alma à grande obra que, em dois largos períodos de gestão, realizou em benefício da cidade e do município, merecendo o mais significativo apoio popular e das autoridades constituídas do Estado, que nele viam um administrador de grande visão, de rara eficiência, de inigualado entusiasmo pela vida pública, e que indubitavelmente fazia jús ao merecido prestígio de que desfrutava, não somente em Juazeiro, como em todas as esferas políticas e governamentais do Estado da Bahia.

Dotado de extraordinária sensibilidade para os problemas que lavavam mais de perto aos interesses do homem comum, sabendo prescrutar as suas necessidades e anseios, e portador de uma inexcedível simpatia pessoal, decorrente do trato ameno para com todos, do ânimo sempre alegre, comunicativo, e bom, grangeava, facilmente, a admiração e estima de quantos com ele conviviam.

Por isso mesmo, e porque também não lhe faltavam as qualidades de extrema habilidade na condução dos superiores interesses da atividade política, para a qual sempre revelou invulgar talento, pôde Apriginho, como era carinhosamente tratado pelos seus conterrâneos e por muitos próceres da vida pública regional, estadual e, até, nacional, manter-se na suprema direção municipal por tanto tempo.

No primeiro período, de quasi doze anos, ganhou sucessivas eleições, sendo o Intendente Municipal de 23 de março de 1912 a 31 de dezembro de 1923, e no segundo, de mais de doze anos, como Prefeito, de fevereiro de 1933 a 29 de outubro de 1945, quando foi destituído do cargo em consequência do golpe que aboliu o Estado Novo, implantado no país a partir de 10 de novembro de 1937.

Neste último ciclo, a sua gestão sofreu apenas um interrégno de cinquenta dias, de 20 de setembro a 10 de novembro de 1937.

Assim, foi APRIÍGIO DUARTE FILHO, talvez, o único brasileiro que teve a glória de governar a sua terra durante quase vinte e cinco anos. Excedeu, portanto, até ao próprio Presidente Getúlio Vargas, na excepcional capacidade de manter-se no poder. E só isso define o homem que era.

Como Intendente Municipal, realizou um conjunto de obras e serviços públicos que transformaram por completo a fisionomia da cidade.

Logo no início de sua administração, promoveu a desapropriação de casas antigas e o alargamento de ruas e, em março de 1913, no primeiro aniversário de seu governo, iniciava uma total modernização no sistema de arborização da cidade, que ainda hoje persiste, e que lhe dá a característica de uma das melhores arborizadas em todo o interior da Bahia.

Cuidou de construir prédios públicos sob linhas de arquitetura moderna e fomentou esse novo estilo nas edificações particulares.

Preocupado com os problemas da higiene e saúde pública, construiu o Matadouro inaugurado a 2 de julho de 1913 e o Mercado Público Municipal, denominado Mercado Modelo, iniciado em 8 de setembro de 1913 e concluído e entregue ao uso da população em 2 de julho de 1916.

Sempre com as vistas voltadas para o benefício do povo, inaugurou a 01 de janeiro de 1916, a Usina de Força e Luz, dotando Juazeiro de um serviço de energia elétrica que foi, na época, a obra administrativa de maior repercussão e de maior sentido no rumo do progresso e do bem estar coletivo.

Quatro meses depois de empossado, iniciou a construção de um cais, onde pudessem atracar as embarcações que, navegando o São Francisco, se destinavam a Juazeiro; foi uma obra pioneira e que, pelo seu alto custo, não pode a Intendência Municipal levar muito adiante, concluindo apenas 15 metros, em extensão.

No setor educacional, dotou a cidade de um moderno Grupo Escolar, na Praça Barão do Rio Branco, iniciado em 15 de novembro de 1916 e inaugurado a 31 de dezembro de 1923, aumentando, também, consideravelmente, o número de escolas municipais.

A cidade foi ajardinada, inaugurando-se a 21 de abril de 1923 o jardim e corêto da Praça Dr. José Inácio da Silva e a 31 de dezembro desse mesmo ano, o jardim e corêto da Praça Barão do Rio Branco.

Impõe-se, ainda, o registro histórico de que toda a grande obra então realizada foi levada a efeito, apesar da ocorrência de duas grandes calamidades públicas verificadas na sua gestão:

a) o surto da peste bubônica, em 1916, que assolou a cidade, estabelecendo um verdadeiro pânico, vitimando muitas pessoas e impondo grandes sacrifícios e despesas ao erário municipal, embora providências

prontas e enérgicas houvessem sido tomadas pelo Governo do Estado para debelar a epidemia;

b) a grande inundação ocasionada pela enchente do São Francisco, no ano de 1919, com incalculáveis prejuízos para a cidade, destruidora de mais de um mil prédios no perímetro urbano e que impôs a suspensão das atividades normais de sua população durante mais de trinta dias, deixando, por fim, com o recuo das águas, uma cidade com aspéctos de verdadeira terra arrasada.

Fôra preciso um administrador de ânimo varonil, um sertanejo forte, na justa expressão de Euclides da Cunha, para enfrentar os incontáveis problemas causados por aquela terrível inundação e restabelecer a fisionomia de encantos que a nossa terra sempre ofereceu, assim aos seus habitantes, como a todos aqueles que a visitam.

No segundo período administrativo, como Prefeito Municipal, APRÍGIO DUARTE FILHO realizou outras obras notáveis, destacando-se a total remodelação do edifício da Prefeitura, dando-lhe instalações condígnas, quer para a própria Administração do Município, quer para os cartórios e Delegacias de Polícia, localizados no pavimento térreo, quer, ainda, com a restauração e embelezamento do primeiro andar, onde funcionavam a Justiça, o Conselho Municipal, os Salões do Júri e a Sala de recepções e que representou, na ocasião, uma obra magnífica, em toda a região sanfranciscana, e que correspondia aos altos foros de civilização e de progresso de que a nossa terra já então se orgulhava.

Concluiu, também, Apriginho, nesse segundo ciclo de sua gestão, as obras do Grupo Escolar Dr. José Inácio da Silva, inaugurado com grandes festividades em 24 de junho de 1937 e elevou para sessenta o número de escolas municipais, porque a instrução da mocidade, em Juazeiro, foi, sempre, um dos seus mais altos objetivos, consciente de que educar o povo é, antes de tudo, o caminho mais seguro de dar-lhe condições de prosperidade, de desenvolvimento e de bem estar.

No campo específico de obras públicas, reencetou a continuidade da construção de belíssimo cais que, já obedecendo a novo traçado, de acordo com o projeto elaborado pelo Engenheiro juazeirense Oscar Costa, recebera grande impulso do seu antecessor, o Prefeito Rodolfo Araújo, que o deixara com cem metros de extensão. APRÍGIO DUARTE FILHO, que fôra o primeiro idealizador dessa obra, deu-lhe a maior prioridade e a 01 de janeiro de 1942, inaugurava, festivamente, todo o trecho do cais, desde o antigo edifício da Estação da Estrada de Ferro Leste Brasileiro, que veio a ser demolido depois, até o antigo edifício dos Correios e Telégrafos, situado na Praça da Imaculada Conceição, ao final do Jardim São Francisco, todo esse trecho convenientemente arborizado, com balaustradas e a pavimentação concluída, toda ela a paralelepípedos.

Naquela mesma data foram também inaugurados o novo prédio da Usina de Fôrça e Luz, dotada de uma nova caldeira, para atendimento das crescentes necessidades do consumo de energia elétrica; de uma gara-



Vista parcial do porto e cais de Juazeiro, vendo-se, à esquerda, o antigo Mercado Municipal, demolido.



Ponte Presidente Dutra — 1º trecho, de Juazeiro até a Ilha do Fogo.



gem municipal, para abrigo dos veículos destinados à limpeza pública e, por último, o ajardinamento da Praça José Gonçalves e o Jardim São Francisco, dotado de um belo aquário luminoso.

Construiu, ainda, dois Mercados Públicos nas sedes dos Distritos de Junco e de Juremal, uma ponte de concreto sobre o rio Salitre, na Fazenda Campo dos Cavalos, e abriu algumas estradas no interior do município, como meio eficiente de facilitar o escoamento da produção e de melhorar as condições de vida da população da zona rural.

Cumprir destacar, finalmente, ter sido APRÍGIO DUARTE FILHO o grande continuador das obras de calçamento da cidade, iniciadas na gestão do Prefeito Miguel Siqueira, pavimentando a paralelepípedos quase toda a zona urbana central de Juazeiro. Na sua administração foram pavimentadas as seguintes praças, avenidas, ruas e travessas:

Praça Dr. José Inácio da Silva  
Praça Barão do Rio Branco  
Praça da Imaculada Conceição  
Avenida Lauro de Freitas, da margem do rio até a confluência da rua Melo  
Avenida Edson Ribeiro, da margem do rio até a confluência da rua Marechal Deodoro  
Rua Rui Barbosa  
Rua José Gonçalves  
Rua Marechal Deodoro  
Rua Melo  
Rua Joaquim de Queiroz  
Rua José Joaquim Seabra  
Rua Barão de Cotegipe  
Rua Goes Calmon  
Rua Prof. Luís Cursino  
Rua Visconde do Rio Branco  
Rua Aprígio Duarte Filho  
Rua Eduardo Brito, até a sua metade  
Travessa Josino Ribeiro  
Travessa Benjamim Constant, da margem do rio até a confluência da rua Antônio Pedro, e  
Travessa do Ribeiro, da margem do rio até a confluência da rua Joaquim de Queirós.

Aí está definida a grande obra administrativa realizada pelo Intendente e, depois, Prefeito Municipal, a quem Juazeiro deve as mais expressivas iniciativas do poder público, em seu benefício e que, por isso mesmo, estava a merecer as grandes homenagens que lhe foram prestadas por ocasião do seu passamento à eternidade, quando a nossa cidade, enlutada, paralisou as suas atividades normais, para que a sua população,

chorando a sua perda, acompanhasse o grande préstito de sua condução à morada definitiva, levando pelas mãos o seu esquife mortuário, com as mais sentidas demonstrações de saudade e de lágrimas derramadas pelo seu desaparecimento, eis que deixava de conviver com aquela gente que tanto o amava.

# **CAPITULO IV**

## **O PODER JUDICIARIO**





## NA COLÔNIA

No curso da História nacional, “em toda parte a guerra e a catequese precederam à organização da justiça”. (13)

Com efeito, assim foi, também, em relação a Juazeiro, que permaneceu na simples condição de JULGADO, sob a jurisdição da Comarca de Jacobina, durante todo o período colonial.

Tendo o rei de Portugal denúncia de que nas margens do São Francisco habitavam muitos desocupados e malfeitores, expediu a Carta Régia de 22 de julho de 1766, em que ordenava fossem os vadios obrigados a viver em povoados civis que tivessem, pelo menos, cinquenta fogos, criando-se para tais lugares um juiz ordinário e vereadores.

Diante disso, o Conde de Azambuja, Governador e Capitão General da Capitania da Bahia, solicitou fosse a povoação de Juazeiro elevada à categoria de Vila, concedendo-se à respectiva Justiça o poder de prender os criminosos em ambas as margens do São Francisco e suas adjacências, mas não foi atendido no seu apêlo.

## NO IMPÉRIO

Elevada Juazeiro à categoria de Vila, pela lei de 9 de março de 1833 e instalada a sua primeira Câmara Municipal a 11 de junho de 1834, apenas três dias depois, já aquela Câmara, reconhecendo a precariedade dos serviços da Justiça, fez a nomeação do seu primeiro Juiz Municipal, FRANCISCO MARTINS DUARTE e em seguida, a 18 de junho, do seu primeiro Juiz de Orfãos — ANTÔNIO DA CUNHA BARBOSA; logo mais, a 27 de junho, do seu primeiro Promotor Público — MANUEL NASCIMENTO PEREIRA e, finalmente, a 3 de novembro de 1834, do seu primeiro Pretor — GONÇALO PEREIRA DO AMARANTE.

Nomeou, ainda, a primeira Câmara Municipal, entre 16 de junho e 7 de julho de 1834, os seguintes Juizes de Paz: — Manuel Nascimento Pereira — José Pereira Jordão — João Martins Duarte — Zacarias Nunes Ferreira — Francisco Raimundo de Souza — José Raimundo de Souza — Felipe São Tiago Barroso — João Gomes da Silva e Manuel Dantas Barbosa.

A Justiça Municipal, entretanto, não era exercida por bachareis em direito, muito raros naquela época, somente existindo, na Bahia, alguns poucos, diplomados em Coimbra, eis que somente em 1827 foram instituídos os dois primeiros cursos jurídicos nacionais no Recife e em São Paulo.

Daf se infere como era precaríssima a distribuição da justiça naqueles tempos.

---

(13) — *Notas e Comentários do Prof. Braz do Amaral à 1a. das Cartas de Luiz Vilhena — Cartas Sotero politanas Brasileiras.*

## COMARCA DE SENTO-SÉ

Sem embargo de todas as dificuldades que a enorme distância entre Juazeiro e Jacobina acarretava aos interesses da Justiça, permaneceu o município, como ficou dito, naquela condição de JULGADO, por longo tempo, e só em 1835, quando a lei n. 6, de 2 de maio, criou a Comarca de Sento-Sé, foi Juazeiro, já elevada à categoria de Vila, anexada àquela Comarca, como um dos seus Termos e de cuja sede distava apenas vinte e duas léguas, desligando-se da jurisdição de Jacobina.

Foram os seguintes os Juizes de Direito da Comarca de Sento-Sé, com jurisdição sobre o Termo de Juazeiro:

- Dr. José Ferreira Souto, de 1835 a 1836
- Dr. Joaquim Pereira da Costa Lobo, de 1836 a 1840
- Dr. Bernardo Pereira de Mesquita, Juiz Municipal de Juazeiro, e interinamente como Juiz de Direito da Comarca, em — 1846
- Dr. Cláudio Manoel da Costa, de 1846 a 1847
- Dr. Domingos Gomes Ferreira Veloso, Juiz Municipal de Juazeiro, e interinamente como Juiz de Direito da Comarca, de 1848 a 1855
- Dr. João de Souza Reis, de 1856 a 1857

Todos esses Juizes, a partir do segundo — Dr. Joaquim Pereira da Costa Lobo, residiam na Vila e Termo de Juazeiro, não obstante ser Sento-Sé a sede da Comarca, já porque era mais próspera, já porque havia maiores facilidades de comunicação com a capital da província, já porque oferecia maior segurança ao exercício da judicatura, como veremos a seguir.

Note-se que de 1840 a 1846, a Comarca esteve vaga, e que de 1848 a 1856 foi preenchida, em caráter de interinidade, pelo Juiz Municipal de Juazeiro, porque as autoridades provinciais encontravam a maior dificuldade em nomear um Juiz de Direito, dos quadros efetivos da nossa Magistratura, para a Comarca de Sento-Sé, em consequência da insegurança reinante na região.

## O TERROR CONTRA A JUSTIÇA

Naquela época era muito negro o quadro da hedionda história de crimes que enlutavam o São Francisco.

Um deles, em cujo processo fôra pronunciado o caudilho Militão Plácido de França Antunes, chefe político em Pilão Arcado, um dos Termos da Comarca de Sento-Sé, refere-se a um pobre homem de nome Pedro, natural de Pernambuco, sobre quem recaíam suspeitas de ter tido tratos ilícitos com uma concubina de Militão, e que, por consequência da simples suspeita, veio a ser executado, sob ordens daquele fascinoroso chefe, com extraordinária atrocidade, em presença de toda a população de

Xique-Xique: cortaram-lhe ambas as orelhas; cortaram-lhe ambas as mãos, pelos punhos; cortaram-lhe ambos os artelhos, ou os tendões magnos flexores das pernas e acabaram o bárbaro suplício, impondo-lhe a pena de Talião.

Quando o Dr. José Ferreira Souto, Juiz de Direito nomeado para a Comarca de Sento-Sé, apresentou-se para presidir o Juri, exigiram-lhe que assegurasse de antemão a absolvição do delinquente.

Militão não se recolhera à prisão e havia descido para o Sento-Sé com gente armada. Nas proximidades da sede da Comarca, encontrava-se, também, um cunhado seu, com duzentos homens em armas. A imposição era absolvição do criminoso ou o abandono da presidência do juri.

O Dr. José Ferreira Souto, depois honrado Desembargador, recusou-se à infâmia de assegurar, previamente, a absolvição, “adoeceu” e não presidiu o juri, que se realizou, depois, debaixo da pressão de toda aquela gente armada, e Militão foi absolvido.

Aquele homem audaz, que iniciara assim a sua carreira criminosa, com um fato tão escandaloso, dele saiu inocentado e beneficiário do terror que exercera sobre as autoridades e membros do juri, levando de vencida a lei e a justiça.

Poucos anos mais tarde, por paixão política e ódio implacável, entendeu Militão de exterminar toda a família Guerreiro, de Pilão Arcado, constituída de pessoas destacadas e, dentre outras, quatro oficiais superiores da Guarda Nacional.

Repetidas vezes cercou e bloqueou a Vila, com o seu bando facinoroso, travando lutas sangrentas, nas quais muitas vidas inocentes se perderam.

Refugiaram-se os Guerreiros na Vila de Sento-Sé e aí foram novamente batidos por Militão, em 1843 e 1844, cercada e sitiada a Vila, rigorosamente, e abrindo fogo sobre ela, dia e noite, na certeza de fazê-la render-se a ferro e fogo, ou, pela fome, também, como já o fizera, antes, com a Vila de Pilão Arcado.

Depois de vinte e sete dias de cerco, imposto por quatrocentos homens, o sub-delegado de Sento-Sé — Luiz Antonio Ribeiro, dirigiria uma carta ao Tenente Coronel Manoel Luiz da Costa, Comandante do batalhão da Vila de Juazeiro, exclamando:

“Desejo socorra a esta Vila, pois hoje meus olhos foram testemunhas de vista das lágrimas de quasi todas as famílias do lugar, que daqui saíam, umas por deixarem os pais, outras os esposos, outras os filhos, soltando de seus olhos lágrimas de amor e saudades. Aqui paro, pois as minhas também não posso sustar, não por fraco, pois acho-me não só pronto a perder a vida, como também minha pequena fortuna”.

Nesse bloqueio do Sento-Sé e lutas que aí se travaram, foi assassinado o Tenente Coronel Francisco José Guerreiro, o mais velho dos irmãos.

Permaneceu, porém, a sanha criminosa e a sede de vingança de Militão que, desrespeitando a lei, governo e força pública, mais uma vez haveria de reunir trezentos homens e novamente sitiou a Vila de Pilão Arcado, a 13 de junho de 1848, quando daí fugiu para a Vila da Barra do Rio Grande o capitão Joaquim Guerreiro, depois de ferido pelos sequazes do bando.

No dia seguinte, perpetraram o mais atroz e lancinante dos crimes, na pessoa do Juiz Municipal interino e Delegado de Polícia, Capitão Joaquim José da Rocha, que teve a sua casa invadida pela chusma de facínoras, atirando-lhe muitas facadas e cutiladas, e fazendo-o expirar, desgraçadamente, nos braços de sua família, composta de sua esposa e dez filhos menores, sem que lhe valessem as súplicas e lágrimas dessas infelizes criaturas, que, abraçadas com a imagem de Cristo, imploravam dos cruentos algozes misericórdia para a vítima.

Finalmente, a dezesseis desse mesmo mês, em uma emboscada comandada por Cornélio Plácido de França Antunes, filho de Militão, no porto de Santa Efigênia, em frente à Vila de Pilão Arcado, foi assassinado o capitão Bernardo José Guerreiro. Ao apeiar-se de sua montaria, para atravessar o rio, recebeu trinta tiros de bacamarte, caindo fulminados, o cavaleiro e o seu cavalo, sendo aquele, em seguida, esfaqueado e mutilado, barbaramente.

Mas este ainda não era o último ato do tenebroso drama sangüinolento, em que os acontecimentos se sucediam, um após outro, de modo monstruoso, numa verdadeira vertigem de sangue ou num delírio de horrores.

Consumados esses crimes em Pilão Arcado, aquele exército de quatrocentos homens desceu o rio, em barcas e canôas, até a Vila de Juazeiro, fazendo, porém, antes, a histórica parada na Fazenda Urussé, onde, pela última vez, fugitivo das hordas sanguinárias de Militão, homiziara-se em casa de um dos moradores da fazenda, o Capitão Antonio Joaquim Guerreiro.

O cerco da Fazenda Urussé terminou em pavorosa carnificina, porque o Capitão Antonio Guerreiro, embora avisado de que os inimigos estavam se aproximando da casa onde se asilava, e sobre a qual romperiam, logo mais, vivíssimo fogo, ateando-lhe incêndio, declarou que não mais fugiria. Cansado de lutar, tendo já perdido dois irmãos assassinados, ausentes de suas irmãs e de sua família, seu pai emigrado, espoliado em sua fortuna, já não ligava preço e interesse à vida, e respondeu que ficaria. Era um homem desesperado.

Houve aí, então, uma luta renhida. Atearam fogo às casas de morada dos vaqueiros e agregados da fazenda por diversas vezes e, no final,

ficou o solo juncado de cadáveres, depois de uma batalha campal de mais de quatro horas.

Assassinado o Capitão Antonio Joaquim Guerreiro, continuou a caça aos fugitivos, para, em seguida, descer Militão com os seus sequazes, até a Vila de Juazeiro, a fim de defender-se, com eles, de todos os crimes até então cometidos e serem absolvidos.

Não temia ele a ação da justiça, nem da lei, pois que era, ele próprio, a lei viva na Comarca, pela força e prepotência que exercia, tendo-se colocado, há muitos anos, fora e acima da lei, não respeitando, nem a magistratura, nem o governo.

E assim, de inteligência com o Comandante Superior do batalhão de Juazeiro, e com o Juiz Municipal e interinamente de Direito, da Comarca, que com ele já se haviam comprometido, deliberou Militão desembarcar em Juazeiro quinhentos homens e, precedido, assim, pelo ascendente formidável do espanto e do terror, apresentar-se, impávido e ovante, no teatro onde deveria ser julgado, ou, antes, vitoriado.

## O PROMOTOR FERNANDES DA CUNHA

Nascido na Fazenda Urussé, a 30 de setembro de 1827 e formado em Olinda, a 22 de novembro de 1847, fora Joaquim Jerônimo Fernandes da Cunha, ao regressar à sua terra natal, nomeado Promotor Público da Comarca de Sento-Sé, Juazeiro, Pilão Arcado e Pambú, cargo que exerceria com denôdo, civismo e probidade, de 2 de maio de 1848 a março de 1851.

Em discurso pronunciado na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, a 19 de agosto de 1862, declarou que não o pleiteara, nenhuma solicitação fizera, mas, como não lhe convinha cargo algum, na província ou fora dela, que o obrigasse a uma nova separação da família, da qual estava ausente havia já dez anos, desde quando, em 1837, aos dez anos de idade, fôra para Salvador, iniciar os seus estudos resolvera aceitar a Promotoria de Sento-Sé, que não lhe importava esse sacrifício, e porque iria iniciar a sua vida pública na Comarca do seu nascimento domiciliando-se em Juazeiro, a que estava vinculado pelos liames de uma grande afetividade, aí residindo, também, sua mãe e a maior parte de sua família.

Ao alí chegar, em fevereiro de 1848, ignorava grande parte dos acontecimentos da Comarca, e, portanto, com o seu espírito de jovem de vinte anos inteiramente desarmado, sem prevenções contra ninguém, alimentando o melhor desejo de bem servir à causa da Justiça e da moralidade, como órgão do Ministério Público.

Exatamente nesse ano de 1848 em que FERNANDES DA CUNHA assumira a promotoria pública da Comarca, resolvera Militão dar continuidade aos últimos atos daquela imensa tragédia que, há longos anos, por sua iniciativa e sob seu comando, se vinha desenrolando no São Francisco, aterrorizando as populações ribeirinhas e impondo o sofrimento, a dor, o luto e as lágrimas àquela gente.

Fôra uma terrível sequência de crimes brutais e cruéis, dentre os quais se arrolavam o de um Vigário de Cristo, de um Comandante Militar, de um Juiz Municipal, de Oficiais Superiores da Guarda Nacional, de centenas de pessoas humildes e indefesas, além do cêrco de Vilas, do roubo de dezenas de habitações e de cartórios judiciais, da espoliação do patrimônio de terceiros e da depedração em larga escala.

O quadro era dantesco. O novo Átila, por onde andava, assinalava a sua passagem com devastação e ruínas. Talava os campos, incendiava casas e currais das fazendas dos seus desafetos, e, com centenas de homens em armas, oferecia resistência às forças legais que deveriam combatê-lo e as destroçava.

Por último, depois de promover o histórico cêrco da Fazenda Urussé, onde nascera FERNANDES DA CUNHA, e consumado o drama sanguinolento, que alí se desenrolou, resolvera descer, com o seu bando de celerados, até a Vila de Juazeiro, a fim de defender-se, com eles, de todos os crimes até então cometidos e serem absolvidos.

O famigerado régulo era temível e temido por todos. Por isso mesmo, não temia a ação da justiça.

Aí tivemos, em rápidas pinceladas o quadro de terror implantado, e no qual um jovem de vinte anos de idade deveria iniciar a sua vida pública, na árdua e difícil função de Promotor.

O escritor Geraldo Rocha, proclamando o carater inatacável de FERNANDES DA CUNHA, relata assim aquele episódio:

“Um dos incidentes da vida de Fernandes da Cunha caracteriza a formação moral da gente sertaneja. Militão de França Antunes exterminara o último Guerreiro no cêrco da Fazenda Sento-Sé. Vencedor na luta, Militão, aspirando honrarias políticas, teve o capricho de se livrar dos processos que contra ele haviam sido instaurados. O jovem Fernandes da Cunha era, então, Promotor de Juazeiro. As barcas e os ajoujos haviam descido de Caruá, despejando 500 homens na vila onde devia se realizar o julgamento. Ninguém acreditava na possibilidade da condenação, nem na audácia do jovem Promotor de acusar o temível régulo. Instalou-se o júri. Fernandes da Cunha tinha a certeza de que u’a morte inevitável o esperava, se cumprisse o dever do seu cargo. Mandou ocultar no quintal dois pagens e três montadas, seguindo para a Casa da Câmara. O Juiz concedeu-lhe a palavra, e Fernandes da Cunha proferiu o libelo acusatório, impetrando as penas da lei contra o astuto e sanguinário chefe sertanejo e seus sequazes, apelando da setença que os absolveu. Antes de se levantar a sessão retirou-se, montando a cavalo e seguindo dali em marcha forçada rumo à capital, não dando tempo a Militão de instalar as tocaias que deveriam chaciná-lo”. (14)

Reproduzimos, na íntegra, aquele trecho em que o eminente patrício, filho da cidade de Barreiras, escritor de grandes méritos e notável jornalista, com destacada atuação na imprensa do Rio de Janeiro, alude ao posicionamento de FERNANDES DA CUNHA no exercício da promotoria pública em Juazeiro.

Incorreu ele, porém, em equívoco a que foi levado, certamente, por errada informação colhida na tradição oral, tal era o respeito e admiração que a Nação inteira veio a tributar, depois, ao grande vulto de sua história, o Senador do Império — Joaquim Jerônimo Fernandes da Cunha.

Impõe-se-nos, portanto, restabelecer a verdade histórica daquele acontecimento, baseados em documentação que temos em nossos arquivos.

FERNANDES DA CUNHA, informado da decisão tomada por Militão de França Antunes, e sabedor de que o Comandante Superior do batalhão e o Juiz, mancomunados, esperavam a sua chegada em Juazeiro, para submeter-se ao juri popular e livrar-se, não só dos últimos crimes praticados, como de todos os processos anteriores, procurou o Juiz da Comarca, expondo-lhe os fatos, quando recebeu daquela autoridade, friamente, a resposta de que:

“não tinha meios de resistir à imposição; não podia defender a Vila em presença de todo aquele aparato de força e dos atentados que já se haviam praticado; que qualquer tentativa de resistência seria uma temeridade e loucura, a desafiar, ainda mais, as iras dos prepotentes, e aumentar o número das vítimas; e, finalmente, que no estado de coação em que se encontrava, nada podia deliberar.”

Promotor Público da Comarca, correndo iminente risco de vida, se ficasse e quizesse cumprir a lei, e o seu dever, opondo-se ao jubramento dos sicários, respondeu FERNANDES DA CUNHA àquele magistrado que, se a justiça não tinha mais que fazer, na Vila de Juazeiro, ele, seu órgão, não podia mais alí permanecer, e retirou-se para o Salitre, onde foi ter com seus familiares.

Alí recebeu cartas do Juiz e do advogado de Militão, convidando-o a ir funcionar como Promotor, no juri que se iria reunir, e ameaçando-o, se não o fizesse.

A essas cartas respondeu FERNANDES DA CUNHA como quem presa, ama e venera a Justiça, colocando-a na altitude de um augusto sacerdócio; como quem sempre se desvelou para servi-la com honra e dignidade, podendo, mais tarde, exclamar que tinha “consciência plena de jamais haver poluído a toga da Justiça sacrossanta”.

Respondeu, FERNANDES DA CUNHA, no verdor dos seus vinte e um anos de idade diante da pusilanimidade, do Comandante Superior e do Juiz da Comarca, ante o terror daquele caudilho, malfeitor, sanguiscedento e crudelíssimo, que:



“quaisquer que fossem as consequências do seu procedimento, na qualidade de Promotor Público, não tinha o direito, nem a obrigação de ajudar a ação de criminosos; que se a justiça já não podia ter ação diante de uma situação daquelas, tão horrorosa e lamentável, ele, Promotor Público, nada tinha a fazer; que se o Juiz de Direito da Comarca queria reunir juri e absolver criminosos, podia fazê-lo, livremente, que o promotor não lhe serviria de obstáculo, atando-lhe as mãos para a nomeação de um instrumento ad-hoc, e que, assim, lhe mandava a sua “suspirada” parte de doente, pois não poderia figurar e participar daquela farsa.”

O Juri ad-hoc se realizou. Os jurados foram o próprio Comandante Superior da Comarca e os seus parentes e amigos que hospedaram os réus em suas casas. Desnecessário seria acrescentar que Militão e seus síncios foram, todos, por esse simulacro de juri, absolvidos dos nefandos crimes praticados.

Em discurso que pronunciou, anos depois, na Camara dos Deputados, FERNANDES DA CUNHA proclamava:

“Em presença do iminente perigo de minha própria vida, não abandonei o meu pôsto de honra; não fugi, covardemente, da comarca, nem me prestei, tão pouco servil e docilmente, às sugestões, apesar de tão claramente ameaçado. Meu ato pode ser censurado; mas, será somente de fraqueza, de falta de coragem e energia. Não tive a heroicidade precisa para resistir à pressão de 400 baionetas que, havia um mês, derramavam sangue à farta, e impunemente, desde Pilão Arcado, até Juazeiro, num espaço maior de 50 léguas. Se algum crime cometi foi o de não saber morrer inutilmente para a causa da justiça e da humanidade, às mãos de quatrocentos assassinos... Mas, pergunto, perante quatrocentos bacarmates, e sob a pressão da terrível realidade ainda palpitante, o que teria feito, outro qualquer, nas minhas circunstâncias?”

Este o homem que viria, depois, a exercer a Promotoria Pública da Comarca da Capital, onde se notabilizou, pelo brilho invulgar, merecendo de parte dos juizes junto aos quais exerceu o Ministério Público, o maior respeito e admiração, pelo seu extraordinário talento e incomum saber jurídico, e de quem mais tarde, o excepcional vulto da história pátria — Barão do Rio Brnco, viria a declarar:

“A Comarca da capital da Bahia possuiuira promotor público da ordem de FERNANDES DA CUNHA, o maior homem do Brasil”.

## CRIAÇÃO DA COMARCA DE JUAZEIRO

Relatados esses fatos, que marcaram uma época de terror, e na qual os sagrados interesses da justiça estiveram tão maculados e miseravelmente ofendidos, não se restabelecera, ainda, a paz na região do São Francisco,

quando foi elevado o Termo de Juazeiro à categoria de Comarca de 1ª. entrância.

Para esse desiderato contribuiu decisivamente a iniciativa e apoio de FERNANDES DA CUNHA, já então político de grande influência na província, com três sucessivos mandatos de 1852 a 1853, de 1854 a 1855 e de 1856 a 1857 na Assembléia Legislativa e onde se impuzera como um verdadeiro patrono do Direito, da Justiça e da Liberdade.

A título de curiosidade transcrevemos a parte inicial da Resolução n. 650, de 14 de dezembro de 1857, que indica já haver o município se colocado, então, em posição de maior relevo que a própria sede da Comarca a que pertencia:

João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, Presidente da Província da Bahia. Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa Provincial decretou e eu sanciono a Resolução seguinte:

Art. 1º — As Comarcas do Rio de São Francisco, de Sento-Sé e de Monte Santo, passam a ser divididas do modo seguinte, formando uma quarta Comarca de Xique-Xique.

§ 1º — A Comarca do Rio São Francisco constará dos três termos — Vila da Barra do Rio Grande, Santa Rita e Campo Largo, desmembrado de Xique-Xique.

§ 2º — A Comarca de Monte Santo se comporá de dois termos, Monte Santo e Geremoabo, desmembrado de Capim Grosso, que passará a limitar-se com aquele pela antiga extrema no Riacho de Rodelas, na forma da Lei n. 160, de 8 de abril de 1842.

§ 3º — A Comarca de Sento-Sé, que passará a denominar-se do Juazeiro, constará dos três termos — Capim Grosso, Juazeiro e Sento-Sé.

§ 4º — A Comarca de Xique-Xique, que será formada do termo deste nome, e do Pilão Arcado, que fica desmembrado do Juazeiro e será igualmente alterado e subdividido, passando a sede da Vila para o Arraial do Remanso com a denominação de Vila de Nossa Senhora do Remanso de Pilão Arcado.”

Note-se, finalmente a preocupação dos legisladores, naquela oportunidade, liderados por FERNANDES DA CUNHA, de aliviar a Comarca de Juazeiro, então criada, do banditismo que continuava imperando em Pilão Arcado, onde Militão de França Antunes permanecia cometendo os seus desmandos, o que era próprio da sua têmpera, sem embargo da vigilância que o governo da província passou a exercer, com maior rigor, sobre a região.

Observe-se, por outro lado, que o parágrafo quarto da referida Resolução transferia a sede da Vila de Pilão Arcado para o Arraial do Reman-

so, alterando e subdividindo o território do termo de Pilão Arcado, conforme as prescrições subsequentes daquele ato legislativo, contidas nos parágrafos 5º, 6º e 7º.

Com a elevação a Comarca de 1a. entrância, jurisdicionando, também, os municípios de Capim Grosso e Sento-Sé, começava a prosperar o município de Juazeiro, caminhando, assim, para a situação de destaque de que hoje desfruta.

## JUIZES E PROMOTORES NA MONARQUIA

Mencionamos, a seguir, os magistrados que exerceram as suas funções judicantes na Comarca de Juazeiro, a partir de sua instalação, até o advento da República:

- Dr. Joaquim de Azevedo Monteiro, de 1858 a 1859
- Dr. Marco Correia Câmara Tamarindo, de 1863 a 1867
- Dr. Augusto José Peixoto, Juiz Municipal interinamento como Juiz de Direito, em 1866
- Dr. Francisco da Cunha Madeira, de 1867 a 1871
- Dr. Porfírio Amâncio Gonçalves, de 1871 a 1875
- Dr. Alvaro Antonio da Costa, de 1875 a 1883
- Dr. Américo Pinto Barreto, de 1883 a 1888
- Dr. Artur Anes Jácome Pires, de 1888 a 1890

Durante o regime monárquico, exerceram, por sua vez, os cargos de Juizes Municipais, na Comarca de Juazeiro, os seguintes:

- Bel Bernardo Pereira de Mesquita de 1846 a 1848
- Bel. Domingos Gomes Ferreira Veloso, de 1848 a 1855
- Bel. Joaquim de Melo Rocha, de 1855 a 1859
- Bel. Luiz Rodrigues Nunes, de 1859 a 1864
- Bel. Augusto José Peixoto, de 1864 a 1866
- Bel. Inocêncio José de Freitas Barros, de 1866 a 1870
- Bel. Porfírio Amâncio Gonçalves, de 1870 a 1875
- Bel. José de Souza Reis, de 1875 a 1879
- Bel. Augusto José Peixoto, de 1879 a 1884

O Ministério Público, ao tempo do “Império”, foi exercido em Juazeiro, pelos Promotores a seguir indicados:

- Bel. Joaquim Jerônimo Fernandes da Cunha, de 1848 a 1851
- Bel. Bernardo Pereira de Mesquita, de 1851 a 1853
- Bel. Henrique de Sousa Lima, de 10/07/61 a 24/08/1863
- Bel. Inocêncio José de Freitas Barros, de 1864 a 24/08/1865
- Bel. José Gomes Ferreira, de 27/02/1866 a dezembro de 1873

- Bel. Fenolon da Silva Monte, de janeiro de 1874 a 1882
- Bel. Benedito Justiniano de Souza, de 1882 a dezembro de 1884
- Bel. José Gomes de Castro Cincurá, de janeiro a outubro de 1885
- Bel. Jerônimo Custódio Fernandes da Cunha, de 31/10/1885 a janeiro de 1887
- Bel. Trasíbulo Teixeira Palha, de 1887 a 1889.

Relativamente aos Juizes Municipais e Promotores Públicos, referimos inclusive, aos que exerceram os cargos antes da instalação da Comarca de Juazeiro, que se verificou em 1858, isto é, quando Juazeiro era, ainda, Termo da Comarca de Sento-Sé.

### JUIZES E PROMOTORES NA REPÚBLICA

Proclamada a República, a 15 de novembro de 1889, a situação da Comarca não se modificou. Continuou classificada como de 1a. entrância e constituída pelos mesmos Termos com que fôra instalada.

Relacionaremos, agora, os Juizes de Direito que a preencheram no período republicano:

- Dr. Aurélio Pires, de 1890 a 1892
- Dr. Pedro Ribeiro Mariani, de 1892 a 1896
- Dr. Arlindo Batista Leone, de 1896 a 1897
- Dr. José Carlos da Cunha Sobrinho, Juiz Municipal, e interinamente como Juiz de Direito, de 1897 a 1898
- Dr. Álvaro Henrique Silvestre de Farias, em 1898
- Dr. Álvaro Pedreira de Cerqueira, de 1899 a 1904
- Dr. Raimundo Inácio da Silva, de 1904 a 1906
- Dr. Antonio Benedito de Souza Castro, de 1906 a 1912
- Dr. João Pedreira Alves, de 1913 a 1914
- Dr. João Sepúlveda da Cunha, de 1914 a 1915
- Dr. Antonio Pedreira de Cerqueira, de 1915 a 1919
- Dr. Antonio Marino Gravatá, de 1920 a 1928
- Dr. Perilo de Assis Bejamim, de 1928 a 1931
- Dr. Álvaro Olímpio Pinto de Azevedo, em 1932
- Dr. Virgílio Américo da Cunha Gonçalves, de 1932 a 1933
- Dr. Don Moreira Lobão, de 1934 a 1938
- Dr. José Maciel dos Santos, de 1938 a 1943
- Dr. Ademar Raimundo da Silva, de 1944 a 1947
- Dr. Arnaldo de Almeida Alcântara, de 1947 a 1959
- Dr. Anísio dos Santos Freire de Carvalho, de 1960 a 1962
- Dr. José Efrem Barreto Pereira, de 1963 a 1965

A partir de 1966, em consequência da reforma judiciária do Estado da Bahia, a Comarca de Juazeiro passou a ter duas Varas Judiciárias: a Vara Cível e a Vara Crime, que foram preenchidas pelos seguintes magistrados:

- Dr. José Teógenes Beltrão Espinheira da Costa – Vara Cível, de 1966 a 1977
- Dr. José Efrem Barreto Pereira – Vara Crime, de 1966 a 1967
- Dr. Eurico Torres Bandão – Vara Crime, de 1968 a 1974
- Dr. Salvador Gonzalez da Silva – Vara Crime, a partir de 1975. Continua em exercício.
- Dr. Heitor de Araujo Souza – Vara Cível, a partir de 11 de fevereiro de 1978. Continua em exercício.

Ainda no regime republicano, exerceram as funções de Juizes Municipais em Juazeiro:

- Bel. José Mário da Silva Freire, de 1892 a 1896
- Bel. José Carlos da Cunha Sobrinho, de 1897 a 1900
- Bel. Juvêncio Francisco Vieira Júnior, em 1900
- Bel. Raimundo Inácio da Silva, em 1902
- Bel. Antonio Pinto da Silva, em 1903

O Ministério Público, no período republicano, foi exercido, na Comarca de Juazeiro, pelos seguintes Promotores:

- Bel. Trasíbulo Teixeira Palha, de 1889 a 1892
- Bel. Cícero Seabra, de 1892 a 1895
- Bel. Pompílio Leite, de 1895 a 1896
- Bel. Antônio Pinto da Silva, de 1896 a 1898
- Bel. Adriano Guimarães, de 1898 a 1899
- Bel. Raul Alves de Souza, de 1899 a 15/12/1901
- Bel. Libânio dos Santos, de 15/12/1901 a 13/07/1902
- Bel. Alípio de Lima Andrade, de 13/07/1902 a 1904
- Bel. Pedro Santos Tôrres, de 1904 a 1905
- Bel. Pedro Borges Ribeiro da Cruz, de 1906 a 04.10.1907
- Bel. Manuel Xavier Paes Barreto, de 04.10.1907 a 06.04.1908
- Bel. Augusto Celestino de Souza, de 10.06.1908 a 1911
- Bel. Antonio Mariano Gravatá, de 1911 a 1913
- Bel. Euvaldo Luz, de 08.03.1914 a 1915
- Bel. Antônio Luis Afonso Carvalho, de 1915 a 1918
- Bel. Pedro Cerqueira Daltro, de 1919 a 1923
- Bel. José Joaquim da Silva Freire, de 1924 a 1926
- Bel. José Maciel dos Santos, de janeiro a junho de 1927
- Bel. Américo Correia da Silva, de junho a dezembro de 1927

- Bel. José Maciel dos Santos, de 1928 a 1929
- Bel. Osvaldo Caeté Barreto de Andrade, em 1932
- Bel. José Fortuna Andréia dos Santos, de 1932 a 1934
- Bel. Fernando Alves Dias, em 1934
- Bel. José Carlos Dantas, de 1935 a 1948
- Bel. Armando da Costa Tourinho, em 1949
- Bel. José Anacleto Freire, de 1949 a 1954
- Bel. Demostenes Nunes Sento-Sé, de 11.01.1955 a 08.12.1965
- Bel. Filemon Lins de Queiroz, a partir de 05.05. 1966. Continua em exercício.
- Bela. Maria da Glória Silva Chaves, interinamente, de 17 a 23 de outubro de 1974 a de 23 de dezembro de 1974 a 12 de junho de 1975.

### ELEVAÇÃO À 2a. ENTRANCIA

Pela lei estadual de 31 de julho de 1936, foi a Comarca de Juazeiro elevada à categoria de 2a. entrância e ficou constituída dos Termos de Juazeiro, Curaçá, São José da Casa Nova e Sento-Sé.

Mais tarde, pela lei n. 141, de 31 de dezembro de 1943, foram desanexados de sua jurisdição os termos de São José da Casa Nova e Sento-Sé, elevados à categoria de Comarcas de 1a. entrância e, finalmente, pelo Decreto-Lei n. 519, de 19 de junho de 1955, foi retirado, também, de sua jurisdição, o Termo de Curaçá.

### ELEVAÇÃO À 3a. ENTRÂNCIA

Devido à importância da cidade, que muito se expandira, social e economicamente, contando, já, naquela época mais de quatro mil prédios na sede, abrigando o município uma população de trinta mil habitantes, crescera, consideravelmente, o movimento forense e, por consequência, na organização judiciária do Estado, estava a Comarca de Juazeiro a merecer melhor aparelhamento, para atender de modo satisfatório aos interesses da Justiça e, em vista disso, pela lei n. 175, de 2 de julho de 1949, foi elevada à categoria de 3a. entrância, com um termo único, o da própria sede municipal.

Pela Comarca de Juazeiro têm passado Juizes que se notabilizaram na magistratura baiana, quer pelo saber jurídico, quer pela compostura, probidade e honradês, e muitos deles atingiram a curul do Tribunal de Justiça do Estado, onde tiveram assento como Desembargadores.



# **CAPITULO V**

## **EVOLUÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL**





Ao escrevermos a história do município de Juazeiro, sob os aspectos de sua evolução econômica e social, desponta, como fator preponderante do seu crescimento, a iniciativa da construção da ferrovia ligando Juazeiro à capital da província.

### ESTRADA DE FERRO DA BAHIA AO SÃO FRANCISCO

Com efeito, não só no Brasil, mas em todo o mundo, do oriente ao ocidente, foram as estradas de ferro o mais destacado fator de desenvolvimento dos povos, por concorrerem, decisivamente, para a circulação da riqueza, permitindo o escoamento da produção das zonas rurais, o intercâmbio comercial, a comunicação fácil entre os homens.

No Brasil, duas foram as ferrovias projetadas no início da segunda metade do século passado: a Estrada de Ferro de D. Pedro II, partindo do Rio de Janeiro, com destino a Minas Gerais, e aquela que viria a ser denominada Estrada de Ferro da Bahia ao São Francisco, que teve a iniciativa de sua construção aprovada pela lei n. 450, de 21 de junho de 1852, sancionada pelo Vice-Presidente da Província — ÁLVARO TIBÉRIO DE MONCORVO LIMA.

A respeito do traçado dessa estrada que, no seu entender, deveria ter-se dirigido a Oliveira, distrito do Município de Sento-Sé, escreveu Geraldo Rocha:

“Sobre o traçado da estrada de ferro Bahia — São Francisco, influiu o sentimento bairrista do — Cons. Fernandes da Cunha. Oliveira, situado a montante da Cachoeira de Sobradinho, era um ponto muito mais acessível à navegação que Juazeiro. Se o ponto terminal da estrada de ferro fosse naquela localidade, desapareceriam muitos entraves à navegação do São Francisco, prescindindo-se da baldeação na cachoeira do Sobradinho por ocasião da seca. Mas, para dar importância a Juazeiro, sua terra natal, o Cons. Fernandes da Cunha sacrificou a expansão econômica de todo o vale do grande rio”. (15)

Positivamente, o ponto de vista defendido pelo eminente jornalista e escritor Geraldo Rocha não encontraria apoio e aplausos, quer nos meios técnicos, quer nos meios políticos, e FERNANDES DA CUNHA pugnara, tenazmente, pela consecução da estrada tendo como ponto terminal a Vila de Juazeiro, exatamente por ser este traçado o que representava a mais curta travessia entre o oceano e o curso navegável do rio São Francisco.

---

(15) — *Geraldo Rocha — Ob. citada*

Neste sentido, aliás eram os pareceres técnicos, eis que a construção da estrada atravessando região montanhosa, tornaria consideravelmente elevados os seus custos, transformando-a num empreendimento injustificadamente oneroso para os cofres públicos.

Daí não encontrar guarida, também nos meios políticos a pretensão do próprio Presidente da Província — JOÃO MAURÍCIO WANDERLEY, depois Barão de Cotegipe, que era natural da Vila da Barra do Rio Grande, e se empenhara, com todo o prestígio e poder que emanava do seu cargo de Presidente da Província, no sentido de que a Assembléia Legislativa aprovasse a construção da estrada na direção de Salvador a Xique-Xique, vila muito próxima à da Barra do Rio Grande.

FERNANDES DA CUNHA, entretanto, embora filiado ao Partido Conservador, chefiado por João Maurício Wanderley, constituiu-se um dissidente, levantando-se contra o manifesto desejo do Presidente.

Havia ele ingressado na Assembléia Legislativa sob uma auréola de admiração e respeito, justamente conquistados na tribuna judiciária, como Promotor Público da Comarca da Capital, onde o seu talento e honradês adquiriram merecido e invulgar prestígio, que se confirmaria em memoráveis pleitos, nos quais, em franca oposição à situação dominante, obteve, repetidas vezes, as lãureas da vitória.

Demais disso, em relação ao obstáculo da Cachoeira do Sobradinho, dizia FERNANDES DA CUNHA, em memorável discurso:

“Mas, da cidade de Januária, limítrofe do termo de Carinhanha, na província da Bahia, e extrema de Minas pelo Rio Verde, até a Vila do Juazeiro, senhores, vão 200 léguas. Da Barra do Rio das Velhas, ou da cidade de Januária, pois, à Vila do Juazeiro, são 200 léguas de curso navegável do magestoso São Francisco, livre, desimpedido a toda a navegação de grandes barcos e vapores, com um único obstáculo, senhores, a pequena cachoeira do Sobradinho, cinco palmos de água, sete léguas acima do Juazeiro. Mas, o que é esta cachoeira do Sobradinho? Queireis dizer-me a mim, que sou filho daquelas plagas, que por vezes ali passei, até a dormir, à noite, por cima da horríssona cachoeira, sem despertar, ao som rouco do solene marulho das águas?

Quando o rio está cheio, é nada; quando está vasio, a cachoeira do Sobradinho é um pequeno obstáculo, tem uma pequena elevação de cinco pés, diz o Engenheiro Halfeld, que por ali passou, em viagem de exploração. Nas grandes cheias do rio, fica a cachoeira completamente coberta, as barcas passam por cima, até da grande pedra do Cachão. Só é precisa a remoção de algumas pedras, remoção que não custará cem contos de reis, que o Sr. Halfeld orçou

em apenas setenta contos de reis. Eis aqui, pois, a navegação do São Francisco plenamente franca e desimpedida, desde a Barra do Rio das Velhas, até o porto do Juazeiro.” (16)

Pelo gesto ousado da divergência com o Presidente da Província, atraiu sobre sua pessoa toda a cólera do Olimpo, sendo castigado com a demissão da promotoria pública da Comarca da Capital, o seu cargo efetivo, e que exercia com o maior brilho, altivês, compostura e integridade moral...

Bendito castigo, que lhe proporcionou tantas vitórias, diria, quasi um século depois, o Acadêmico Manoel de Aquino Barbosa. (17)

O certo, porém, é que, em consequência da oposição desencadeada por FERNANDES DA CUNHA, com aquela extraordinária independência, que foi, durante toda a vida, marca indelével do seu caráter, sempre insubmisso aos poderosos e em perfeita fidelidade à sua consciência, **prestou ele, indubitavelmente, o maior serviço a Juazeiro, incomparável com o de qualquer outro cidadão, porque sem a Estrada de Ferro, a nossa cidade não teria alcançado, jamais, a prosperidade a que se alçou e de que desfruta.**

Estaria, naturalmente, em pé de igualdade com Uauá, Curaçá, Casa Nova, Sento-Sé, Pilão Arcado, Remanso, e todas as outras cidades à margem do rio São Francisco, que não tiveram a impulsioná-las essa extraordinária alavanca de progresso, que é uma estrada de ferro ligando-as à capital do Estado.

Também a cidade de Petrolina, no Estado de Pernambuco, fronteira a Juazeiro, que, àquela época era uma simples e modesta povoação, somente erigida à categoria de Vila muitos anos mais tarde, foi altamente beneficiada pela tenacidade de FERNANDES DA CUNHA, fazendo vitoriosa a sua tese de que a Estrada de Ferro deveria ser construída para Juazeiro.

Na verdade, Petrolina, àquele tempo, era apenas a antiga passagem do Juazeiro, na outra margem do rio, por onde transitavam para a Bahia os gados vindo do interior do Piauí, como ocorria com outras povoações e vilas do São Francisco, dentre elas, a Barra do Rio Grande, Remanso, Casa Nova.

Não sabem hoje, talvez, os nossos caros patrícios pernambucanos o quanto devem a FERNANDES DA CUNHA, o imenso benefício dele recebido, de forma indireta, quando lutou contra as maiores forças da

---

(16) J.J. Fernandes da Cunha – *Discurso no Senado do Império em 14/06/1871.*

(17) Manoel de Aquino Barbosa – *Discurso de recepção na Academia de Letras da Bahia.*

política provincial da Bahia e, pelo seu talento e denôdo, contribuiu, do modo mais eficaz, para que a cidade de Petrolina, juntamente com a de Juazeiro, se transformassem nos dois maiores entrepostos comerciais da região do São Francisco e, em decorrência desse favorecimento de ordem econômica, ganhassem, por outra parte, as condições de desenvolvimento social a que atingiram, liderando, hoje, sem sombra de dúvida, todos os demais centros comerciais circunvizinhas, todas as cidades circunvizinhas, nos Estados da Bahia, de Pernambuco e do Piauí.

Não foi a navegação fluvial no rio São Francisco que lhes deu essa importância. Certo é que também concorreu, por sua vez, para o desenvolvimento econômico e social em toda a zona.

Entretanto, basta compararmos o estágio de desenvolvimento de Juazeiro e Petrolina com o que alcançaram todas as demais cidades ribeirinhas, ao longo de todo o Rio São Francisco para chegarmos à indubitosa conclusão de que foi a Estrada de Ferro, como em toda parte, aliás, que lhes propiciou o invejável grau de crescimento e de progresso com que se destacaram.

Esse mesmo fenômeno se verificou, no Brasil, com as cidades que se formaram ao longo da Estrada de Ferro Central do Brasil, em São Paulo, da Estrada de Ferro de D. Pedro II, ligando o Rio de Janeiro a Belo Horizonte, com a Estrada de Ferro de Santos a Jundiaí, e, tantas outras, sendo perfeitamente dispensável descermos a outras minúcias na análise dos benefícios hauridos por Juazeiro e Petrolina com aquela histórica decisão da Assembléia Provincial da Bahia, de 21 de junho de 1852.

Estabelecia a Lei n. 450, então votada e sancionada pelo Vice-Presidente da Província, no seu artigo 3o., que a estrada deveria ser construída em dez anos, mas a companhia concessionária não dispunha de meios para satisfazer aos encargos que lhe foram atribuídos, e o Presidente da Província — JOÃO MAURÍCIO WANDERLEY, na Fala com que abriu os trabalhos da Assembléia Provincial, no ano de 1854, aconselhou a revogação da Lei n. 450 e a votação de uma outra que permitisse levar a termo aquele notável empreendimento.

#### A BAHIA AND SÃO FRANCISCO RAIL-WAY COMPANY

Novamente a voz e a ação de FERNANDES DA CUNHA se fizeram sentir, para que não fosse revogada a lei que já autorizara a construção da Estrada para Juazeiro, e a Assembléia Provincial apenas aprovou o Decreto n. 1.602, de 15 de maio de 1855, que fixava o capital inicial de 1.800.000 libras esterlinas para a realização das obras e o decreto n. 1.615, de 9 de junho de 1855, celebrando-se contrato com uma Companhia inglesa a BAHIA AND SÃO FRANCISCO RAIL-WAY COMPANY, organizada para esse fim.

Essa empresa iniciou a construção da estrada, no seu primeiro trecho, de Salvador a Alagoinhas, em 24 de maio de 1856, sob a direção do Engenheiro inglês HULTON VIGNOLES e cinco anos depois, a 10 de setembro de 1861, eram inaugurados os primeiros trechos, fixando-se os horários de partida dos trens até Feira-Velha, pouco adiante de Camacari, hoje conhecida por Dias d'Ávila.

Quinze meses depois, ou seja, a 13 de fevereiro de 1863 foi inaugurado o trecho completo entre Salvador a Alagoinhas, sendo o tráfego aberto e entregue ao uso público.

Vê-se, assim, que aquele primeiro prazo de dez anos para a construção da Estrada até Juazeiro significava uma quimera, porque decorridos quase sete anos, apenas estava construído o primeiro trecho, até Alagoinhas, numa extensão de 123 quilômetros, embora entregue a obra a uma empresa idônea, quer financeiramente, quer quanto à capacidade técnica.

Essa Companhia, já não contando com a garantia de juros, que somente lhe havia sido assegurada para esse primeiro trecho, pretendendo forçar o Governo a renovar-lhe aquela garantia de juros, paralisou a construção da estrada em Alagoinhas.

De 1863 a 1876 nada se fez. A construção da estrada ficou paralisada durante treze anos. Não eram votados recursos financeiros, e o Governo não podia autorizar a continuidade das obras.

#### NOVAMENTE A AÇÃO DE FERNANDES DA CUNHA

Algumas providências já tomara o Deputado FERNANDES DA CUNHA na Câmara Geral, mas os Gabinetes Ministeriais não ofereciam solução ao problema.

Em 1871, foi FERNANDES DA CUNHA nomeado Senador do Império e passou a ter assento na cúpula do Poder Legislativo, cercado da admiração e do respeito de todo o país.

E foi com essa aureóla de admiração e de respeito ao seu grande vulto, que FERNANDES DA CUNHA ocupou a tribuna do Senado do Império, a 14 de junho de 1871, para dizer ao país e reclamar do Governo Imperial os recursos necessários ao prolongamento da Estrada de Ferro da Bahia ao São Francisco, no seu trecho final de Alagoinhas até Juazeiro.

Nesse pronunciamento memorável, fundamentou perante o Senado do Império, durante cerca de três horas, a alta prioridade que deveria merecer aquela obra, salientando:

“Sr. Presidente, cumpro um tríplice dever nesta ocasião, e todos gratíssimos ao meu coração.

Cumpro o dever de representante do país, pugnando no presente para o prolongamento da mais fácil, mais barata, mais proveitosa das vias de comunicação para o coração do Império.

Cumpro o dever de representante da Província da Bahia, quer vai medrar extraordinariamente com a concessão do prolongamento de sua via férrea para o São Francisco.

Cumpro o dever de filho daquelas plagas amenas, de que me lembro com saudade, e cujo futuro me preocupará sempre.”(18)

Empenhavam-se, então, os representantes das províncias do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, sempre muito prestigiosas na Câmara e no Senado, pela concessão de recursos para o prolongamento da Estrada de Ferro de D. Pedro II, que se destinava ao interior de Minas e que já se projetava prosseguir de Juiz de Fora até a cidade mineira de Pirapora, ligando o Rio São Francisco à metrópole – o Rio de Janeiro.

O Tesouro Nacional não dispunha de meios para autorizar a realização simultânea de duas obras tão grandiosas, e os políticos do sul se esforçavam por obter a prioridade e aprovação para o seu projeto.

FERNANDES DA CUNHA, porém, era um combatente valoroso e não se rendia. Com a veemência que lhe era própria, na defesa das causas justas, pelas quais, e especialmente por aquela, de que era um apaixonado, exclamava:

“Sr. Presidente, nós, os representantes da Bahia, quando pugnamos pelo prolongamento da linha férrea da Bahia ao Juazeiro, não fazemos uma estreita questão de provincialismo; nunca.

A província da Bahia, sempre generosa, sempre pronta ao sacrifício pela causa do Império, não se amesquinhará, jamais, em fazer questão desta ordem, em desserviço da causa nacional.

Não, Sr. Presidente. Estamos dispostos a conceder todas as franquias, a fazer todas as concessões a nossos irmãos do Império; só pedimos uma coisa, destruir uma coisa que ninguém se nega: justiça, igualdade; não queremos mais nada. Vamos colocar a questão neste ponto, nestas condições.”

A partir daí, desenvolveu o inolvidável Senador uma argumentação irrespondível, uma fundamentação alicerçada em fatos irretorquíveis, demonstrando que a Estrada de Ferro da Bahia a Juazeiro partira da capital com o propósito firme, direto, definitivo, de chegar ao rio São Francisco, de servir àquela vasta zona fluvial, ao rio central do Império, ao rio que servia de limites a cinco províncias, ao rio da navegação central mais franca, mais livre de todo o país, ao rio mais povoado do Brasil, e que

tivera por objetivo alcançá-lo em um ponto importantíssimo, a Vila de Juazeiro, que tinha a vocação natural para ser o empório central do comércio de cinco províncias do Império.

A certa altura daquele discurso, assinalou:

“Nós nunca pedimos uma linha férrea para a Bahia, para percorrer somente vinte léguas, circulando a capital. Nós pedimos a linha férrea da Bahia para chegar ao São Francisco, para dotar o comércio e a produção do interior da minha província desse grande agente de civilização, de progresso, e de transporte, grande meio para reunir alí o comércio de grande parte do Norte do Império.

Quem lança os olhos para o nosso sistema hidrográfico, Sr. Presidente, vê, ao Norte, o vasto oceano, quase, do Amazonas; vê, ao Sul, o Prata, com o Paraná e o Paraguai circulando todo o Império ao sul e ocidentalmente; e vê, no Centro, o patriarca das águas interiores do Império, o caudaloso São Francisco, rolando plácida e magestosamente as suas ondas para a cachoeira de Paulo Afonso, e aí estreitando-se, em um terreno alcantilado, precipitar-se imponente em catadupas marulhosas, para o oceano, através de Paulo Afonso.

Eis aí o nosso sistema hidrográfico: Ao norte, o Amazonas, ao sul, o Prata, no centro o São Francisco.

Cumpramos estudarmos este sistema fluvial e desenvolvermos as nossas linhas de comunicação para ligar essas vastas correntes e bacias às capitais das grandes províncias do Império, para levá-las a esses centros produtores, e darmos vida à nação...”

Era, assim, o Senador FERNANDES DA CUNHA. Um homem de luta, e que sabia usar o talento, o seu prestígio, a sua cultura e o ardor do seu verbo, em prol das causas justas, nunca olvidando os supremos interesses da Bahia e de sua região. Nesse mesmo pronunciamento, diria ele, ainda:

“Quando se trata de dotar o Império de uma grande via de comunicação, de um melhoramento como este, esquecer ou preterir a via mais natural, a mais direta, mais curta, mais fácil, menos dispendiosa, mais lucrativa, era preciso, senhores, que eu não fosse filho da Bahia, nem seu representante, para não protestar, energicamente, ante o parlamento, contra o atentado premeditado ao progresso de minha cara e generosa província. Não; se quereis navegar com a vela grande, permiti-nos que ferremos também o nosso traquete.



“Desejo a dotação da província de Minas, com uma grande via de comunicação, que penetre o seu interior. É uma província central e carece de descer até os grandes mercados, de trazer os seus produtos, e de alimentar e desenvolver a sua lavoura e o seu comércio interior; porém, preferência exclusiva em favor da Estrada de Ferro de Pedro II para Minas, e nada para o Norte do Império, isso não, absolutamente não.”

Esse histórico pronunciamento e reivindicações de FERNANDES DA CUNHA foram feitos, no Senado do Império, a 14 de junho de 1871, e quatro dias depois, a 17 de junho daquele mesmo ano, foi votada a lei n. 1.953, abrindo o Governo o crédito de vinte mil contos de reis para diversas estradas, entre as quais a da Bahia ao São Francisco.

Na conformidade dessa lei, que autorizava o Governo a dispende até três mil contos de reis por ano, foram contratados com o Engenheiro ANTONIO MARIA DE OLIVEIRA BULHÕES os estudos referentes ao trecho da estrada, de Alagoinhas a Juazeiro, sob as condições aprovadas pelo Decreto n. 5.097, de 28 de setembro de 1872.

Em seguida, foi aberta a concorrência para a construção e, a 9 de março de 1876, era assinado o contrato com os seguintes empreiteiros do trecho compreendido entre Alagoinhas e Vila Nova da Rainha, atualmente a cidade de Senhor do Bonfim: Rafael Arcanjo Galvão Filho, José Marcelino Pereira de Moraes, José Augusto de Araujo e Manoel Inácio Gonzaga.

A 12 de novembro de 1875, fôra nomeado o Engenheiro ANTONIO AUGUSTO FERNANDES PINHEIRO chefe das obras de prolongamento e a 25 de outubro do ano seguinte (1876) era inaugurado o reinício dos trabalhos, assentando-se a primeira pedra da Estação de Alagoinhas, em ato presidido pelo Dr. Luiz Antônio da Silva Nunes.

A 24 de abril de 1876 dera-se início à revisão dos estudos anteriormente elaborados pelo Engenheiro Antônio Maria de Oliveira Bulhões e dois dias depois, a 26 daquele mesmo mês foi encarregado o Engenheiro HERCULANO VELOSO FERREIRA PENA de comprar, na Europa, os materiais fixo e rodante.

O trecho então empreitado, de Alagoinhas a Vila Nova da Rainha, tinha a extensão de 289 quilômetros e 322 metros e deveria ser entregue, ao tráfego, de acordo com as prescrições contratuais do prolongamento da estrada, no prazo de 5 anos e 6 meses.

Entretanto, somente a 31 de agosto de 1877, ou seja, 11 anos depois, foi inaugurado, pelo então Engenheiro Chefe – LUIZ DA ROCHA DIAS.

Pelo Aviso n. 68, de 7 de dezembro de 1882, o Ministério da Agricultura determinara que fossem revistos os estudos do Engenheiro Antônio Maria de Oliveira Bulhões, na parte referente ao trabalho da estrada, para efeito de prolongamento, no trecho Vila Nova da Rainha a Juazeiro, tendo por ponto terminal esta cidade ou a de Casa Nova.

## AINDA UMA VEZ FERNANDES DA CUNHA

Assim era novamente tentada a alteração do traçado da Estrada de Ferro da Bahia ao São Francisco, desviando-se o seu rumo, e deixando Juazeiro, possivelmente, de vir a ser o seu ponto terminal.

Mais um vez intervém o Senador FERNANDES DA CUNHA, e, através de pronunciamento no Senado do Império, a 10 de maio de 1883, sustenta:

“Os baianos bastante têm pugnado, como questão de vitalidade provincial, pela franca navegação do São Francisco, e pela sua ligação ao grande mercado da Bahia, que é a linha natural, a única possível e compatível com as finanças do Império, a única dígna de preferência a qualquer outra, cujo exame deva merecer a predileção dos poderes do Estado. Mas, por fatalidade de circunstâncias, por um capricho sistemático, quer-se negar a realidade das cousas, obscurecendo tudo, criando a todo momento dificuldades, preterindo-se o direito inconcusso, para se preferirem causas que nunca deviam passar no parlamento e que importam gravame à província da Bahia”.

Mostra o orador como os baianos foram os primeiros a querer realizar a estrada de ferro da Bahia ao São Francisco e exclama:

“Mas, infelizmente, há um quarto de século que se agita e estuda o problema, sucedendo-se relatórios a relatórios, fazendo-se despesas extraordinárias, para no fim fazer a questão no mesmo pé”.

Salienta o Senador FERNANDES DA CUNHA que tudo dependia tão só, da desobstrução das cachoeiras e faz largas considerações mostrando o que conviria fazer para utilizar aquela grande via fluvial e levar a Estrada de Ferro, da Bahia ao Juazeiro.

Em consequência desse pronunciamento no Senado e das providências complementares que se seguiram, nos bastidores ministeriais, concluídos os trabalhos da Comissão de que fazia parte o eminente Engenheiro THEODORO SAMPAIO, determinou o Governo Imperial que se promovesse a desobstrução das cachoeiras entre Boa Viasta e Santana do So Bradinho, em cujo permeio estava Juazeiro, designando para esse mister uma comissão chefiada pelo Engenheiro ANTÔNIO PLÁCIDO PEIXOTO DO AMARANTE, que principiou sua tarefa naquele mesmo ano de 1883, e a cuja disposição ficaram, até dezembro de 1896, quando terminou sua missão, o navio “Presidente Dantas” e uma lancha que ela própria construiu, em Jatobá, denominada “Pedro II”, que fez sua primeira

viagem em dezembro de 1885, até Santana do Sobradinho, vindo a ser reconstruída, muitos anos depois, pela Empresa Viação do Brasil, recebendo, então, o nome de "Severino Vieira".

Em virtude de haver o governo autorizado a desobstrução da cachoeira de Sobradinho, abandonou-se a idéia de rever os estudos do Engenheiro BULHÕES examinando-se a hipótese alternativa de modificar-se o traçado inicial da Estrada de Ferro, rumo a Casa Nova, e a revisão se fez unicamente na direção de Juazeiro, que fôra a tese sustentada e defendida, arduamente, por FERNANDES DA CUNHA, desde 1852, quando ainda tinha assento na Assembléia Legislativa Provincial.

Em 14 de agosto de 1888, foi aberta a concorrência para execução das obras do último trecho, de Vila Nova da Rainha (atualmente Senhor do Bonfim) a Juazeiro, vencendo-a os Engenheiros Alfredo Augusto Borges, Luiz Augusto Dias de Farias e Aloísio Augusto Ramos Acioli, que assinaram o respectivo contrato em 3 de novembro daquele mesmo ano, e no qual ficara estipulado o prazo de 2 anos para a conclusão das obras.

A construção desse último trecho foi iniciada a 19 de março de 1889, mas o assentamento da via permanente somente foi começada em abril de 1890, em virtude das expectativas criadas com o advento da república, proclamada a 15 de novembro de 1889, sendo concluído o preparo do leito da estrada em novembro de 1892.

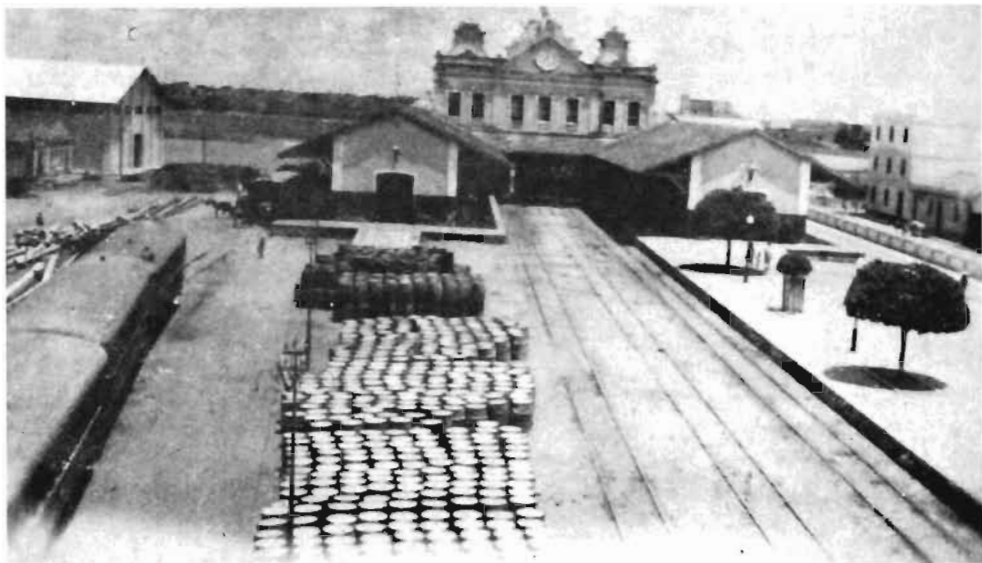
Esse trabalho de assentamento da via permanente, entretanto, foi executado com morosidade e, três anos depois, foi o contrato rescindido amigavelmente, e entregue a construção dos 69 quilômetros restantes ao Engenheiro MIGUEL DE TEIVE E ARGOLO que concluiu a obra de assentamento dos trilhos.

## INAUGURAÇÃO DA ESTRADA DE FERRO

A 24 de fevereiro de 1896, era festivamente inaugurado o trecho final da Estrada de Ferro da Bahia ao São Francisco, com a presença do Vice-Presidente da República — Dr. MANOEL VITORINO PEREIRA e do Ministro da Viação, Indústria e Obras Públicas — Dr. ANTÔNIO OLINTO DOS SANTOS PIRES e de representantes da imprensa da Bahia e do Rio de Janeiro.

Juazeiro engalanou-se para as comemorações da conclusão e inauguração daquela grande obra, e ao Engenheiro MIGUEL DE TEIVE E ARGOLO foi, então, oferecida, uma bilheteira de prata fôscas com a figura de um anjo sustendo nas asas um cartão de ouro, com os seguintes dizeres:

"Parabéns ao Ilustre Sr. Engenheiro Miguel de Teive e Argolo. Em 24 de fevereiro de 1896. Gratidão dos Juazeirenses".



Antiga Estação da Estrada de Ferro da Bahia ao São Francisco. Demolida.



Antiga Sede e Estaleiros da Empresa Viação do São Francisco. Demolida.



Estava, assim, concretizado o grande sonho de Joaquim Jerônimo FERNANDES DA CUNHA, que fôra o baluarte daquela portentosa iniciativa e que, incansavelmente lutara, com denôdo e tenacidade, durante mais de trinta anos, para que não fossem desviados os rumos do traçado da estrada, bem assim para que o Governo lhe dispensasse a alta prioridade que exigiam os superiores interesses do Império e de sua província.

O seu nome, dado a um vapor que, no São Francisco, doce repouso de suas mais caras reminiscências da infância e da juventude, fazia ressurgir sobre o leito do rio a lembrança de uma grande vida que ali recebeu o batismo do sol pela primeira vez, perenizando na memória de sua gente ribeirinha o edificante exemplo de civismo com que soube servir à pátria (19) e que, agora, com a construção da barragem de Sobradinho, deixou de navegar, e, portanto, desaparece, como homenagem da terra àquele que fôra um seu benemérito, bem assim a placa em uma modesta rua da cidade, representa muito pouco, pelo que fez em benefício de Juazeiro, e de toda a região do São Francisco, quer como propugnador da construção da Estrada de Ferro da Bahia ao Juazeiro, quer como defensor e sustentáculo que foi, durante mais de trinta anos, no parlamento nacional, da navegação no Rio São Francisco, pois, como ele próprio diria:

“Sempre que se tratar da província da Bahia e da Navegação do São Francisco, haverão de encontrar-me na estacada, queimando o último cartucho.” (20)

## A ESTAÇÃO DA ESTRADA DE FERRO

Juazeiro ainda hoje lamenta a decisão tomada pela administração da Rede Ferroviária Federal, quando, para fazer a ligação dos trilhos da estrada à ponte Presidente Dutra, que fez a conexão da antiga ferrovia da Bahia a Juazeiro à de Petrolina a Terezina, resolveu demolir a Estação de Juazeiro, festivamente inaugurada a 15 de novembro de 1907, um edifício em cuja arquitetura se identificava um verdadeiro primor de arte, no estilo colonial.

Edificada sobre bases de concreto, de quatro metros de profundidade por três de largura, tinha a sua frente voltada para o rio São Francisco.

---

(19) – *João Fernandes da Cunha – Genealogia, Vida e Obra de Wanderley Pinto – Revista n. 19 do Instituto Genealógico da Bahia – Ano de 1973.*

(20) – *Joaquim Jerônimo Fernandes da Cunha – Discurso no Senado do Império, em 10 de maio de 1883.*

A sua fachada, de frente para o rio, justamente a parte mais bela e mais apreciável do prédio, era encimada por uma belíssima alegoria: aos lados, dois mastros que assentavam sobre duas agulhas, semelhantes a torres, onde se viam dois símbolos de Mercúrio, representando o Comércio e a Indústria. Ao centro, dois gigantes sentados nas bordas de um batel, suspendiam, nas mãos, uma roda de locomotiva atravessada por uma asa, simbolizando o progresso, empunhando o da direita, que significava o Oceano Atlântico, representado por Netuno, o seu tridente, e o da esquerda, que representava o rio São Francisco, uma ígara e um remo, inclinado para o nascente.

A plataforma e os salões de passageiros eram ladrilhados de mármore italiano e, de ambos os lados da escada que dava acesso à plataforma, como que servindo de sentinelas do edifício, existiam dois grandes candelabros, emoldurados de roda alada e encimados por uma criança, simbolizando o futuro.

A escada era, ainda, guarnecida por um belíssimo e artístico gradil de ferro, que partia das duas colunas laterais em cujo tampo se encontravam os candelabros, e todo o piso do pavimento terreo era circundado por uma grade chinesa, também em mármore, que lhe dava grande realce.

Até hoje a sociedade de Juazeiro deplora a sua demolição e não entende como administradores e técnicos, em altas funções públicas, são, por vezes, tão insensíveis às manifestações da cultura.

A preservação do patrimônio artístico de um povo é dever de todos, cumprindo a cada cidadão proteger, por todos os meios, os monumentos públicos e até os edifícios particulares, de valor artístico ou histórico, da ação destruidora do tempo e dos homens, pelo que se deve opôr um dique à inconoclastia das demolições em que é desrespeitada a veneração do passado, e se promove o desaparecimento de verdadeiros monumentos de arte.

Eis porque, nesta oportunidade, consignamos também o nosso protesto contra aquele ato de vandalismo, que não dignifica aos que o praticaram.

## NOVAS DENOMINAÇÕES DA ESTRADA

Pelo decreto presidencial n. 8.321, de 23 de outubro de 1910, foi constituída a REDE DE VIAÇÃO FERREA DA BAHIA que absorveu a antiga Estrada de Ferro da Bahia ao São Francisco.

No governo do Presidente Getúlio Vargas, após a revolução de 1930, novas modificações foram introduzidas no sistema ferroviário nacional e a estrada passou a denominar-se VIAÇÃO FERREA FEDERAL LESTE BRASILEIRO.

Mais tarde, no governo do Presidente Juscelino Kubitschek, nova estrutura foi dada ao sistema ferroviário, criando-se a REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S/A que encampou todas as ferrovias nacionais, inclusive a Leste Brasileiro.

Fugiria ao roteiro que traçamos para este estudo, alinharmos dados estatísticos que pudessem exprimir os grandes serviços prestados pela Estrada de Ferro à nossa região e, especialmente, à cidade de Juazeiro.

Limitamo-nos, por isso, a afirmar que foram incalculáveis, quer no transporte da produção regional do São Francisco para o pôrto de Salvador, de onde muitos dos seus produtos são exportados para o exterior, quer no transporte de todos os gêneros e produtos industriais necessários ao consumo das populações sertanejas, quer, finalmente, no transporte de passageiros, entre Juazeiro e Salvador e vice-versa.

Durante mais de meio século foi aquela estrada o último meio de transporte de que dispunham os habitantes da região e só a partir de 1967, com a conclusão da rodovia pavimentada, a ferrovia começou a perder aquele privilégio, intensificando-se o transporte rodoviário.

Mesmo assim, para o transporte pesado, continua sendo a Estrada de Ferro o meio mais eficiente, assim pelo volume que é capaz de transportar, como pelos custos incomparavelmente mais baixos que pode oferecer.

Por tudo isso, a Estrada de Ferro exerceu e continua exercendo papel da maior importância no desenvolvimento regional.

### A NAVEGAÇÃO NO RIO SÃO FRANCISCO

Tarte, engenheiro belga, apresentara ao Governo Imperial um requerimento de privilégio para explorar a navegação a vapor no Rio São Francisco e seus afluentes, até então navegados apenas por barcas, canôas e ajoujos.

Diante disso, resolveu o Imperador contratar os engenheiros Emanuel Liais, para estudar as possibilidades de navegação do grande rio desde suas nascentes, até Pirapora, e o curso do Rio das Velhas, até Guaicuí, enquanto incumbia Henrique Guilherme Fernando Halfeid de proceder às mesmas observações de Pirapora até a sua foz.

Cuidaram, por consequência, os governos provinciais de fazer as primeiras tentativas de navegação a vapor antecipando-se o de Minas Gerais, nesse grande passo que, se não iria proporcionar-lhe benefícios diretos de ordem econômica, iria, contudo, propiciá-los indiretamente, com a prosperidade e crescimento demográfico dos seus municípios no vale do São Francisco.

### O 1º NAVIO A VAPOR

Mandou o Governo de Minas Gerais armar o primeiro navio a vapor que iria sulcar as águas do magestoso rio, em Sabará, longínqua



região para onde foram conduzidos em carretas desde o último ponto da Central do Brasil, o casco e as caldeiras daquela embarcação. Já em 1871 fazia o "Saldanha Marinho", por conta do Estado, a sua viagem de experiência, comandado pelo oficial da nossa marinha de guerra Tte. F. M. Alvares de Araújo, partindo de Guaicuí, no Rio das Velhas e sulcando, logo mais, o São Francisco, através de cujo leito desceu até Boa Vista, no Estado de Pernambuco, de onde regressou à barra do Rio das Velhas, aí permanecendo até que veio a ser adquirido pela Empresa Viação do Brasil, que sucedeu, em 1893, ao Banco Viação do Brasil, a quem fôra cedido o privilégio da navegação a vapor nos dois precitados rios.

### O 2º NAVIO A VAPOR

Decorreu do êxito dessa experiência a deliberação do Cons. Manoel Pinto de Souza Dantas, Presidente da Província da Bahia, encomendando à fábrica de Ponta D'Areia por intermédio do Cel. Justino Nunes de Sento-Sé, seu enviado, um navio a vapor, que foi transportado da Cidade do Salvador para Alagoinhas, pela Estrada de Ferro Bahia ao São Francisco, cujo trecho fôra concluído, e, daquela cidade, por carro puchados a boi, até Juazeiro, onde foi armado, fazendo a sua primeira viagem com a denominação de "Presidente Dantas" em dezembro de 1872, até Januária, no Estado de Minas Gerais, regressando dali a Juazeiro, onde aportou a 23 de fevereiro de 1873.

Não estavam porém, iniciados os serviços de navegação a vapor no São Francisco, que somente quinze anos depois viriam a ser explorados. Aquelas duas experiências representavam apenas uma tentativa, com o objetivo de se conhecer as possibilidades desse meio de comunicação e do seu desenvolvimento.

### DESOBSTRUÇÃO DAS CACHOEIRAS DE BOA VISTA E SOBRADINHO

Conforme ficou dito no título anterior deste capítulo, logo depois de mais uma vez reivindicar o Senador FERNANDES DA CUNHA, no Senado, fossem criadas as condições de navegabilidade do rio São Francisco, assunto do qual já tantas vezes se ocupara, como quem tinha, verdadeiramente, uma larga visão de estadista, proclamando a extraordinária importância da navegação do grande rio, para o Império, e, particularmente, para as províncias da Bahia, de Minas Gerais, Pernambuco, Sergipe, Alagoas (21), e já concluídos os estudos realizados pela comissão da qual fizera parte o Engenheiro Theodoro Sampaio, mandou o Governo Impe-

---

(21) — Joaquim Jerônimo Fernandes da Cunha — Discurso no Senado do Império, em 10 de maio de 1883

rial iniciarem-se os trabalhos de desobstrução das cachoeiras de Boa Vista e Sobradinho, o que ocorreu em 1883, sendo concluído treze anos depois, ou seja, em 1896.

É verdade que a cachoeira do Sobradinho continuou sendo um obstáculo à franca navegabilidade dos vapores e, por isso, os nossos governantes não cessaram de empregar recursos no sentido de se criarem condições mais favoráveis, porque a desobstrução jamais se fizera como os relatórios técnicos preconizavam.

Durante muitos anos, uma draga removeu pedras e construiu espigões, com o propósito de canalizar as águas, aumentar o seu volume e mudar o seu curso normal.

No Governo do Presidente Eurico Gaspar Dutra, construiu-se uma eclusa, que apenas favorecia o tráfego dos vapores nas épocas de cheia do rio.

Todavia, jamais foi alcançado pleno sucesso com os serviços e obras realizados, sempre custeados pelo Governo Federal.

### PRIVILÉGIO PARA NAVEGAÇÃO DO SÃO FRANCISCO

Antes, porém, de levada a termo a desobstrução das cachoeiras, concedera o Governo em 1888 privilégio exclusivo, por 10 anos, para exploração dos serviços de navegação a vapor nos rios das Velhas e São Francisco, aos cidadãos Cícero de Pontes, Engenheiro, Benjamim Franklin de Albuquerque Lins e Francisco Freire de Brito, mediante uma subvenção de Cr\$ 90.000,00, privilégio transferido ao Banco Viação do Brasil, que em 1891 construiu em Juazeiro um novo e grande navio a vapor, o "Mata Machado", e iniciou a navegação regular no São Francisco.

### A NAVEGAÇÃO DO ESTADO

Em 10 de junho de 1898 recebeu Juazeiro a visita do Cons. Luiz Viana, um dos eminentes filhos do São Francisco, então Governador da Bahia, que foi até ali com o fim de presidir à inauguração das linhas criadas para os rios Grandes e Correntes, pela Navegação do Estado, por ele instituída, e cuja direção fôra confiada ao Cel. Leônidas Gonçalves Tôrres.

Desta iniciativa do Cons. Luiz Viana, resultou um conflito entre o Estado e a Empresa Viação do Brasil, sucessora do Banco Viação do Brasil, que alegando infração de privilégio, propôs ação contra o Estado, vindo a ser vitoriosa.

Todavia, não pôde a Empresa Viação do Brasil, conter o desequilíbrio de ordem econômica a que foi arrastada e, em 1903, arrematava o Estado da Bahia o seu acervo pela importância de Cr\$ 600.000,00, passando a navegação do São Francisco e seus afluentes à condição de serviço público.

## EMPRESA VIAÇÃO DO SÃO FRANCISCO

Criada a Empresa Viação do São Francisco, deu-lhe o governo da Bahia grande impulso, a partir da administração do Conselheiro Luiz Viana que, no seu quadriênio, adquiriu mais dois vapores, inaugurados no ano de 1899, o PRUDENTE DE MORAIS, que recebeu o nome do então Presidente da República, e o LUIZ VIANA.

## NAVEGAÇÃO DO RIO PRETO

Nessa época, apenas o Rio Preto, tributário do Rio Corrente, não fôra ainda navegado por embarcações a vapor, iniciativa que a empresa tomou em 1905, inaugurando a linha para Santa Rita, com o navio “Alves Linhares”, que chegou àquela cidade em 23 de setembro.

Estabelecido o intercâmbio com todas as cidades do São Francisco até Pirapora, com as cidades de Barreiras, no Rio Grande, Santa Maria da Vitória, no Rio Corrente, e Santa Rita, no Rio Preto, teria Juazeiro, como ponto inicial da navegação, que receber os efeitos benéficos desse contacto que vinha de encontro àquele outro existente com a capital do Estado e todas as cidades situadas à margem da Estrada de Ferro Bahia ao São Francisco, inaugurada em Juazeiro, seu ponto terminal, a 24 de fevereiro de 1896.

## A FROTA DE VAPORES DA EMPRESA VIAÇÃO DO SÃO FRANCISCO

Inaugurado o tráfego nos outros afluentes, a 11 de junho de 1898 e, por último, no Rio Preto, em setembro de 1905, muitos outros vapores foram construídos e lançados ao rio, para atender à demanda sempre crescente de mercadorias a transportar, até o ano de 1909, quando o Governo do Estado resolveu arrendá-la, mediante concorrência pública aberta para esse fim.

E assim, no ano de 1909, já contava a Empresa Viação do São Francisco com os seguintes vapores e rebocadores em tráfego, no São Francisco e seus afluentes:

- SALDANHA MARINHO
- PRESIDENTE DANTAS
- PRUDENTE DE MORAIS, depois denominado PIRAPORA e, mais tarde, COSTA PEREIRA
- LUIZ VIANA, depois denominado JUAZEIRO
- SEVERINO VIEIRA, depois denominado NEWTON PRADO
- ALVES LINHARES, depois denominado JANSEM MELO

- ENGENHEIRO HALFELD
- ANTONIO OLINTO
- CARINHANHA, depois denominado RIO BRANCO, em seguida JOÃO PESSOA e, por último CORDEIRO DE MIRANDA
- MATA MACHADO
- ANTONIO MUNIZ e
- FERNANDES DA CUNHA.

Haviam desaparecido o RODRIGO SILVA, por naufrágio, bem assim o SÃO FRANCISCO e o AMARO CAVALCANTE, cujas máquinas foram aproveitadas para atender a necessidades de outras unidades da frota.

Além desses vapores e rebocadores, foram construídas, também, algumas lanchas, ou chatas, rebocadas por aquelas unidades, e que representaram, durante longo tempo, um complemento importante, no transporte de mercadorias, no São Francisco.

Se os vapores, além dos passageiros, já conduziam uma tonelagem apreciável, as lanchas ou chatas aumentaram, consideravelmente, a capacidade transportadora da empresa.

De todos aqueles vapores, o FERNANDES DA CUNHA era o cargueiro de maior potencialidade de toda a frota, o de maior tonelagem, transportando mercadorias nos porões e nos convés. Manobrava, porém, com dificuldade e não era bastante veloz, na primeira fase em que trafegou, porque fôra construído todo em ferro e era movido a hélice, com uma estrutura mais apropriada para os vapores destinados a navegar no oceano. Posteriormente o reformaram por completo, tornando-se uma das unidades mais úteis da empresa, pelo volume de carga que era capaz de transportar.

Note-se que esses vapores, quase todos, receberam os seus nomes em homenagem a grandes figuras da política nacional e estadual, com relevantes serviços prestados à Bahia e ao Brasil.

As mudanças de denominação, na sua maior parte, ocorreram após a revolução de 1930, quando os chefes revolucionários desejaram rememorar os nomes de pessoas destacadas daquele movimento.

Mais tarde, participaram da frota os vapores: BARÃO DE COTEGIPE, JURACY MAGALHÃES e DELSUC MOSCOSO.

Todas essas unidades da Empresa Viação do São Francisco, que, em seguida, no Governo que se instalou após a revolução de 1930, passou a denominar-se: VIAÇÃO BAIANA DO SÃO FRANCISCO, prestaram relevantes serviços à região, contribuindo de modo altamente significativo para o intercâmbio social e cultural das populações ribeirinhas e, especialmente, para a melhoria das condições econômicas dos municípios e das cidades de todo o vale, inclusive dos afluentes daquele grande rio.

De outra parte, foi através deles, como o principal meio de transporte de que dispunham, que as populações nordestinas, de Pernambuco

ao Maranhão, se deslocavam nas grandes migrações que, ao longo dos anos, se processaram, levando principalmente a Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná a mão de obra que iria promover o enriquecimento do Centro-Sul do país.

Foi, ainda, por aqueles vapores e com eles, que o rio São Francisco pôde prestar inestimável serviço à Nação, quando, durante a segunda guerra mundial, em face da paralização do tráfego pela costa brasileira, decorrente do ataque no ano de 1942 aos nossos navios mercantes, por parte de submarinos do "eixo nazi-fascista", intensificou-se o tráfego naquela grande via fluvial, no cumprimento de sua grande missão histórica de promover a unidade nacional, e que, naquela época, foi, durante alguns anos, praticamente a única via de transportes, e de comunicações entre o norte e o sul do Brasil.

Agora, com a construção da barragem do Sobradinho, todos aqueles vapores, pelo seu calado, pelas suas dimensões e por sua estrutura, perderam, totalmente, as condições de navegabilidade no São Francisco.

Transformados em "ferro-velho", dentro em pouco ninguém se lembrará deles e do relevante papel que decisivamente desempenharam, na vida regional.

E as homenagens que os seus nomes simbolizavam, a grandes vultos da história nacional e baiana, inclusive daqueles três peclaros filhos da região do São Francisco — o Conselheiro FERNANDES DA CUNHA, o BARÃO DE COTEGIPE e o Conselheiro LUIZ VIANA, também desaparecerão, no torvelinho do progresso, que impõe, por vezes, radicais transformações na vida dos povos.

Impunha-se, por isso mesmo, este registro, para que as futuras gerações não venham a desconhecer o fato histórico, e a contemporânea possa, talvez sentir-se estimulada a não permitir que o processo cultural se estiole e pense em, por outros meios, manter viva na lembrança do povo a memória daqueles que engrandeceram a nossa terra e a região sanfranciscana.

Um passo nesse sentido já foi dado, e está a merecer efusivos aplausos de quantos se interessam pela história, em particular, e pela cultura, nos seus mais amplos horizontes.

Graças à iniciativa do Almirante Aristides Pereira Campos Filho, com o apoio do Sr. Américo Tanuri, que era, então, o Prefeito Municipal de Juazeiro, foi o antigo vapor Saldanha Marinho colocado à praça D. Juvêncio Alves, ao longo do cais do porto da cidade, nele se instalando um restaurante, onde as gerações mais novas de nossa terra vão deleitar-se, ao som de boas músicas, e têm oportunidade de apreciar como que transformado em um monumento histórico da cidade e da região, aquele vapor que fôra o primeiro da Navegação do São Francisco, e que tomou o nome de um pernambucano valoroso — Joaquim Saldanha Marinho, antigo presidente das províncias de São Paulo e de Minas Gerais e que fôra um grande incentivador da navegação no grande rio.

## ARRENDAMENTOS DA EMPRESA VIAÇÃO DO SÃO FRANCISCO

Aberta a concorrência pública para exploração da Empresa Viação do São Francisco, ganhou-a o Sr. OTACÍLIO NUNES DE SOUZA que era, àquele tempo, o comerciante de maior potencialidade em Juazeiro, quicá de toda a região. Em julho de 1909, foi assinado com ele o contrato de arrendamento que, entretanto, veio a ser rescindido em agosto de 1912.

De 1912 a 1920 a empresa foi administrada diretamente pelo Estado da Bahia, através de prepostos.

Pela lei n. 1.413, de 30 de julho de 1920, foi autorizada nova concorrência pública para arrendamento da Empresa Viação do São Francisco, sendo vencedor o sr. MANOEL SABINO DOS SANTOS, que assinou o respectivo contrato em 17 de janeiro de 1921.

Sucedeu a este, como arrendatário, o Engenheiro Civil GERALDO ROCHA, natural da cidade de Barreiras, e personalidade influente nos meios financeiros e políticos nacionais, que, não podendo dirigir a empresa pessoalmente, designou como seu diretor o bacharel JOSÉ CORDEIRO DE MIRANDA. Este se elegeu, depois, deputado federal e veio a comandar a política, em Juazeiro, até 1930. Com a sua eleição para a Câmara, o substituiu na direção da empresa o Engenheiro Civil DELSUC MOSCOSO, finalmente substituído pelo Engenheiro Civil JORGE DE LACERDA KELSCH, que a exerceu até a vitória da revolução de 1930.

### DIRIGENTES, SERVIDORES E COMANDANTES DOS VAPORES DA EMPRESA VIAÇÃO DO SÃO FRANCISCO.

Pela importância de que se revestiram as atividades desenvolvidas pela Empresa Viação do São Francisco, depois Viação Baiana do São Francisco, e que muito contribuíram para o desenvolvimento da cidade de Juazeiro, mencionaremos, a seguir os nomes dos seus dirigentes que, por sua vez, detinham e exerciam posições de destaque na sociedade local.

O primeiro deles, depois que o Estado da Bahia adquiriu o acervo da Empresa Viação do Brasil, sucessora do Banco Viação do Brasil, e passou a explorar os serviços de navegação, foi o Coronel LEÔNIDAS GONÇALVES TORRES, alagoano de nascimento, que se radicou em Juazeiro, aí desfrutando de elevado conceito. Fôra nomeado para o cargo pelo então Governador da Bahia, o Conselheiro Luiz Viana, que na mesma ocasião também nomeou para exercer as funções de Agente da empresa o Coronel JOÃO EVANGELISTA PEREIRA E MELO, chefe da clã dos Evangelistas, uma das famílias de maior expressão na terra, desde os primórdios de sua evolução política e social, a cuja memória Juazeiro

reverenciou, dando-lhe o nome de uma de suas principais ruas. Nessa mesma época exerceu o cargo de Fiscal do Estado, junto à empresa, o Engenheiro Agrôn. AMÉRICO ALVES DE SOUZA, pertencente à aristocrática família do vizinho município de Sento-Sé, filho do Dr. Juvêncio Alves de Souza e irmão do Dr. Raul Alves de Souza, o primeiro, médico, e o segundo, bacharel e promotor público de Juazeiro, no início de sua atividade pública, e que foram, ambos, deputados federais, pelo prestígio de que desfrutavam na região sanfranciscana. Como o Dr. Juvêncio Alves de Souza, homenageado por Juazeiro, que deu o seu nome a uma de suas praças, mereceu, também, aquele seu digno filho, igual distinção, sendo a Avenida Américo Alves, uma das artérias principais do centro da cidade.

Daf por diante, exerceram a direção da empresa os seguintes:

- Engo. Camerino de Freitas
- Cel. Otacílio Nunes de Souza – arrendatário
- Sr. Pedro Borges
- Engo. José Martins de Souza Filho
- Engo. Jaime Martins de Souza
- Cel. Manoel Sabino dos Santos – arrendatário
- Bel. José Cordeiro de Miranda
- Bel. Delsuc Moscoso
- Engo. Jorge de Lacerda Kelsch
- Dr. Nelson Cesar Xavier
- Dr. Gerson Albuquerque
- Engo. Humberto Pacheco de Miranda
- Engo. Artur Barreiros
- Engo. Jorge de Lacerda Kelsch – 2o. período
- Engo. José Carvalho Viana
- Engo. João Eufrásio de Souza
- Engo. Ary de Carvalho Ornelas
- Engo. José Carvalho Viana – 2o. período.

Todos esses dirigentes, entretanto, para o desempenho de suas nobilitantes atividades, que envolviam os mais altos interesses de toda a região, e que sem dúvida prestaram relevantes serviços às comunidades do São Francisco, tiveram a ajuda eficiente e a colaboração prestante de muitas outras figuras, cuja participação na vida de Juazeiro, e especialmente na da Viação do São Francisco, não pode ser deslembrada e e cujos nomes mencionaremos, a seguir:

- Antônio Evangelista Pereira e Melo
- Antônio Evangelista de Melo Filho
- Antonio Negromonte
- Angelo Negrão
- Arlindo Gomes de Sá Roriz
- Augusto da Costa Pinto

- Bertolino Costa
- Carlos Alberto Ferreira Viana Bandeira
- Carmerino Lima de Souza
- Carlos Evangelista de Melo
- Diógenes Lima
- Edgard Bandeira
- Edilberto da Mota Trigueiros
- Edílio Lima
- Egídio Lopes de Almeida
- Enéias Muniz
- Francisco Bispo
- Francisco Evaristo Figueiredo (Caboclo Figueiredo)
- Fulgênico Matos
- Getulino Bispo do Nascimento
- João Cardoso Brandão
- João Evangelista de Melo
- Joaquim Alves Guimarães
- José Leopoldino
- Jacinto Ferreira de Andrade
- João da Costa Cardoso
- João Martins de Souza
- John Parker Littleton
- José Lino
- José Maia Filho
- José Petitinga
- José Rodrigues Lima
- Napoleão Guedes
- Otaviano Mariano Viana
- Pedro Damásio Júnior
- Sebastião Camilo Valença
- Tiburtino Damásio
- Trajano Torres Bandeira

É possível que alguns nomes tenham sido omitidos. Pode ter-nos falhado a memória. Todavia, acreditamos que os principais servidores da empresa, aqueles que maiores serviços prestaram às suas várias administrações superiores, aí estejam mencionados, num registro histórico que se faz mister, notadamente depois que ela desapareceu, cedendo lugar às transformações impostas pela expansão sócio-econômica da região.

Mas, não é só. Merecem, ainda, u'a menção especial, aqueles que comandavam os vapores, nas suas viagens de ida e retôrno de Juazeiro a Pirapora, ou, pelos afluentes do São Francisco, a Santa Maria da Vitória e Correntina, no rio Corrente, a Barreiras, no Rio Grande, a Santa Rita e Formosa, no Rio Preto. A esses valorosos comandantes ficaram a empresa e as populações da região a dever enormes serviços:



- Adélio Pereira de Souza
- Adelon Siqueira
- Alfredo Kock
- Antonio Brasil
- Antonio Garcez de Montenegro Júnior
- Antonio Gomes de Almeida
- Antonio Ramos
- Antonio Ribeiro da Silva Júnior
- Antonio Rodrigues
- Ariston Evangelista
- Artur Viana (Padre Viana)
- Augusto Aragão
- Carlos Alberto Viana de Ferreira Bandeira
- Clodoaldo Pires
- Duarte Afonso de Melo
- Emílio Augusto de Melo Alvim
- Felipe Nunes de Barros
- Filogônio Albernaz
- Filogônio de Oliveira
- Francisco Campos
- Francisco Evaristo de Figueiredo
- Francisco M. Alvares de Araujo
- Genuino Sobral
- Hermínio Duarte
- Izídoro Pereira Filho
- Jacob Ferreira
- Januário Palma da Silveira
- João de Barros
- João Lopes de Souza
- João Marcos Negrão
- José Celso da Cunha
- José Daniel de Carvalho
- José Francisco
- José Olímpio Negrão
- José do Prado Viana
- José Rodrigues Lima
- José Vieira de Andrade
- Josino Almeida
- Lauro Cunha
- Manoel Café
- Manoel Severo da Silva
- Marçal Barbosa
- Mariano Braga de Andrade
- Messias Teixeira da Rocha

- Oscar Cristol
- Pedro Pereira Primo
- Perez Mustar
- Pompílio Caldas
- Quintino Freitas
- Renato Gomes de Oliveira
- Samuel Ayres do Nascimento
- Serafim de Oliveira Costa
- Teodulfo Siqueira
- Tiburtino Melo
- Vicente Xavier Filho
- Wilson Barreto Rocha
- Wilson Pereira de Souza.

Além desses, haviam sido recrutados da Marinha de Guerra Nacional, para servir à empresa, como pessoal especializado, os seguintes componentes daquela corporação:

- Capitão Tenente Fábio Rino
- Capitão Tenente Emílio Augusto de Melo Alvim
- Tenente Martim Muniz Barreto
- Tenente Edgard Lineh

### AS CARRANCAS DO SÃO FRANCISCO

Antes de ser implantada a navegação a vapores, no Rio São Francisco, o transporte de mercadorias, principalmente das madeiras extraídas no interior da Bahia, sobressaindo-se as provenientes das matas de Sítio do Mato, no São Francisco, de Barreiras. No Rio Grande, e de Santa Maria da Vitória, no Rio Corrente, era feito através de ajôjos e balsas. Isso, no mais primitivo estágio dos meios de transporte naquelas vias fluviais.

Mas, ainda ao tempo do Brasil – Colônia, além das balsas e ajôjos, foram surgindo as barcas ou “carrancas” que transportavam, inicialmente, os gados, de uma a outra margem do rio e, depois, as mercadorias necessárias ao consumo das populações, destacando-se: açúcar, feijão, milho, fumo, sal, querosene, fósforos, cachaça, tecidos, miudezas e drogas.

As barcas que trafegaram no São Francisco foram numerosas, cerca de trezentas, e o seu número, só por só, dá uma idéia da grandeza de serviços prestado, dos tempos coloniais até a presente década, à região, promovendo o intercâmbio daqueles produtos, de acordo com a capacidade produtiva de cada município e as necessidades de consumo dos seus habitantes.

Complementaram as barcas, de modo altamente significativo, o relevante serviço prestado nos últimos oitenta anos pelos vapores.

Desde os seus tempos primordiais, ostentavam elas na sua proa, as CARRANCAS, nome pelo qual também ficaram conhecidas, incorporando-se aquelas figuras exóticas ao folclore sanfranciscano e constituindo uma das manifestações materiais da cultura regional.

## OUTRAS EMPRESAS DE NAVEGAÇÃO

Além da Empresa Viação do São Francisco, que depois da revolução de 1930 passou a denominar-se Viação Baiana do São Francisco, e que, por ser sediada em Juazeiro, deveria ser o objeto de concentração de nosso interesse no presente estudo, outras empresas se formaram para a exploração da navegação no grande rio.

As duas principais foram a Companhia de Navegação Mineira e a Companhia Indústria e Viação de Pirapora. Exploraram, também, a navegação no São Francisco, mas transportando, especialmente, produtos do seu próprio comércio, as firmas: Viana Braga e Cia, com o seu vapor denominado BAHIA; Dourado, Viana e Cia, com o de sua propriedade, denominado ALFREDO VIANA; Wilson Sons e Co. Ltd. com o seu vapor denominado SERTANEJO; Carvalho e Cia. Ltda., com o seu HIATE RIO GRANDE; a Empresa Júlio Mourão Guimarães, com o seu vapor BENJAMIM GUIMARÃES; os Irmãos Nascimento, com o de sua propriedade, denominado ANTÔNIO NASCIMENTO, e, por último, os Senhores Pedro Pereira Primo e Francisco Bispo que, associados, construíram e lançaram à navegação e seu vapor denominado SÃO PAULO.

O escritor Walter de Castro Dourado publicou um minucioso estudo sobre a Navegação no Rio São Francisco, que tivemos a honra de apresentar aos meios literários de Salvador, e ao público em geral, no seu lançamento, em 1973, na Livraria Civilização Brasileira.

Nesta sua obra Walter Dourado confirma tudo quanto havíamos dito sobre a navegação do Rio São Francisco, no primeiro trabalho que publicamos, em 1950, intitulado **Município de Juazeiro (Bahia)**, de sorte que não teríamos, agora, nenhuma correção a fazer; entendemos, porém, que, embora ampliando aquele estudo, deveríamos ater-nos aos justos limites que comportariam esta **Memória Histórica de Juazeiro**.

Todos quantos se interessarem por conhecer maiores detalhes sobre a navegação, poderão buscá-los no mencionado livro. (22)

## INSTRUÇÃO PÚBLICA NO IMPÉRIO

### A 1a. ESCOLA PRIMÁRIA

Em 1832, por decreto de 16 de junho, foi concedida a Juazeiro a primeira Escola Primária. Diz esse diploma legal no seu.

Art. 14 — Fica conservada a Escola já existente no povoado da Vila de Jacobina, e se cream mais seis que serão colocadas desta forma: uma em cada um dos povoados de Saúde, Sento-Sé, Juazeiro, Pambú, Riachão e Morro do Chapéu. Os professores dessas Escolas vencerão o ordenado de Rs. 300\$000.

---

(22) — *Walter de Castro Dourado — Pequena História da Navegação no Rio São Francisco — Editora Beneditina — Salvador — Bahia — 1973.*



Ponte Presidente Dutra e vista parcial da cidade, vendo-se, à esquerda, a Catedral de Juazeiro.



Vapor Wenceslau Braz



Em virtude de concurso e exames a que se submeteu, de acordo com as leis de 15 de outubro de 1829 e de 14 de junho de 1831, foi nomeado para provimento desta cadeira, por ato do Presidente da Província – Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos, datado de 07 de agosto de 1833, o cidadão MANUEL DE MELO AFONSO, professor leigo, que tomou posse a 19 de agosto de 1833.

Esta escola mantinha no ano seguinte – 1834, trinta alunos, sendo 28 do sexo masculino e duas do sexo feminino.

## A 2a. ESCOLA PRIMÁRIA

Vinte anos depois, em 1853, em virtude da Lei n. 469, de 25 de abril, concedeu-se-lhe a segunda Escola Primária, esta exclusiva para o sexo feminino.

Eram as luzes da instrução que vinha clarear o caminho onde teriam de jornadaar os seus nobres filhos, para as conquistas do porvir.

Eis o texto da lei:

João Maurício Wanderley, Presidente da Província da Bahia. Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa Provincial Decretou e eu sancionei a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica criada uma cadeira de ensino primário para o sexo feminino na Vila do Juazeiro, Comarca de Sento-Sé.

Art. 2º – A Professora da mesma Cadeira perceberá o ordenado que ora percebem as de outras iguais das Vilas de fora da Capital.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Deu-se o provimento desta cadeira na pessoa da professora leiga HERMELINDA CUSTÓDIO DE LIMA, que veio a falecer, dez anos depois, em 14 de outubro de 1863, ainda na sua regência.

## PRIMEIROS PROFESSORES PRIMÁRIOS DIPLOMADOS

Durante todo o período do Império, somente existiram em Juazeiro estas duas escolas públicas que, a partir do ano de 1865, foram preenchidas pelos professores diplomados FRANCISCO JOSÉ DO NASCIMENTO e ROSALINA MATA DO NASCIMENTO, que se uniram pelo consórcio matrimonial e na benemérita missão de transmitir as luzes da instrução a mais de uma geração em Juazeiro, prestando relevantíssimos serviços à nossa terra, eis que todos os seus filhos, naquele longo período, inclusive muitos que vieram, posteriormente, a destacar-se nas letras, na política e na administração, deles receberam os primeiros ensinamentos e o incentivo necessários a continuarem buscando as luzes do saber, e em que alicerçaram o seu preparo para os embates da vida.

## NA REPÚBLICA

Com o advento do regime republicano, veio a reforma da Instrução, cometendo-se aos municípios a faculdade de legislar sobre a matéria e de manter escolas públicas municipais; assim, a 01 de fevereiro de 1896, foi sancionada pelo Intendente RAMIRO ANTONIO RIBEIRO, a Resolução n. 5 do Conselho Municipal, logo regulamentada no dia 3 daquele mês, disciplinando as normas do ensino público municipal.

## A PRIMEIRA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL

Em vista da referida Resolução e seu respectivo regulamento, o Intendente, logo no dia imediato — 4 de fevereiro de 1896, baixou ato nomeando a Aluna Mestra ISABEL CAROLINA DE CARVALHO, professora pública da primeira Escola Pública Municipal, verificando-se a sua posse a 7 de abril de 1896. Essa professora veio a apresentar-se em 1930, como Diretora das Escolas Reunidas.

## O PRIMEIRO GRUPO ESCOLAR

Na sua primeira gestão, o Intendente Municipal APRÍGIO DUARTE FILHO criou muitas escolas municipais e, finalmente, construiu o seu primeiro Grupo Escolar, localizado na Praça Barão do Rio Branco, tendo lançado a pedra fundamental em 15 de novembro de 1916 e concluído e inaugurado a obra a 31 de dezembro de 1923.

## O SEGUNDO GRUPO ESCOLAR

A 15 de março de 1928, na gestão do Intendente MIGUEL LOPES DE SIQUEIRA, foi lançada a primeira pedra do edifício de segundo Grupo Escolar de Juazeiro, que veio a denominar-se Escolas Reunidas Dr. José Inácio da Silva, na ocasião de sua inauguração.

A esse tempo já o ensino primário estava a cargo do Estado, e o Governador da Bahia — Francisco Marques de Góes Calmon, concorrera com substancial ajuda, em recursos financeiros, para a execução da obra, deixando o Intendente Miguel Siqueira o prédio quase concluído.

Coube, porém, ao Prefeito APRÍGIO DUARTE FILHO, na sua segunda gestão, iniciada em fevereiro de 1933, continuar as obras do edifício, concluí-las e inaugura-las a 24 de junho de 1937, tendo recebido para isso total apoio de então Governador do Estado, Capitão Juracy Magalhães que, durante o seu governo, construiu em Salvador o grande centro educativo que hoje se denomina Instituto Central de Educação Isaias Alves, uma obra notável, e que no seu governo dispensara a maior

atenção, o maior entusiasmo, e o maior carinho, aos problemas relacionados com a educação da mocidade.

Além das escolas públicas mantidas pelo governo estadual o Prefeito Aprígio Duarte Filho elevou para 32 o número de escolas públicas mantidas pelo Município, na sua administração.

## AINDA AS ESCOLAS MUNICIPAIS

Na gestão do Prefeito Edson Ribeiro, iniciada em 31 de janeiro de 1951, foram as escolas municipais de Juazeiro aumentadas para 72, o que revela o alto interesse daquele administrador para os assuntos concernentes à instrução.

## O ENSINO DE GRAU MÉDIO

Mas, o interesse do Dr. Edson Ribeiro pela educação já se manifestara muito antes, quando, a 9 de janeiro de 1945, em reunião realizada nas Escolas Reunidas Dr. José Inácio da Silva, fundou o GINÁSIO DO JUAZEIRO, do qual foi o primeiro Diretor, tendo o Dr. Ademar Raimundo da Silva, Juiz de Direito da Comarca, como Vice-Diretor, a Professora Lília Café Siqueira, como Secretária, e o Sr. José Costa Lima, como Tesoureiro. Participaram, também, do grupo que se reunira para discutir a idéia da fundação do ginásio, que ocorreu no mesmo dia, o Monsenhor Antonio da Costa Rêgo, Vigário da Paróquia de Juazeiro, e o Professor Agostinho José Muniz, a quem coube a tarefa de preparar a documentação necessária para encaminhamento, ao Governo Federal, do pedido de autorização para funcionamento daquela unidade de ensino médio e o seu posterior reconhecimento, e que veio a verificar-se através da Portaria n. 536, de 12 de setembro de 1946, assinada pelo Ministro Ernesto Souza Campos.

Em 1950, fundou, ainda, o Dr. Edson Ribeiro, a Escola Normal do Ginásio de Juazeiro, que iniciou o seu funcionamento em março de 1950 e foi reconhecida pelo governo estadual a 21 de abril do mesmo ano, por decreto assinado pelo Governador Otávio Mangabeira, referendado pelo Secretário da Educação Anísio Spínola Teixeira.

Ainda em 1950, o Dr. Edson Ribeiro fundou, também, sob sua responsabilidade individual, a Escola Técnica do Comércio de Juazeiro, que começou a funcionar em março de 1950 e foi reconhecida nesse mesmo ano pelo Governo Federal.

Os primeiros professores do Ginásio de Juazeiro foram os seguintes educadores:

— Dr. Edson Ribeiro

— Prof. Benedito Ferreira de Araujo, que veio a ser, depois o seu segundo diretor.



- Profa. Lília Café Siqueira
- Profa. Judite Leal Costa
- Profa. Delanídia de Oliveira
- Profa. Edna de Oliveira Favila
- Profa. Edna Garrido Ribeiro
- Profa. Ana Oliveira
- Profa. Hélia Café Siqueira
- Profa. Antonílio da França Cardoso, que veio a ser o seu terceiro

diretor.

### ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DR. JOSÉ INÍCIO DA SILVA

Em homenagem ao transcurso do centenário do nascimento do eminente juazeirense que lhe dá o nome, foi fundada a 9 de setembro de 1955, também por iniciativa do Dr. Edson Ribeiro, a Associação Educacional Dr. José Inácio da Silva, sociedade civil mantenedora do Ginásio de Juazeiro e de todos os seus cursos.

### GINÁSIO RUI BARBOSA

A 27 de janeiro de 1953, foi fundada, por iniciativa do Governador Luiz Regis Pacheco Pereira, a Cooperativa Cultural do Juazeiro, e o Ginásio Rui Barbosa, por ela mantido, até o ano de 1956, quando foi oficializado, pelo Decreto n. 16.540, de 19 de julho de 1956, assinado pelo Governador Antonio Balbino de Carvalho Filho.

Desde sua fundação, o Ginásio Rui Barbosa foi dirigido pelo Professor AGOSTINHO JOSÉ MUNIZ, sendo o seu corpo docente, no início de suas atividades, assim constituído:

- Prof. Agostinho José Muniz – 1o. Diretor
- Prof. Expedito de Almeida Nascimento
- Prof. Clínio Alves de Amorim
- Prof. Pedro Raimundo Rodrigues Rêgo
- Profa. Delanídia Oliveira
- Profa. Maria de Lourdes Silva
- Profa. Ieda Oliveira

Pelo decreto n. 18.769, de 01 de fevereiro de 1963, assinado pelo Governador Juracy Magalhães, foi instituído o segundo ciclo do curso secundário no já então denominado Ginásio Estadual Rui Barbosa; passou, com essa iniciativa, a mocidade juazeirense, a contar com a possibilidade de complementar os seus estudos de grau médio, realizando na sua própria cidade o curso colegial científico, que lhe abriria ensejo de poder ingressar nas faculdades, mediante os exames vestibulares, e obter o grau de sua preferência nos cursos superiores em funcionamento no país.

Quando foi criado o curso colegial científico no Ginásio Rui Barbosa, era seu diretor o Bel. Raimundo Medrado Primo, que muito se interessara e diligenciara, junto ao Governo do Estado, para obter o decreto de autorização do seu funcionamento.

No primeiro ano em que foi ministrado o curso colegial científico do Ginásio Rui Barbosa, assim estava representado o seu corpo docente:

- Prof. Raimundo Medrado Primo
- Prof. Francisco Romão Carneiro
- Prof. Nelson Cerqueira Muniz
- Prof. Pedro Raimundo Rodrigues Rêgo
- Prof. Antonílio da França Cardoso
- Prof. Pedro Maia e Silva
- Prof. Pe. Martinho Van Der Horst
- Profa. Maria Isabel Figueiredo Pontes
- Profa. Nilce Lima Neves

### COMPLEXO ESCOLAR LOMANTO JUNIOR

Construído pelo Governo do Estado da Bahia, em convênio com o município, e inaugurado na gestão do Prefeito JOCA DE SOUZA OLIVEIRA, o Complexo Escolar Lomanto Junior veio aumentar, consideravelmente, o número de salas de aulas disponíveis, em Juazeiro, integrando o sistema de ensino do 1º nível – o antigo primário, com o do 2º nível – o ginásial.

Nesse estabelecimento, dirigido pela Profa. MARIA IZABEL F' GUEIREDO PONTES, a instrução pública passou a ter condições de atender às normas legais oriundas da reforma do ensino médio no país, instituindo-se os cursos de caráter profissionalizante.

### COLÉGIO MUNICIPAL PAULO VI

Por último, uma referência especial ao Colégio Municipal Paulo VI, construído e inaugurado em 25 de janeiro de 1976, na gestão do Prefeito DURVAL BARBOSA DA CUNHA, obra de vulto e que, por si só, consagra uma administração municipal.

Dispõe o Colégio de sessenta e cinco dependências, inclusive amplo auditório e quadras de esportes. É um estabelecimento modelar e a sua construção custou à Prefeitura Municipal quantia superior a 2 milhões de cruzeiros.

O Colégio Municipal Paulo VI foi inaugurado com grandes festividades, por se tratar de uma iniciativa arrojada, sem paralelo em todos os municípios da região sanfranciscana, e que veio suprir as necessidades atuais do ensino, em Juazeiro, no plano municipal.

Funciona em turnos matutino – em convênio com o Governo do Estado –, vespertino e noturno, para alunos do 2º grau, com capacidade para 640 alunos, em cada turno. Ao ser inaugurado, imediatamente instituiu o Colégio Paulo VI os cursos profissionalizantes de SECRETARIA-DO e de ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO.

Com a iniciativa da construção desse estabelecimento foi aumentada, extraordinariamente, a capacidade escolar, em nossa cidade, e no ano letivo de 1977 estavam matriculados, em Juazeiro, nos colégios públicos:

No 1º grau – Nível 1 – 3.939 alunos

No 2º grau – Nível 2 – 1.969 alunos

Não estão aí incluídas as matrículas no 1º e 2º graus nos colégios da rede particular de ensino, cuja contribuição é, também, bastante expressiva.

Existiam em Juazeiro, no ano de 1977, regendo classes, 502 professores, além de 33 que se encontravam em funções de direção, e 241 salas de aula.

O Colégio Paulo VI, portanto, veio contribuir, decisivamente, para a demarcação da instrução, facultando maior largueza na preparação de recursos humanos, para as grandes metas do nosso desenvolvimento econômico-social.

## O ENSINO SUPERIOR

Originada de um movimento da mocidade juazeirense, liderada pelo Engo. Agrônomo JOÃO MARCELINO DA SILVA NETO, foi criada, como entidade particular, em Juazeiro, a 12 de dezembro de 1960, a FACULDADE DE AGRONOMIA DO MÉDIO SÃO FRANCISCO, com sede naquela cidade.

Ja anteriormente o Deputado BOLIVAR SANTANA BATISTA apresentara um projeto de lei na Assembleia Legislativa do Estado, que foi convertido na Lei n. 1.537, de 26 de outubro de 1961, criando a Escola de Agronomia de Juazeiro.

Esta unidade de ensino, entretanto, não foi instalada e, no ano seguinte, com a iniciativa de implantação da Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco, de caráter particular, que não tinha, entretanto, condições de sobrevivência, por faltarem os recursos financeiros necessários e adequadas instalações, o Deputado Bolivar Santana Batista, apresentou novo projeto à Assembléia Legislativa, que veio a ser aprovado e convertido na Lei n. 1800, de 3 de setembro de 1962, sancionada pelo desembargador ADALÍCIO NOGUEIRA, presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, interinamente exercendo o cargo de Governador do Estado, com inteira aprovação do Governador efetivo, o General JURACY MAGALHÃES, que, logo depois, a 21 de setembro, fez seguir para Juazeiro o

Secretário da Agricultura, Indústria e Comércio, Dr. Orlando Gonçalves Teixeira, para dar cumprimento à referida lei, promovendo o ato de incorporação da mencionada Faculdade à Escola de Agronomia de Juazeiro, entidade estatal que fôra criada um ano antes, no período de sua gestão, através da sobredita lei n. 1.537, sancionada pelo Vice-Governador em exercício – Dr. Orlando Moscoso Barreto de Araujo.

Pelas disposições da Lei n. 1.800, de 3 de setembro de 1962, a instituição oficial incorporaria a entidade privada, passando a denominar-se Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco, responsabilizando-se o Governo do Estado da Bahia, diretamente, pelos encargos do seu funcionamento, mantida a sede na cidade de Juazeiro e assegurado o aproveitamento do pessoal docente e administrativo da entidade incorporada.

O primeiro professor nomeado para exercer o cargo de Diretor da Faculdade de Agronomia foi, como era da mais estrita justiça, o Engo. Agrônomo João Marcelino da Silva Neto e o seu corpo docente ficou assim constituído:

- Prof. João Marcelino da Silva Neto
- Prof. Manoel de Sá Ferraz
- Prof. Geraldo Barreto Campelo
- Prof. Antonio Hermano da Silva
- Prof. Moacir M. de Oliveira e
- Prof. Geraldo Viana.

Merece registro, ainda haver o Dr. ROMUALDO LEAL VIEIRA, que então exercia o cargo de Inspetor Federal do Ensino Secundário em Juazeiro, se incorporado aos que lutavam pela criação da Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco, tornando-se um dos seus incentivadores, e que além de doar, de sua própria economia, a contribuição de Cr\$ 10.000,00 para as despesas iniciais de instalação, ofertou, também, para o acervo da instituição, a biblioteca que pertencera ao seu cunhado, o Engo. Agrônomo Américo Alves de Souza, uma das figuras de destaque, em nossa terra, nas primeiras décadas deste século.

## EM MEMÓRIA DE TRÊS GRANDES EDUCADORES

Ao concluirmos este histórico relativo à educação, não poderíamos olvidar uma menção especial aos nomes de três professores a quem a população juazeirense ficou a dever eterno reconhecimento pelo benfazejo trabalho a que se devotaram, durante longo espaço de tempo, contribuindo, com esteicismo e abnegação, para transmitir à mocidade de nossa terra as luzes da instrução.

## LUIZ CURSINO DA FRANÇA CARDOSO

Transferido de Patamuté, para preencher cadeira vaga em uma das duas escolas públicas, únicas então existentes na cidade, em decorrência da

aposentadoria do Professor Francisco José do Nascimento chegou a Juazeiro e tomou posse do seu novo cargo a 2 de fevereiro de 1893, o Prof. Luiz Cursino da França Cardoso, um grande educador, que, durante vinte e oito anos, até 1921, quando veio a aposentar-se, atingido pela compulsoriedade, foi a figura central da educação da juventude em nossa terra.

A geração de pais e de alunos que acompanharam a atividade desenvolvida por aquele Mestre das letras primárias, que tão bem as ensinava e, a um só tempo, sabia plasmar na consciência dos seus discentes as virtudes do bom caráter e esmerada educação, não se cansavam, ao longo dos anos, de proclamar-lhe os grandes méritos.

Por ocasião do seu falecimento, em sessão realizada a 19 de março de 1933, deliberou a Sociedade Beneficente dos Artífices Juazeirenses, solicitar ao Prefeito Municipal que fosse dado o seu nome ao trecho da antiga rua Cesário da Silva, onde estava localizada a casa na qual, por muitos anos, vivera, lecionara e morrera o velho preceptor e o Prefeito Aprígio Duarte Filho, imediatamente acolheu o pedido que lhe fôra encaminhado, determinando o seu atendimento; a 7 de setembro daquele mesmo ano, entre as festivas comemorações da independência da pátria, procedeu-se à solenidade de inauguração das respectivas placas, na atual rua Prof. Luiz Cursino, com a presença de autoridades locais, de todo o magistério de Juazeiro e do seu povo, em geral, que alí fôra render o preito de merecida homenagem ao grande mestre.

### ARISTÓTELES PIRES DE CARVALHO

Procedente de Salvador, onde nascera, chegou a Juazeiro, pelos idos de 1927, e alí instalou; à rua 7 de Setembro, antiga rua da Alegria, um estabelecimento particular de ensino primário, denominado Colégio Dr. José Joaquim Seabra, do qual era proprietário, diretor e docente, o Prof. ARISTÓTELES PIRES DE CARVALHO.

Estudantes de mais de uma geração dele receberam os ensinamentos das letras primárias, ofício a que se devotava com amor inexcedível, e com uma tenacidade digna dos maiores encômios. Não era ele apenas um profissional do ensino, mas um verdadeiro preceptor, e com admiráveis exemplos de extraordinário civismo, transmitia aos alunos um elevado sentimento de patriotismo, jamais visto em nossa terra.

Sabia o Prof. Aristóteles infundir no espírito de seus alunos um grande interesse pelo estudo, despertando-lhes verdadeira vocação para o aperfeiçoamento intelectual.

Ninguém poderá esquecer o garbo com que, em todas as grandes datas da pátria, desfilava o seu colégio pelas ruas centrais da cidade, revivendo as epopéias de nossa história, resultando de sua iniciativa a formação de uma juventude que conhecia todos os grandes vultos da nacionalidade e amava a sua história, pontilhada de grandes feitos.

Difícilmente igualado, nos tempos atuais, merece o Prof. Aristóteles Pires de Carvalho que, em sua memória, sejam aqui lembrados os relevantes e meritórios serviços prestados à mocidade de Juazeiro, que tem, para com ele, indubitavelmente, uma grande dívida de gratidão.

Fomos dos que dele receberam todos os ensinamentos das letras primárias e não olvidaremos, jamais, a sua inconfundível abnegação, na tarefa nobilitante a que se entregou, durante cerca de trinta anos, em benefício da mocidade juazeirense.

Daí este registro, que fazemos com emoção e com límpida consciência do merecimento daquele grande mestre.

### AGOSTINHO JOSÉ MUNIZ

Por último, esta homenagem se estende à memória do Prof. AGOSTINHO JOSÉ MUNIZ, uma das mais brilhantes inteligências de JUAZEIRO, que lhe ficou a dever imorredreira gratidão, pelo que fez em benefício de sua mocidade e de toda a sua população.

MUNIZINHO, como era ele carinhosamente chamado na intimidade, foi um daquelas personalidades marcantes no meio em que vivem e que, por isso mesmo, no torvelinho dos interesses em choque, tornam-se, por vezes, também personalidades marcadas.

Sua imagem foi controvertida, como sóe acontecer a quantos se envolvem nos debates da política, e ele que era detentor de larga visão, de espírito lúcido e talento incomum, não poderia deixar de participar dessa atividade, em que os homens mais se afirmam e se realizam promovendo o bem comum da sociedade de que participam e na qual atuam.

Quando concluímos o curso primário, não dispunha Juazeiro de nenhum estabelecimento de ensino de grau médio. Não tinham, então, os nossos progenitores, condições de manter-nos na capital do Estado, onde seria possível continuarmos estudando. Fizemos, por isso uma parada, durante seis anos, trabalhando no pequeno estabelecimento comercial de nossos pais, até que em 1937 nos matriculamos em um curso ministrado pelo Prof. Agostinho José Muniz, preparatório de môços que desejassem prosseguir nos seus estudos e se dispusessem a enfrentar os exames de madureza, em Salvador, habilitando-se à matrícula no segundo ciclo dos cursos de grau médio — o clássico e o científico, como facultava o artigo 100 da lei então vigente, disciplinadora da instrução no país.

Aí travamos conhecimento com aquela figura excepcional do Mestre, que era o Prof. MUNIZ. Ensinava com proficiência todas as matérias: Português, Literatura, Matemática, Geografia, História da Civilização e do Brasil, Inglês, Francês, Latim, Filosofia, Sociologia, Biologia, Física, Química, e até noções de Música. Era, pois, um mestre de invulgar competência. Suas aulas eram ministradas com extraordinária capacidade

didática e causavam indelével impressão entre os discentes, que o respeitavam e admiravam como um expoente intelectual, de grande e variada cultura.

Dedicou-se o Prof. Agostinho José Muniz, durante anos e anos, à árdua missão de, no seu colégio particular, aperfeiçoar os conhecimentos da mocidade juazeirense egressa dos cursos primários, até que veio a ser indicado para dirigir o Ginásio Rui Barbosa, criado por iniciativa do Governo do Estado, a 27 de janeiro de 1953, e a cujos interesses se devotou com extremos de dedicação.

Na vida pública, foi um ardoroso defensor da classe operária e tornou-se um baluarte da Sociedade Beneficente dos Artífices Juazeirenses, da qual foi, por longo tempo, o mentor intelectual. Era um homem dinâmico e sabia colocar as luzes do seu cérebro a serviço das grandes causas de que a classe média, a assalariada, poderia ser beneficiária. E o fez, incansavelmente, enquanto viveu.

A homenagem que ora lhe prestamos, ao escrever esta História de Juazeiro, simboliza, pura e simplesmente, um preito de justiça, e de gratidão que a nossa terra deve ao inolvidável Mestre e grande juazeirense que ele foi.

## O TEATRO

O século XIX, e particularmente os anos de 1860 a 1870, representam a fase em que a literatura dramática, no Brasil, teve maior impulso, dado o entusiasmo com que quase todos os escritores nacionais se inclinavam a experimentar sua vocação para esse gênero literário.

Paralelamente, a arte dramática foi adquirindo avultado número de afeiçoados, decorrendo daí o gosto extraordinário com que se difundiam, por todo o país, as produções que iam aparecendo, assim as genuinamente nossas, como as que nos vinham da Europa, aqui traduzidas imediatamente, tal o interesse que despertavam.

Juazeiro, que era então uma pequena Vila plantada no sertão do São Francisco, a uma distância de 576 quilômetros da Cidade do Salvador, de cujo centro estava afastada, sobretudo, pelas dificuldades de comunicações, recebia, no entanto, as manifestações de cultura que dali se irradiavam e, pois, não faltaria ao circuito de interesse pelo teatro.

Assim é que, já em 15 de junho de 1852, o Dr. J.J. Fernandes da Cunha, então deputado à Assembléia Provincial escrevia ao seu irmão Manoel Luiz, residente em Juazeiro, uma carta que se encontra nos arquivos do autor destas linhas, na qual, entre outros assuntos tratava de uma representação dramática, dizendo:

“Já sei que vão representar o “Cativo”. Tenho a honra de saudá-lo pelo D. Fernando de Castro!... Vejam lá como se atam; olhem que em Olinda levamo-la brilhantemente. O Salustiano que não espíche o meu papel, sinão tomar-lhe-ei estreitas contas”.

Este documento mostra que em 1852 os habitantes de Juazeiro já se interessavam pela arte dramática, contornando as dificuldades da falta de um teatro, e levando à cena, em palcos improvisados, as peças que iam aparecendo.

Isto, outra cousa não era sinão o reflexo do movimento que se propagava por todo o território nacional, onde quer que houvesse núcleos de pessoas instruídas, movimento esse que fez daquele século o período áureo da literatura e arte dramáticas.

Em consequência, deliberou o Cel. Custódio Luiz Ferreira, tio, e a esse tempo tutor de Hermano Santana, solicitar permissão do Juiz de Órfãos para construir um teatro na cidade com emprego do capital de seu tutelado, por considerar excelente aplicação.

## O TEATRO SANTANA

Concedida a respectiva autorização, foi construído, em 1874, o Teatro Santana, com capacidade para quatrocentas pessoas, inclusive os camarotes. Nessa época, aquela casa de diversão representava uma grande conquista e atendia, inteiramente, às necessidades locais como ao grau de desenvolvimento da terra.

Aí se exibiram inúmeras companhias líricas e, igualmente tiveram lugar incontáveis representações dramáticas de conjuntos formados pelos habitantes da cidade, como de outros que iam até ali com essa finalidade.

Infelizmente, só de raro em raro delas nos chegam notícias, e pouco esclarecedoras por terem ficado sem registro, pela falta de imprensa, não nos animando, pois, a mencioná-las.

Muito embora o século passado tenha sido o de maior entusiasmo pelas representações teatrais, as gerações do século atual não desconhecem grande parte das produções que então vieram a lume, por isso que da alma do povo não desapareceu, totalmente, o interesse pela arte, passada aquela fase culminante.

Para se ter uma idéia da frequência com que eram levadas à cena dramas e comédias, transcrevemos a seguir notícias veiculadas pela "Folha do São Francisco", um dos principais jornais de Juazeiro, edição do dia 2 de agosto de 1911:

"Foi levada à cena no dia 27 último, o drama "Espôsa e Mãe", bem como a hilariante comédia "Um Marido Vítima das Modas"... Sábado passado, o drama "Cenas Domésticas"... Domingo, o drama "A Justiça de Deus" e a comédia "Os sinos de Coneville em Casa"... Hoje serão levadas as peças "O Tio Padre" e "Um Soldado em Apuros".



Após o advento da cinematografia, que alcançou notável desenvolvimento, com as produções em tecni-color, e a sincronização, perderam terreno as representações teatrais, por isso que elas, para serem levadas a termo com brilho e sucesso, têm de arrostar as dificuldades todas de cenários, indumentária, e, notadamente, de palcos apropriados, que facilitem o jogo de cenas.

Dada a importância desses obstáculos, até mesmo os atores de real valor, aqueles em quem descobrimos vocação nata para o palco, não podem satisfazer plenamente, imunes de reparos, na interpretação fiel de seus papéis, decorendo disso, talvez, a preferência que hoje dão as platéias ao teatro ligeiro, ao teatro de variedades.

Nesse gênero, marcaram época, em Juazeiro, as companhias "Marquise Branca" e "Irmãos Othero", que mais de uma vez visitaram a cidade, ali recebendo os maiores aplausos e mais entusiásticas ovações, aplausos e ovações inteiramente merecidos e confirmados pelas exigentes platéias de muitos centros desenvolvidos, quais sejam o Rio de Janeiro, São Paulo, Cidade do Salvador, Recife, Porto Alegre e Belo Horizonte.

## O CINE-TEATRO SÃO FRANCISCO

O atual teatro de Juazeiro, representa uma das mais belas provas do progresso da cidade. Iniciativa arrojada a do sr. Afonso Cavalcante, construindo, sob os ditames da técnica moderna, o magestoso edifício que poderia figurar em qualquer capital, não só pelo seu aspecto externo e interno, como pelas instalações de que é dotado.

Para as representações dramáticas, dispõe o Cine-Teatro São Francisco de um palco amplo, ladeado por dois outros menores, que possibilitam maior êxito na encenação de determinadas peças que, por sua natureza, não podem ser levadas em um só palco, sem grande demora nos entreatos.

Deve Juazeiro àquele seu filho, a obra de vulto que é o Cine-Teatro São Francisco, ali edificado pela vontade rija de um lutador audaz, debaixo de grandes sacrifícios. Abençoados sacrifícios, que lhe propiciaram régia compensação, porque, inegavelmente, o teatro de Juazeiro foi a pedra angular daquela organização rica e poderosa que veio a ser, mais tarde, nos meios cinematográficos do país, a Empresa Afonso Cavalcante.

## A IMPRENSA

No títmio de civilização que tomou Juazeiro, decorrente do crescimento de sua população, não poderiam deixar os seus habitantes de voltar suas atenções para a existência de um jornal, que possibilitasse a todos o conhecimento de suas necessidades, o direito de reclamá-las, a manifestação pública de suas opiniões e o ensejo de aplaudir as boas obras que se fossem realizando.

## PIONEIROS DA IMPRENSA

Tais foram os motivos que inspiraram a Raimundo de Azevedo, um sergipano que se transferira para Juazeiro, e aí se radicara, tornando-se figura exponencial na sociedade e no comércio, a aquisição de uma tipografia, com o intuito de fundar um semanário que se denominaria "Cidade de Juazeiro".

Mas, Raimundo Azevedo era homem de negócios, e embora não lhe faltasse o entusiasmo com que em 1885 adquirira u'a máquina americana, tipo manual, para aquele fim, ser-lhe-ia prejudicial desviar as atividades que lhe eram exigidas pelo seu estabelecimento comercial, para as lides da imprensa. De tal sorte, confiara ele a Clóvis de Oliveira Mudo a Oficina, para trabalhos de impressão, enquanto esperava, com a colaboração de alguns outros, poder trazer a lume e primeiro órgão de divulgação que iria surgir em Juazeiro.

### O 1º JORNAL — "O SERTANEJO"

No entanto, passaram-se os tempos, e o jornal, apesar de muito desejado, não circulara. Clóvis de Oliveira Mudo deliberou, então, por sua própria conta, editar o primeiro número do semanário "O Sertanejo", que surgiu a 15 de setembro de 1895, e cuja redação foi confiada ao Prof. Atanázio de Aquino Nazareno.

Raimundo Azevedo, porém, indignou-se com o Chefe de sua Oficina, trazendo à publicidade este periódico, independentemente de sua permissão, e frustrando-lhe, por outro lado, a glória que certamente almejara para si de ser o fundador da imprensa em Juazeiro; destituiu das funções o inteligente e operoso tipógrafo, impedindo, dessarte, o reaparecimento d'"O Sertanejo".

Clóvis de Oliveira Mudo perdeu o emprego; mas, em compensação, projetou-se o seu nome como pioneiro da invenção de João Gutemberg, nos rincões do São Francisco, por ter sido "O Sertanejo" o primeiro jornal que aí circulou.

### A CIDADE DE JUAZEIRO

Do seu gesto ousado, resultou, ainda o aparecimento, poucos meses depois, d'A Cidade de Juazeiro, semanário cuja publicação Raimundo Azevedo sonhara durante dez anos. Veio à publicidade em 1º de maio de 1896, o seu número inicial, destacando-se a colaboração do seu fundador e de José Petitinga. Teve, todavia, existência curta, pois deixou de circular no ano seguinte.

## OUTROS JORNAIS

Depois dele, apareceram: “O Comércio”, sob a direção de Constantino Hermilo do Nascimento; “A Pérola”, dirigida por Joaquim Luiz de Queiroz e Francisco Evaristo de Figueiredo; e, “O Palinuro”, propriedade de Américo Chamusca.

Até aqui a imprensa em Juazeiro não conseguiu se firmar. Todos estes órgãos tiveram a vida efêmera das rosas de Malhêrbe.

## O CORREIO DO SÃO FRANCISCO

No dia em que ali se comemorava, festivamente, o duodécimo aniversário do advento da República, circulou, pela vez primeira, o “Correio de São Francisco”, dirigido pelo cel. Jesuino Inácio da Silva, elemento de projeção na política e na sociedade local. Cinco anos depois, passou esse jornal à direção dos cidadãos Otacílio Nunes de Souza e Jesuíno Pacheco d’Ávila, os quais decorridos pouco mais de dois anos, transferiram sua direção ao então acadêmico de Direito Manoel Francisco de Souza Filho, nascido em Petrolina, e descendente de destacada família de Juazeiro, cuja cidade representou, como deputado estadual, na Assembléia Bahiana, de 1911 a 1912, e que veio a ser deputado federal, eleito pelo Estado de Pernambuco, singularizando-se na Câmara pela sua inteligência e intrepidês sendo, em consequência do seu destemor, estúpidamente assassinado no recinto do parlamento.

## PRINCIPAIS COLABORADORES DO CORREIO DO SÃO FRANCISCO

Mais tarde teve o “Correio do São Francisco” outras direções, e seus principais colaboradores foram José Petitinga, Raimundo de Azevedo, Joaquim Luiz de Queiroz, Eugênio Lima, Anísio Ramos de Queiroz, Jesuíno d’Ávila, Dr. José Inácio da Silva, e Dr. Souza Filho. A todos eles, apenas sobrevive, ao tempo em que escrevemos esta memória, Anísio Ramos de Queiroz, que exerce, atualmente, as funções de Diretor de um departamento da Prefeitura Municipal do Salvador, Capital do Estado.

## DOIS FILHOS DE JUAZEIRO

Dois desses jornalistas, por serem filhos de Juazeiro, merecem aqui referência particular: Joaquim Luiz de Queiroz e José Inácio da Silva.

## JOAQUIM LUIZ DE QUEIROZ

O primeiro, que iniciara os vãos no cenário da literatura ao fundar “A Pérola”, de que acima falamos, tornou-se um jornalista primoroso,

pelo estilo, pela profundesa dos conceitos emitidos, pela elevação moral e sabedoria com que articulava sob todos os assuntos, inclusive os filosóficos e transcendentais. Foi Adjunto de Promotor da Comarca, cargo que exerceu com brilho e do qual se exonerou em 1912. Joaquim de Queiroz, entretanto, foi antes de tudo, um poeta, um inspirado e talentoso poeta. Aquela sua produção de 25 de fevereiro de 1916, intitulada "Metamorfoses", dedicada ao então acadêmico, hoje advogado e poeta Eliezer Benevides, com que concorreu a um concurso realizado na Cidade do Salvador e ganhou o primeiro prêmio, é uma boa mostra da sua vocação. Não poderemos indicar muitos, infelizmente, Joaquim de Queiroz não reuniu, com o intuito de publicar livro, as suas produções. Todavia, já que não cabe aqui a citação de trabalhos de sua lavra divulgados pela imprensa periódica, aludimos àquele seu poema e a outro que dedicou, em 1910, ao Príncipe d'Orleans, sob o título "Abaixo o Orgulho", inserto no Almanaque Lítero Comercial, onde ressalta o seu entusiasmo de moço pela Liberdade e, particularmente, a superioridade de pensamento com que pontifica ser a humildade o melhor paradigma da existência do homem, tal como ele sentia, porque, realmente, a modéstia e a humildade foram o traço marcante de toda a sua vida. A seu respeito, escreveu José Petitinga, em agosto de 1924, no mensário "A Verdade", que se editava na Cidade do Salvador:

"Se a humildade natural é o distintivo de um espírito evolucionário; se a tolerância para os que erram, o perdão para os que ofendem, a benevolência para com todos, e um grande amor dedicado aos pequeninos, aos desherdados, aos desprotegidos da terra, é o santo ideal que fortalece uma alma para vencer o mal e servir de modelo aos que querem ser bons: eu, que durante trinta e dois anos, conheci Joaquim de Queiroz, que lhe admirei o talento adamantino e as peregrinas virtudes, acredito não erar declarando que na existência que agora terminou ele, foi um justo, um forte, um santo, credor das nossas homenagens e do nosso respeito, pela sinceridade com que agiu, pelo bem que fez, pelos exemplos que deu".

### OSÉ INÁCIO DA SILVA

José Inácio da Silva, é outro juazeirense que tendo chegado a grandes alturas, pela consagração que lhe devotaram os seus conterrâneos, não perdeu de vista, jamais, como linha de conduta, o sentimento de solidariedade humana, a renúncia a todas as manifestações de orgulho e vaidade.

Diplomado pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1879, regressou à sua terra natal, onde estabeleceu sua clínica, e fundou, seis anos

depois, a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, em cujo hospital se encontra o seu retrato a óleo, como sinal de gratidão e reconhecimento pelos relevantes serviços que prestou à população necessitada. Foi Provedor dessa Instituição de 1885 a 1906, sem intervalo.

Eleito Deputado Provincial, exerceu esse mandato de 1887 a 1889, Fez parte da Constituinte do Estado, tendo ocupado posição de destaque na primeira Legislatura do regime republicano, como líder de bancada e como presidente da Câmara, sendo reeleito para a Legislatura de 1893 a 1904. No período seguinte, foi eleito Deputado Federal, função que exerceu de 1894 a 1896.

Houve, aqui, um interrégno na sua vida parlamentar, em cujo período, de 1897 a 1902, dedicou-se à sua profissão. Voltou, porém, em 1903, às lides políticas, como Senador Estadual, onde se manteve até 1905, sendo novamente eleito Deputado Federal, para o triênio 1906 a 1908. Nesse ano de 1906, verificou-se grande inundação do Rio São Francisco, que deixou Juazeiro e demais cidades da zona em situação calamitosa. Coube-lhe, pois, nessa ocasião, o encargo de pugnar pela concessão de um auxílio às populações vitimadas, enfrentando e combatendo todos os óbices que interpuzeram ao seu projeto. Sua atuação mereceu do Correspondente do Jornal de Notícias, da Cidade do Salvador, as seguintes referências:

“José Inácio estreou ontem, e muito bem. Palavra disciplinada, fácil e atraente; gesto sóbrio, exposição regular, estilo uniforme. Não sei se, em virtude de motivos ocasionais, de condições de momento foi melhor do que outros da mesma bancada, na qual a mentalidade vigorosa de Elpídio anda a se esquivar da tribuna, e a ilustração de Gil Vidal parece desprezar as galas de fecúndia em improvisos comprometedores. Freitinhas, mudo, vendo em torno de si a admiração que nunca deixa os competentes. Pedreira Franco está na bica. Quem lavrou um tento foi José Inácio, nome tão modesto como a pessoa, mas o nome de um cidadão que honra a Bahia.

O seu discurso de ontem, agradou geralmente, deixando uma impressão duradoura”.

Mas, ao lado da inteligência, da operosidade, do devotamento às causas que tinham por objetivo beneficiar os desprotegidos da fortuna, possuía José Inácio da Silva um caráter inatacável, como que destinado ao requinte do conjunto de virtudes que lhe exoneravam a personalidade. Que o atentam as próprias palavras, com que se dirigiu, em 8 de abril de 1912, a Eugênio Lima, um jovem alagoano que se transferira para Juazeiro e aí se dedicara aos labores do jornalismo: (23)

---

(23) *Correspondência publicada na “Folha do São Francisco”, de 25/04/1912, nº 49.*

“Já não é pouco consolador aos velhos que marcham para o ocaso da vida, ver surgir, em meio da anarquia e masorca, da miséria e corrupção, que tendem a carcomer o caráter dos homens —, um moço de tão fino quilate, como você, que tem a virtude de não se deixar contagiar da podridão que nos envenena o ambiente, infecciona a atmosfera!

Eia! Avante! meu caro Eugênio... O temporal há de passar; a peste há de ser debelada; os fortes e imunes, os puros e intrépidos, terão os louros da vitória, a recompensa do seu denodo... Sim, tudo isso que por ai vai, por além campeia é efêmero; a obra da iniquidade não pode perdurar. As epidemias devastadoras deixam de pé os refractários à sua ação, levando consigo somente os que não souberam se imunizar”.

## DIÁRIO DE JUAZEIRO, E OUTROS

Voltando, entretanto, a falar da imprensa, assinalamos a curta existência do “Diário de Juazeiro”, o primeiro ensaio de uma gazeta diária, com que Olegário de Assis pretendeu obsequiar a cidade. Outros semanários se lhe seguiram, quais sejam “O Juazeiro”, propriedade de Olegário de Assis; o “Correio do Juazeiro”, fundado por Orestes Lima; a “Folha do Povo”, também dirigida por Orestes Lima; a segunda “Folha do Povo”, sob a direção do Dr. Américo Alves de Souza; e tantos outros que circularam durante curto lápis de tempo.

## A FOLHA DO SÃO FRANCISCO

So em 19 de maio de 1911 surgiu o primeiro número da “Folha do São Francisco”, sob a direção de Eugênio Lima, que mais tarde se associou com Francisco Neto, a quem coube suceder o seu fundador. por motivo de falecimento, na direção e propriedade desse bom semanário. As colunas da Folha do São Francisco, cujo programa independente a recomendava, sobretudo, muitas reivindicações se fizeram para o progresso de Juazeiro.

## A CRISÁLIDA

Possuiu Juazeiro, também, em 1904, a revista “A Crisálida” editada sob os auspícios da Associação Literária José Petitinga, tendo como redator Joaquim Luiz de Queiroz, Euclides Thiers e Eugênio Lima. Publicação mensal, de boa aparência, não pode, entretanto, contornar as dificuldades que sempre arrostam empreendimentos dessa ordem, e desapareceu após a divulgação do seu oitavo número. Depois dessa tentativa, não mais se cogitou da criação de outro órgão dessa natureza em Juazeiro.

## A LUTA – O ECO – E O TRABALHO

Circularam, depois, em Juazeiro, A LUTA, de propriedade de JOAQUIM DE MATOS QUINAUD, e, como seus contemporâneos, O ECO, dirigido por APRÍGIO ARAUJO, bem assim O TRABALHO, sob a responsabilidade de JOSÉ HERMENEGILDO FERREIRA NETO e redação do Professor AGOSTINHO JOSÉ MUNIZ.

Todos esses jornais tiveram atuação de destaque nas campanhas políticas locais e concorreram, decisivamente, para a prosperidade da terra.

Muitas penas brilhantes a eles emprestaram sua colaboração, dentre as quais não se pode esquecer a do Professor JOÃO LEAL, sempre combativo, ardoroso e veemente nas lutas que sustentou, a do próprio Joaquim de Matos Quinaud, que era o proprietário de A LUTA, jornalista intrépido, e que assim denominara o seu jornal, não somente porque seria ele, como foi, um veículo das reivindicações populares, mas, sobretudo, um intérprete corajoso das vozes que se levantam contra o poder constituído, sem tibieza, sem fraquezas ou submissões. No O ECO, Aprígio Araujo, outra grande figura de jornalismo em nossa terra, pontificava, com os seus magníficos editoriais, era apoiando e aplaudindo as iniciativas do poder público, era combatendo, com veemência e segurança os descêrtoadministrativos, ou, finalmente, dando realce às necessidades maiores da população de uma cidade que se desenvolvia e reclamava eficiência na condução dos seus destinos políticos. Por último, a do Prof. AGOSTINHO JOSÉ MUNIZ, no jornal O TRABALHO, sempre em defesa dos superiores interesses da classe operária, animando-a a tomar consciência dos seus problemas, engajando-se na luta pela obtenção de melhores condições de vida.

## O ARAUTO

Em 1939, surgiu o pequeno jornal O ARAUTO, por iniciativa de ANTONIO CURSINO FILHO e do autor desta Memória, que, na sua juventude, já nutria gosto pelas letras, escrevendo crônicas e fazendo excursões pela poesia. O seu companheiro naquela iniciativa, Antonio Cursino Filho, era outro idealista, e, embora muito jovens ambos, resolveram fazer circular um jornal de cunho literário, que pudesse servir de veículo às expansões intelectuais da mocidade juazeirense e de todos aqueles que se interessassem pela literatura. Naquela época, estreitamos convívio com muitas figuras de nossa terra, portadoras de inteligência brilhante, dentre as quais guardamos indelével lembrança do poeta e escritor JOÃO DIAMANTINO DE OLIVEIRA, criatura singular como pessoa, de grande talento e verve extraordinária, que sabia dar graça e encanto inesquecíveis às nossas tertúlias.

Teve O ARAUTO, porém, curta existência. Jornal exclusivamente literário, não encontrou o respaldo financeiro que lhe permitisse vida longa. Ressurgiu, mais tarde, como semanário noticioso, em cuja fase mereceu, ainda, a nossa colaboração, mas voltou, também por dificuldades de ordem econômica, ao sono dos justos.

## O JUAZEIRO

Quando divulgamos o MUNICÍPIO DE JUAZEIRO (Bahia), em 1950, circulava em nossa cidade apenas o periódico denominado O JUAZEIRO, dirigido por DERMEVAL FERREIRA LIMA, que, enfrentando os maiores obstáculos, conseguira prolongar-lhe a existência, embora aparecendo muito irregularmente. E lastimávamos, então, que desfrutando a sede do nosso município de grande desenvolvimento, alcançando situação impar em todo o sertão e zona de São Francisco, houvesse regredido no particular da imprensa, de modo tão notório, uma vez que aí já haviam existido e prosperado, simultaneamente, três boas jornais.

Com o falecimento de Dermeval Ferreira Lima, um bom jornalista, sempre empenhado nas boas causas em favor de nossa terra, desapareceu da circulação O JUAZEIRO, que não teve continuadores.

## NOVOS ORGÃOS DA IMPRENSA

Atravessamos um longo período sem imprensa em Juazeiro. Finalmente, apareceram dois semanários que, ainda hoje, circulam, revivendo os velhos tempos em que a nossa cidade fazia ouvir a sua voz em toda a região do São Francisco e nas circunvizinhanças.

## O RIVALE

Fundado a 19 de março de 1972, surgiu, primeiramente, O RIVALE, propriedade da MAPROL — Mandacarú Promocional de Publicidade e Turismo Ltda., sob a criteriosa direção de JORGE KHOURY HEDAYE e FLÁVIO LUIZ RIBEIRO SILVA; esse jornal conseguiu firmar-se na opinião pública, pela seriedade com que encara os problemas regionais e locais, tornando-se um eficiente mensageiro das reivindicações mais importantes, junto aos poderes públicos, para o desenvolvimento de Juazeiro, e defendendo, por outro lado, com denôdo, os interesses das demais cidades sanfranciscanas. Oferece, de outra parte, O RIVALE, à nova geração de intelectuais de nossa terra, através de suas excelentes páginas literárias, a oportunidade de divulgar as suas idéias e criações no campo das letras. Para a vitória trajetória deste semanário, têm os seus dirigentes contado com a inteligência e operosa colaboração, dentre outras, dos jornalistas HERBET MOUSE RODRIGUES, DOUGLAS DOURADO e, especialmente, da Redatora Chefe LAYSE DE LUNA BRITO.



## JORNAL DE JUAZEIRO

Fundado a 24 de dezembro de 1972, surgiu, finalmente, o JORNAL DE JUAZEIRO, propriedade do seu fundador e Diretor-Presidente PAGANINI NOBRE MOTA, que é outro valoroso semanário juazeirense, de caráter noticioso e político, e que se mantém em circulação graças ao prestígio que grangeou, sobretudo nas últimas e memoráveis campanhas políticas em que se fez porta-voz dos anseios da população juazeirense.

## RÁDIO DE JUAZEIRO

Ao lado da imprensa escrita, mantém Juazeiro, como cidade progressista que sempre foi, a sua estação de rádio-difusão denominada RÁDIO DE JUAZEIRO, que veio preencher o grande claro então ainda existente, na época de grande desenvolvimento que estamos vivendo, no setor das comunicações.

Foi idealizada, construída e instalada por JOAQUIM BORGES DOS SANTOS e com o prefixo ZYN — 21, potência de 250 Watts — 1.250 quilociclos e ondas médias de 240 metros, esta emissora foi inaugurada a 12 de julho de 1953.

Dada a excelência dos seus programas radiofônicos, diariamente levando àqueles rincões sertanejos noticiários de qualidade, boa música e a palavra dos magníficos cronistas juazeirenses, a RÁDIO DE JUAZEIRO vem prestando relevante serviço à região sanfranciscana e se impondo, sempre mais, no conceito das populações ribeirinhas e interiores.

## OUTROS JORNALISTAS JUAZEIRENSES

Além daqueles cujos nomes já foram lembrados, merecem, ainda, uma especial menção o de outros que, embora não tendo a responsabilidade direta da redação, pontificaram, com artigos de sua lavra, ou marcaram época, com a luminosidade de suas inteligências, através de crônicas e poesias, ou de ensaios históricos, na imprensa juazeirense.

Dentre estes, alguns se tornaram escritores conhecidos nacionalmente, e honram a nossa terra: Luiz do PRADO RIBEIRO, membro da Academia Carioca de Letras, PEDRO DIAMANTINO DE OLIVEIRA, — JOÃO DIAMANTINO DE OLIVEIRA — EDSON RIBEIRO — EDUARDO DO PRADO FIGUEIRA e WALTER DE CASTRO DOURADO. Muitos outros, com igual talento, nos proporcionaram os frutos do seu labor intelectual e, juazeirenses de nascimento, ou por devoção, merecem o regis-

tro dos seus nomes nas lides da imprensa de nossa terra: o escritor JOSÉ PETITINGA, os poetas JOAQUIM DE QUEIROZ, também escritor e polemista — RAUL DE QUEIROZ — EUGÊNIO LIMA — CÂNDIDO CARDOSO LEAL — ANTONIO SOARES DE MIRANDA — AMÉRICO SOARES DE MIRANDA, e, dentre os mais novos, JOSEPH WALLACE FARIA BANDEIRA — MARIA IZABEL FIGUEIREDO PONTES — MARIA DO CARMO SÁ NOGUEIRA — JOSÉ EURICO — LÚCIO SILVA — LAYSE DE LUNA BRITO, também excelentes cronistas e os articulistas e cronistas AMÉRICO ALVES DE SOUZA — FRANCISCO NETO — JESUINO D'ÁVILA — DERMEVAL FERREIRA LIMA, também dramaturgo — OLEGÁRIO DE ASSIS — EUCLIDES THIERS — ANÍSIO DE QUEIROZ e RAUL ALVES DE SOUZA (ambos também escritores) — MANOEL ANTONIO DO NASCIMENTO — CONSTANTINO HERMILO DO NASCIMENTO (dramaturgo) — ADOLFO VIANA FILHO (orador prímoroso, um dos grandes homens de nossa terra, e a quem, no transcurso do seu centenário de nascimento, ocorrido a 01 de maio de 1976, O RIVALE dedicou um caderno especial, fazendo lembrar que o tempo passa, mas os seus nomes, pelo ideais e pelos feitos, continuam na memória da posteridade); JOÃO MATOS — OSCAR RIBEIRO — CUSTÓDIO FERREIRA SENTO-SÉ (notável orador e grande idealista); LA-MARTINE SÁ RORIZ — LILIA CAFÉ SIGUEIRA e JUDITH LEAL COSTA (duas das maiores figuras, também, nas lides do magistério, em Juazeiro); EDILBERTO DA MOTA TRIGUEIROS (excelente orador e compositor); MANOEL FRANCISCO DE SOUZA FILHO — SEBASTIÃO VALENÇA (grande compositor e um dos maiores filólogos do país); BOLIVAR SANTANA BATISTA (detentor de variada cultura e também eloquente orador). Dentre os intelectuais da nova geração, os cronistas ERMI FERRARI MAGALHÃES — EDILSON MONTEIRO (também notável orador) — JOAQUIM MUNIZ BARRETO — ARISTIDES ARAUJO — JOSÉ PEREIRA DA SILVA — GISELIA LINO DE CARVALHO — MARTA LUZ BENEVIDES — LAYSE DE LUNA BRITO — NILDA GENEROSO DE IZAGA — ANTONILA DA FRANÇA CARDOSO — LUIZ FREIRE — EXPEDITO DE ALMEIDA NASCIMENTO e SANDOVAL DUARTE FILHO (o exímio cronista social e consagrado pintor SANDUARTE).

É possível que alguns nos tenham escapado à memória. Os nossos conterrâneos por acaso olvidados neste registro, e que tenham brilhado no jornalismo juazeirense, que nos relevem a omissão. Não o fizemos intencionalmente e, se os seus nomes nos forem lembrados, sentir-nos-emos muito felizes, noutra oportunidade, de rememorá-los, porque temos a nítida consciência de que são os intelectuais, com a pujança, o ardor e a sedução de sua palavra escrita ou falada que dão vida à comunidade e grandeza à sua terra, e que, por isso mesmo, mais influem nos seus destinos.

## CLUBE COMERCIAL DE JUAZEIRO

Ao desenvolvimento da cidade, que se verificou nos últimos anos do século passado, haveria de seguir o movimento associativo de sua população, e foi assim que, decorridos oito anos da criação da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, começaram alguns dos seus filhos a se reunir na residência de José Mercês dos Santos, para os entendimentos preliminares de que iria decorrer a fundação do Clube Comercial de Juazeiro, aos 21 de maio de 1893.

Constitui, pois, esta sociedade, um dos pontos de partida da sociabilidade da nossa gente, que tanto tem sabido manter as instituições destinadas ao conagraçamento dos habitantes da cidade.

Nos primeiros vinte anos, a fase mais fecunda de sua existência, destacou-se esta sociedade nos serviços de interesse educacional prestados à população local, porquanto, ao lado de uma riquíssima biblioteca, considerada a maior do interior do Estado, que por aquele tempo era muitíssimo concorrida, manteve o Clube Comercial, gratuitamente, cursos de português e escrituração mercantil, frequentados pela mocidade comerciária, nos quais se preparavam para enfrentar os labores da profissão muitos dos guarda-livros que, durante anos, se encarregaram da contabilidade dos estabelecimentos comerciais da cidade, e outros tantos que se transferiram de Juazeiro, buscando em outros centros mais desenvolvidos maiores possibilidades de êxito na vida.

Igualmente, por iniciativa de Joaquim Luiz de Queiroz, seu sócio Benfeitor e um dos dirigentes cuja administração merece encômios assim como de Anísio Ramos de Queiroz, dos mais dedicados Presidentes que lhes conduziram os destinos, manteve o Clube Comercial de Juazeiro duas escolas noturnas, exclusivamente para pessoas pobres, de ambos os sexos, que além de propiciar a matrícula e frequência gratuitas, ainda lhes fornecia os livros e todo o material escolar necessário à instrução primária.

Estas escolas, que funcionaram por muitos e muitos anos, permitiram a alfabetização a grande número de empregados domésticos e outras pessoas pobres, que não podendo estudar durante o dia, iam buscar alí, à noite, as luzes da instrução.

Entretanto, o grande papel desempenhado pelo Clube Comercial de Juazeiro foi haver forjado o grande movimento intelectual que, sobretudo na última década do século passado e na primeira do século XX, alí se desenrolou, colocando a nossa cidade numa posição invejável e de grande respeitabilidade nos sertões da Bahia e em toda a região do São Francisco.

Notadamente no período de 1896 a 1911, a mocidade de Juazeiro encontrou, alí no Clube Comercial, a figura cintilante de JOSÉ PETITINGA, portador de extraordinário talento e de grande erudição, que se tornou um verdadeiro Mestre e guia intelectual da nova geração.

Nas tertúlias literárias que então se realizavam, pode-se dizer cotidianamente, receberam o influxo do grande pensador que foi José Peitinga, toda uma plêiade de novos intelectuais que, por sua vez, disseminavam frutos de sua inteligência, beneficiando, de modo geral, a mocidade juazeirense da época.

Já nos referimos, no título anterior, quando abordamos a história da imprensa local, aos nomes de Anísio Queiroz, Eugênio Lima, Joaquim de Queiroz, Antonio Soares de Miranda, Francisco Neto, Jesuino D'Ávila, Olegário de Assis, Constantino Hermilo do Nascimento, e outros que beberam alí, na abundante fonte de cultura, que foi o Clube Comercial de Juazeiro, os ensinamentos que lhes permitiram os grandes vãos intelectuais com que se impuseram ao respeito e admiração da nossa gente.

Ostenta o Clube Comercial, entre outros, dos seus beneméritos, o retrato de Antônio Ribeirão Ferreira, que foi seu Presidente Honorário durante toda a vida, e a quem deve esta utilíssima instituição a maior parte de sua biblioteca, visto que de uma vez só lhe ofertou cerca de 3.000 volumes, não se descurando, depois disso, de angariar, no Rio de Janeiro onde era domiciliado, muitos e muitos livros que foram ofertados à Biblioteca do Clube Comercial.

Conta essa biblioteca com um acêrvo de mais de oito mil volumes catalogados, alí existindo obras raras, cujas edições se esgotaram, há muito, e que, pela sua natureza e conteúdo, são de grande importância.

Além dos dirigentes Joaquim Luiz de Queiroz e Anísio Ramos de Queiroz, já mencionados, entre os cidadãos que mais se distinguiram na direção do Clube Comercial, figuram o Cel. Leônidas Gonçalves Torres, a quem se deve a inauguração de vários serviços de proveito social, e Raimundo de Azevedo, em cuja administração foi adquirido o prédio onde se instalou a sua sede social.

É realmente lamentável que, nos tempos atuais, não esteja tendo a biblioteca do Clube Comercial uma utilização frequente e que alí não mais se realizem aquelas memoráveis tertúlias, onde a mocidade de nossa terra poderia ir buscar os ensinamentos tão necessários ao seu aprimoramento intelectual. Bem que nesse sentido se poderia iniciar uma cruzada educativa, convenientemente planejada e orientada, tendente a reviver o período áureo do Clube Comercial de Juazeiro, com benefícios altamente positivos para as novas gerações.

#### A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA

No ano de 1885, um dos mais ilustres filhos de Juazeiro, o Dr. José Inácio da Silva, tomou a iniciativa de fundar a Santa Casa de Misericórdia, instituição pia destinada a hospitalisar e oferecer tratamento médico aos doentes pobres.

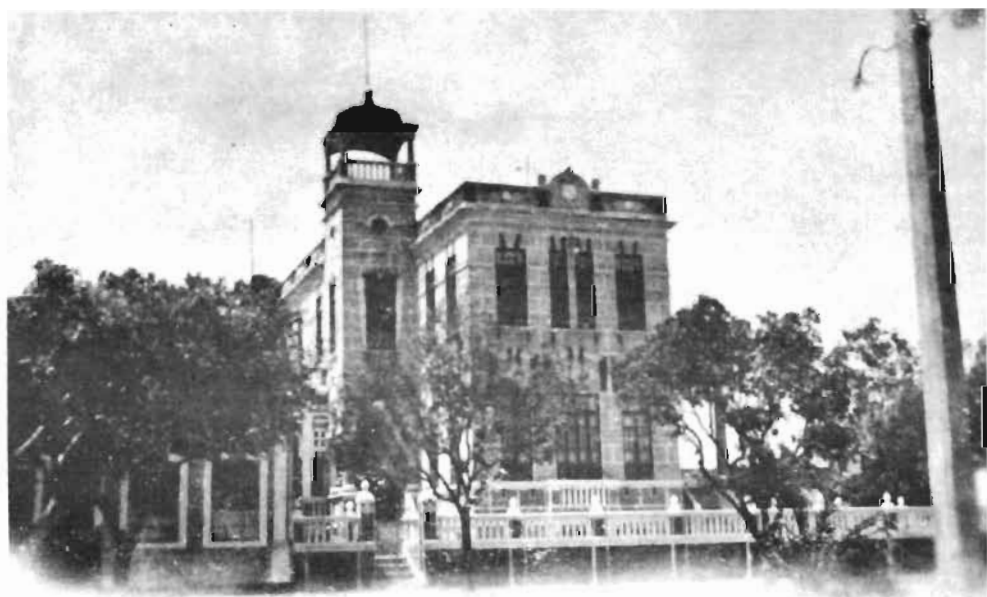
Empreendimento d'igno dos maiores louvores, mereceu de parte dos habitantes da cidade e apoio necessário e a 01 de junho daquele ano, reuniram-se na Câmara os seguintes cidadãos juazeirenses que, com sentimento humanitário, foram os fundadores daquela benemérita entidade: DR. JOSÉ INÁCIO DA SILVA – JOSÉ GONÇALVES DE CASTRO CINCURÁ – DR. ANTONIO MOREIRA MAIA – PE. CAETANO DE ARAUJO MATO GROSSO – FRANCISCO MARTINS DUARTE – JOÃO LUIZ PEREIRA – JERÔNIMO JOSÉ MARINHO – HENRIQUE SCHULTZ – BENEVIDES MOREIRA DO PRADO – CANUTO ANTONIO LIMA – CESÁRIO DA SILVA – ANTONIO JOSÉ DUARTE – ANTONIO LUIZ VIANA – JOSÉ DA MOTA SILVEIRA – RODOLFO MARTINS DUARTE – DOMINGOS BATISTA MANTENA – BENEDITO INÁCIO FIGUEIREDO – RAIMUNDO HERMILO DE MELO COSTA – ENÉIAS FILHO – JOSÉ FRANCISCO DE MORAIS – ANTONIO PEDRO DA ROCHA – MICHELI GIAMPAULI – ARISTIDES MARTINS DUARTE – EGÍDIO PLÁCIDO PUCCINI – LUIZ INÁCIO DA SILVA FILHO – JOSUÉ CÂNDIDO DE DEUS – JOÃO SOARES DE MIRANDA – FRANCISCO RAIMUNDO DE SOUZA – JERÔNIMO FERNANDES DA CUNHA – MELQUIÁDES INÁCIO DA SILVA – JOSÉ BARBOSA DA CUNHA – LUIZ MANOEL DA COSTA FILHO – JERÔNIMO CUSTÓDIO FERNANDES DA CUNHA – APOLINÁRIO ANTONIO DE ARAUJO – RAIMUNDO INÁCIO DA SILVA – LUIZ MANOEL DA COSTA e FRANCISCO JOSÉ DO NASCIMENTO.

Fundada a Sociedade, foi naquele mesmo dia eleito e empossado o seu Presidente – Dr. José Inácio da Silva, depois, com a aprovação dos respectivos estatutos, designado Provedor da Santa Casa, e que imediatamente se lançou à obra de construção do hospital, que veio a ser inaugurado a 2 de outubro de 1892, em solene sessão da Irmandade de Nossa Senhora das Grotas, que mais tarde passou a denominar-se Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Juazeiro. Nesta solenidade foi aprovada pela Assembléia Geral u'a moção de louvores ao seu Provedor, considerando-o irmão Benemérito e recomendando que o seu nome fosse o primeiro inscrito no quadro de honra e que, no salão nobre do edifício, fosse colocado o seu retrato, a óleo, em testemunho do quanto lhe devia a Irmandade e os paroquianos da Freguesia.

“Todos os domingos saía JOSÉ INÁCIO de porta em porta, com a sacola à mão, pedindo auxílio para a construção do hospital. Inúmeras vezes era enxotado da porta de seus inimigos políticos, que ainda o maltratavam por palavras; mas, no domingo seguinte, José Inácio batia novamente às mesmas portas, para ser recebido da mesma forma. Nunca deixou de assim fazer, como um sacerdote, até que alguns já davam esmolas, enquanto outros, porém,



Praça Dr. José Inácio da Silva e Coreto. Ao fundo o antigo Hospital da Santa Casa de Misericórdia.



Museu Regional do São Francisco. Antiga residência do Prefeito Miguel Lopes de Siqueira.



ainda blasonavam. Assim foi a obra de José Inácio – verdadeiro Apóstolo da Caridade até final execução”. (24)

A 25 de dezembro de 1901, foi entronizada, solenemente, na capela do hospital, a imagem do Senhor dos Aflitos, como patrono do Hospital, e todos os anos, a partir de então, celebra-se alí o novenário em honra do crucificado, com extraordinária devoção por parte dos paroquanos de Juazeiro.

Em 1924 e 1925, o hospital da Santa Casa foi transformado em hospital de campanha, requisitado que fôra pelas tropas do exército que se fixaram em Juazeiro, dando combate à coluna chefiada por Luiz Carlos Prestes, e, em 1930, novamente foi ele ocupado pelas forças revolucionárias, para servir de hospital onde pudessem ser atendidos os seus componentes necessitados de serviços médicos.

O seu benemérito fundador dirigiu-a, como Provedor, durante 21 anos seguidos, de 1885 a 1906, e trabalhou incansavelmente, com rara perseverança, tenacidade e espírito de renúncia, em prol da sua benfazeja existência.

Outro médico, o Dr. Eduardo Brito, de saudosa memória, destacou-se como Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Juazeiro, prestando à nossa terra, durante longos anos, seus inestimáveis serviços.

A partir daí, até 1960, dirigiram aquela meritória instituição os seguintes Provedores:

- Otácilio Nunes de Souza, em 1911
- Aprígio Duarte Filho, em 1912 – 1913 – 1917 – 1918 e 1935
- Leônidas Gonçalves Torres, em 1914 e 1915
- Manoel Jorge Dantas, em 1916
- Jesuíno Inácio da Silva, em 1919
- Inácio Macedo, em 1920
- José Cordeiro de Miranda, em 1926
- Delsuc Moscoso, em 1927
- Dr. Edson Ribeiro, de 1928 até abril de 1932
- Francisco Evaristo de Figueiredo, de abril a dezembro de 1932
- Nelson Cesar Xavier, em 1933 e 1934
- Dr. João Batista da Costa Pinto, de 1936 a 1939
- Dr. Lauro Lustosa de Aragão, de 1940 a 1943 e de 1954 a 1955
- Dr. José de Araujo Souza, de 1944 a 1951 e de 1956 a 1959
- Dr. Alfrío Viana de Araujo, de 1952 a 1953
- Dr. José Nunes Sento-Sé, em 1960.



Na gestão do Dr. JOSÉ DE ARAUJO SOUZA, outro benemérito da Santa Casa de Misericórdia de Juazeiro, foi construída e inaugurada a 22 de dezembro de 1951, a MATERNIDADE SÃO JOSÉ. O provedor Dr. José de Araujo Souza fôra o idealizador da fundação da Maternidade, que seria uma obra assistencial da mais alta e nobre significação, eis que iria, de modo precípua, preencher uma lacuna, no atendimento às mães pobres de Juazeiro. E, com um especial devotamento ao trabalho de sua construção, soube impor-se à gratidão da família juazeirense, transformando aquela meta do seu idealismo em uma realidade, ao concretizar a obra. Por isso, a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia fê-lo, como era de inteira justiça, o primeiro diretor da Maternidade São José, a primeira que se erigiu às margens do rio São Francisco e que, com esse privilégio, teve, o de ser a primeira entidade do gênero a prestar serviços inestimáveis às gestantes naquela região.

Na provedoria do Dr. José Nunes Sento-Sé, que veio a falecer sem haver completado o seu mandato, foi, por deliberação da Assembléia Geral da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Juazeiro, extinto o hospital que se inaugurara em 1902, cedendo lugar a uma creche, denominada Casa da Criança Dr. José Inácio da Silva, que, na ocasião, a Irmandade considerou muito necessária e, além disso, mais adequada aos novos tempos, principalmente em face de sua vizinhança com a Maternidade, instalada no decênio anterior.

## FILARMÔNICAS EM JUAZEIRO

Dentre as iniciativas dos juazeirenses no campo cultural, ao fim do século passado, merece registro o empenho com que se lançaram à organização de filarmônicas, com que procuravam dar maior brilho a todas as festividades e, de outra parte, à preocupação de manterem, através dessas sociedade, escolas de música, nas quais a mocidade ia tendo o ensejo de familiar-se com a divina arte.

Por curto espaço de tempo existiu a filarmônica MINERVA CANGUÇÚ, que logo desapareceu, sendo o seu instrumental adquirido pela direção do Clube Comercial, que fundou, no idos de 1895, a Filarmônica CLUBE COMERCIAL, aquela que iria abrilhantar as comemorações da inauguração, em Juazeiro, da Estrada de Ferro da Bahia ao São Francisco, a 24 de fevereiro de 1896.

Esta, por sua vez, também não teve vida longa. Em consequência de um sério desentendimento, entre o Sr. Abílio Barbosa, então Presidente do Clube Comercial, com o corpo de músicos, foi dissolvida a filarmônica e, mais uma vez, o seu instrumental seria adquirido pelos idealizadores da Sociedade Filarmônica 28 de Setembro, à cuja frente se encontrava o próprio Abílio Barbosa.

## SOCIEDADE FILARMÔNICA 28 DE SETEMBRO

Reunidos na residência do Cel. João Evangelista Pereira e Melo, a 28 de setembro de 1897, um grupo de conterrâneos deliberou constituir e fundar, naquela mesma data, esta sociedade.

Foram seus fundadores ABÍLIO BARBOSA – Cel. JOÃO EVANGELISTA PEREIRA E MELO – Dr. ANTÔNIO RODRIGUES DA CUNHA MELHO – BERTOLINO REIZ – ANTÔNIO EVANGELISTA PEREIRA E MELO – JOÃO EVANGELISTA DA CUNHA MELO – ARISTON MELO – JOÃO BARRETO – BERTOLINO EVANGELISTA PEREIRA E MELO – ANÍSIO EVANGELISTA PEREIRA E MELO – MÁRIO EVANGELISTA PEREIRA E MELO – ANÍSIO RAMOS DE QUEIROZ – TEODULFO SIQUEIRA – RAUL RAMOS DE QUEIROZ – PELÁGIO LOPES DE SIQUEIRA – CLARO MORAIS – IDELFONSO GOUVEIA – ANTONIO COSTA – FRANCISCO GOMES RIBEIRO – JOSÉ ALVES DE OLIVEIRA COSTA – JOSÉ CUSTÓDIO DA CUNHA – LEOBINO NUNES DA ROCHA – JOSÉ BISPO – ANTÔNIO GOMES RIBEIRO – JOÃO EVANGELISTA DOS SANTOS – GERTRUDES DE MELO – ALICE DE MELO – ANA ROSÁLIA – MARIA BARRETO – ELIZARIA DE MELO – ARLINDA DE MELO – ADELINA DE MELO – ADÉLIA DE MELO – MARIA QUEIROZ – LUZIA TEOLINA e FLORA CHAMUSCA.

Exerceram a regência da Filarmônica 28 de Setembro os seguintes músicos: BALBINO MACEIÓ – ABÍLIO BARBOSA – JOSÉ IDELFONSO NERI – CECILIANO CARVALHO – JOSÉ DE LIRA PAIM – ALFREDO TORQUATO – TOMÁS AQUINO DE AZEVEDO – CÍCERO LEMOS – JOSÉ FARIAS – POLÍBIO GONÇALVES GALVÃO – BARTOLOMEU SANTANA – JOSÉ HERMENEGILDO DE SOUZA – JOSÉ AMBRÓSIO VIANA e ARMINDO OLIVEIRA.

A sua primeira apresentação em público ocorreu com uma retreta realizada nas comemorações da proclamação da República, a 15 de novembro de 1897, sob a regência do Maestro Balbino Maceió.

A “28” excursionou à cidade de Senhor do Bonfim nos anos de 1916, 1920 e 1943 e a Salvador em 1944, sendo bastante apreciada pelo garbo e entusiasmo com que se apresentava, bem assim pelas peças musicais do seu excelente repertório.

Em 1949 foi extinta a filarmônica e transformada a sociedade no Clube Social 28 de Setembro.

## SOCIEDADE FILARMÔNICA APOLO JUAZEIRENSE

A Filarmônica Apolo fôra criada pelo Cel. ANTONIO DE OLIVEIRA SAMPAIO, como uma organização particular de sua propriedade. Curta, porém, foi a sua existência, porque os músicos, insatisfeitos com

a forma pela qual havia sido constituída a corporação, resolveram, sob a orientação de MANUEL FAUSTINO DAMÁZIO, abandonar a filarmônica, e fundarem uma sociedade com os mesmos fins.

Reunidos, a 29 de julho de 1901, na mesma casa onde funcionava a Filarmônica Apolo, e em perfeito entendimento com o Cel. Antonio de Oliveira Sampaio, resolveram fundar, naquela mesma data, a SOCIEDADE FILARMÔNICA APOLO JUAZEIRENSE.

Foram seus fundadores ANTONIO ANTÃO DE SOUZA – ANTONIO COSTA – JOSÉ DOS REIS FILHO – EUCLIDES THIES DA SILVEIRA – JOÃO DA CRUZ DO NASCIMENTO – FRANCISCO EVARISTO FIGUEIREDO – MANUEL FAUSTINO DAMÁSIO – JOÃO ANTONIO DE SANTANA – BERTOLINO JOSÉ DA COSTA – JOSÉ DE OLIVEIRA E SILVA – VIRGÍLIO RIBEIRO – PETRONÍLIO ALVES DOS SANTOS – MARTINIANO MOREIRA DA COSTA – LUIZ VIRGULINO – JOAQUIM DOS SANTOS RAMOS – ESTANISLAU MOREIRA DA COSTA e AVELINO LUIZ FERREIRA.

A Filarmônica Apolo Juazeirense foi regida pelos seguintes Maestros: URBANO LIMA – JOSÉ COELHO – ELIAS PALMEIRA – CIZENANDO DA SILVA FREIRE – JUSTINIANO ROCHA – ABDIAS RIBEIRO – ARISTON CUSTÓDIO – EUCLIDES OLIVEIRA – LUIS MILITÃO BATISTA e JOSÉ LARANJEIRA.

A Apolo excursionou em 1909, à cidade de Remanso, em 1912 a Senhor do Bonfim, em 1919 a Salvador, participando da recepção da Bahia ao seu grande filho, o Conselheiro Rui Barbosa, quando teve o privilégio de ser a banda escolhida para machar à frente do cortejo que iria conduzir o grande vulto até o bairro da Graça.

Ainda em 1919, novamente foi a APOLO à cidade de Senhor do Bonfim participar, juntamente com outras filarmônicas regionais, da grande manifestação com que foi recebido naquela cidade o Conselheiro Rui Barbosa e, finalmente, retornou a Salvador, a convite, para participar das grandes festas do centenário da independência, a 2 de julho de 1923, quando foi muito aplaudida nas praças públicas da capital, ao executar, sob a regência do Maestro ABDIAS RIBEIRO, as músicas do seu vasto repertório, com exímia perfeição.

Em 1951 extinguiu-se a filarmônica permanecendo a sociedade como clube recreativo.

Lamenta-se que tenham desaparecido essas filarmônicas, bem assim a PRIMEIRO DE MAIO, inaugurada em 1937 pela Sociedade Beneficente dos Artífices Juazeirenses, que mantiveram boas escolas de música e que, ao longo dos anos, deram tanto brilhantismo às mais variadas festividades levadas a efeito em nossa terra. Todas elas possuíam muito bom instrumental e não precisaríamos aqui referir ao que significa para uma cidade do interior, a existência de três filarmônicas, quando muitas outras nenhuma possuíam, porque todos conhecem, sobejamente, os efei-

tos da música, e o quanto é ela necessária, seja nas comemorações cívicas, seja nos atos religiosos, seja, por outra parte, como elemento de diversão pública.

### AS TRADIÇÕES DA "28" E DA "APOLO"

Fundadas como Sociedades Filarmônicas, a 28 DE SETEMBRO e a APOLO JUAZEIRENSE logo se tornaram, também, os dois grandes clubes de nossa terra, em torno dos quais girava a atividade social da população juazeirense.

A primeira delas, fundada a 28 de setembro de 1897, teve como seu primeiro presidente o médico conterrâneo, Dr. Antônio Rodrigues da Cunha Melo, e a segunda fundada a 29 de julho e instalada a 8 de setembro de 1901, teve a dirigi-la, como primeiro presidente efetivo, o Cel. Jesuino Inácio da Silva, comerciante, juazeirense, de destacada projeção no nosso meio social.

Desde então, vêm estes clubes prestando à cidade uma colaboração altamente significativa ao seu desenvolvimento, de vez que são os dois centros de onde se irradia, e em torno dos quais se intensifica a vida social de Juazeiro, ao ponto de ser esta considerada a Princesa do São Francisco, e merecer, com desvanecimento, os elogios dos habitantes de todas as cidades que se formaram ao longo desse rio, muitos dos quais vêm passear em Juazeiro, e aí se demoram, com prazer idêntico ao que experimentam outros ao visitar a capital do Estado.

Possui cada uma delas confortável sede, condizente com o grau de desenvolvimento da cidade.

Para se ter idéia do que são esses clubes e o que representam eles na vida social de Juazeiro é oportuno dizermos que oferecem uma festa mensal obrigatória aos seus associados, além de outras que, esporadicamente, levam a efeito, reinando em todas elas animação que em nada fica a dever àquelas realizadas pelos clubes da capital do Estado, a elas comparando o escólo da sociedade local.

Durante longo tempo houve entre os dois clubes grande rivalidade, com sérios atritos entre as respectivas bandas de música, ocorridos a 01 de novembro de 1907, a 6 de setembro de 1916 e a 27 de abril de 1918, e porfiavam os dirigentes de cada um na conquista de maior realce às suas festas, tornando-se, então, indeléveis, as administrações de Jesuino Inácio da Silva, Raimundo da Mota Silveira, Raimundo Azevedo, Manoel Geômetra da Mota, João Brasil de Mesquita, Demóstenes Bastos, Almir Nuno de Souza, Ruy Jacobina, Alberto Tanuri, Antonio Lopes de Almeida, Américo Tanuri, coadjuvados pelo braço forte e profundo amor à Sociedade Apolo, de Manoel Faustino Damázio, Francisco Evaristo Figueiredo, Sebastião Valença, Abdias Ribeiro, Oscar Ribeiro, Raimundo Santos Ferreira e Martiniano Rodrigues, enquanto, na 28 de Se-

tembro, Abílio Barbosa, João Evangelista Pereira e Melo, Antonio Rodrigues da Cunha Melo, Antonio Evangelista Pereira e Melo, Anísio Ramos de Queiroz, Anísio Evangelista Pereira e Melo, Leônidas Gonçalves Torres, Mário Evangelista Pereira e Melo, Cícero Dias, Bertolino Evangelista Pereira e Melo, José Figueira Cavalcante, José Custódio da Cunha, José Luiz da Costa, José Simões e Silva, Oscar Viana, Edilberto Trigueiros, Carlos Alberto Bandeira, Antonio Evangelista de Melo Filho, João Evangelista Pereira e Melo, Aloysio Evangelista Pereira e Melo, José Idelfonso Neri, destacadamente Álvaro Evangelista Pereira e Melo, e tantos outros elementos da família Evangelista se sucediam, no afã de engrandecer o clube pelo qual tinham apaixonada predileção, deixando, alí, inesquecíveis os seus nomes.

O autor desta Memória, Sócio benfeitor da 28 de Setembro e sócio efetivo e ex-diretor, por alguns anos consecutivos, da "Apolo", guarda ainda na memória a lembrança inapagável dessa fase, em que tanto impulso tiveram as duas sociedades, e não olvidará, jamais, o entusiasmo que via invadir os corações de seus consócios, principalmente nas festas de Carnaval, quando a competição pela primazia se acentuava extraordinariamente.

Foi então que a Sociedade Apolo lançou aquela música vigorosa, da lavra de Sebastião Valença:

"Não há quem vença a Deusa Apolo  
Na farra deste Carnaval..."

que desde a introdução é convite arrojado e irresistível ao folguedo, indo buscar a todos, velhos e moços, para o entusiasmo delirante dos salões.

Concomitantemente, a 28 de Setembro recebia de Edilberto Trigueiros o régio presente que a sua alma de artista lhe oferecia:

"... Quanta alegria, tão jovial,  
Tens Vinte e Oito  
O pendão glorioso de um Carnaval."

que é uma explosão do espírito do autor, tomado de nostalgia, pois se achava distante, e cuja introdução, uma clarinada de alerta, por si só justifica o arrebatamento que envolve os frequentadores desta sociedade.

Talvez tenhamos descido a um detalhe que poderia ser omitido. Mas, quem já esteve em Juazeiro, frequentou os seus clubes, e ouviu estas duas músicas, há-de reconhecer que elas estão intimamente ligadas à sua tradição, à sua existência e à sua prosperidade, de tal modo, que não é possível falar deles sem se reportar a elas.

## OS ANTIGOS CLUBES CARNAVALESCOS

Falamos inicialmente nessas sociedades recreativas que ainda existem, em toda a pujança de sua vitalidade.

No entanto, especialmente falando de carnaval, não poderíamos deixar de registrar aqui a curta existência dos clubes Valetes do Povo, Filhos de Minerva, e, particularmente, o Clube Carnavalesco Filhos do Sol e o Clube Carnavalesco Embaixadores de Veneza, que nos anos de 1912 a 1914 apresentaram em Juazeiro, notadamente neste último ano, um carnaval espetacular.

As pessoas que integravam estes dois clubes eram, respectivamente, as mesmas que compõem as famílias que são hoje o esteio da Apolo e da 28 de Setembro, e todos aqueles que assistiram ao deslumbramento de tais festividades, guardam a sua lembrança e a elas se reportam com indizível saudade.

Com efeito, nunca mais Juazeiro presenciou cortejos de carros alegóricos tão bem idealizados e tão ricamente ornamentados, nem assistiu a tamanha vibração, prorrompida de todos os lados, envolvente, impetuosa, ao perfume inebriante dos lança-perfume sem conta e sob o redilhado de serpentinas em profusão, serpenteando no ar, ao tempo em que os confetis, a mancheias, tapetizavam, policrômicamente, as ruas e passeios.

Bons tempos aqueles, em que essas utilidades custavam tão pouco, e todos se animavam a consumí-las abundantemente!...

#### SOCIEDADE BENEFICENTE DOS ARTÍFICES JUAZEIRENSES

A Sociedade Beneficente dos Artífices Juazeirenses foi fundada em 25 de dezembro de 1928, inicialmente com a denominação de Sociedade Beneficente dos Artistas Juazeirenses.

Foram seus fundadores: Dr. EDSON RIBEIRO (1o. Presidente) – MANUEL FAUSTINO DAMÁZIO – SAUL C. ROSAS – EDGARD BANDEIRA – JOSÉ FELIX VERAS – MARCELINO JOSÉ DAMÁSIO – NORBERTO PEREIRA DOS SANTOS – PEDRO PAULO COSSENZA – JOSÉ SABINO DOS SANTOS – ANÍSIO JOSÉ COSTA – CECÍLIO MATOS – AUGUSTO ROCHA – JOSÉ CIRILO DA SILVA – FRANCISCO LUIZ DOS SANTOS – PEDRO DAMÁSIO JÚNIOR – HERMIÑO PEREIRA – ANÍSIO RODRIGUES DOS SANTOS – MARCIANO GOMES DE PAULA – TEODORO DOS SANTOS FARIAS – PEDRO SEVERO LINS – GABRIEL DE CASTRO – BOAVENTURA DE SOUZA – ARTUR PEREIRA DOS SANTOS – JOSÉ SEVERO LINS – SEBASTIÃO DE ALMEIDA BRANCO e MANUEL GOMES.

Um exemplo extraordinário de coesão e de espírito de classe, deram os artífices de Juazeiro, unindo-se, em verdadeiro mutirão, para construir, independentemente de remuneração, a sede social de sua entidade e, estimulados pela cooperação recebida de terceiros, especialmente do seu presidente, que doara à sociedade parte do terreno onde veio a ser edificada, foi ela inaugurada, solenemente, a 01 de maio de 1932, nas comemorações do Dia do Trabalho.

Em 1937 a sociedade instituiu a sua filarmônica, denominada PRIMEIRO DE MAIO, e na sua sede social, também se realizavam, periodicamente, festas dançantes, especialmente nos carnavais, reinando em todas elas grande animação.

Mantinha a Sociedade Beneficente dos Artífices Juazeirenses serviços de assistência médica gratuita aos sócios e seus familiares e de assistência judiciária aos associados.

O pavilhão social, cujo desenho e criatividade foi de autoria do Engenheiro JOVINO DO PRADO PEREIRA, era sempre hasteado, ao lado da Bandeira Nacional, em todas as grandes datas cívicas do país, especialmente no 01 de Maio, quando a sociedade, todos os anos, sempre realizou festas comemorações.

Merece um registro especial a porta principal do acesso ao edifício-sede, que é uma obra de arte, ricamente entalhada pelo modelador Edgard Bandeira, exímio artista juazeirense autor de esculturas notáveis.

Marcou época a Sociedade Beneficente dos Artífices Juazeirenses, sobretudo pela liderança que assumiu na conscientização dos direitos e deveres do proletariado na região, fomentando e ajudando a fundação de entidades congêneres em Petrolina, Jacobina, Senhor do Bonfim e Xique-Xique, em cujo trabalho de proselitismo e de ação, teve atuação destacada o Professor AGOSTINHO JOSÉ MUNIZ, o principal baluarte da entidade e seu mentor intelectual.

Promoveu a Sociedade Beneficente dos Artífices Juazeirenses a sindicalização do operariado juazeirense, a partir de 1934, com o seu Vice-Presidente SAUL ROSAS à frente desse movimento e com o apoio inestimável do Professor Muniz.

Concluída a sindicalização o operariado promoveu a sua arregimentação política, fundando o Partido União Trabalhista de Juazeiro, de âmbito municipal, que alcançou vitórias eleitorais em Juazeiro de 1934 a 1937, quando foi extinto, em consequência do golpe que instituiu o Estado Novo no país.

Neste simples relato, de logo se verifica que a Sociedade Beneficente dos Artífices Juazeirenses concorreu, de maneira altamente significativa, para congregar aquela parcela da sociedade juazeirense que se colocava, naturalmente, na base da pirâmide social. Não sendo ela uma associação de caráter puramente recreativo, mas, de modo especial, de natureza beneficente, pode, contudo, prestar, direta e indiretamente, boa soma de serviços aos seus associados, visto que foi o primeiro teto onde se abrigaram as classes artífices da cidade, para a sua organização, nascendo, ao calor de sua hospitalidade, quase todas as iniciativas locais em benefício do bem estar do proletariado.

## COMPOSITORES MODERNOS

Depois de falarmos nos Maestros e grandes compositores da primeira metade deste século, dentre os quais tanto se destacaram ABDIAS

RIBEIRO — JOSÉ IDELFONSO NERI — SEBASTIÃO CAMILO VALENÇA — EDILBERTO DA MOTA TRIGUEIROS — JOSÉ CUSTODIO DA CUNHA FILHO (que além de excelente compositor, foi, também, o exímio e inolvidável baterista, rei do "jazz-band", em nossa região) — BARTOLOMEU SANTANA — JOSÉ PILÉ DA COSTA e JOSÉ ASSIS, cumpre registrarmos os nomes daqueles que, presentemente, se destacam como grandes compositores juazeirenses.

O primeiro deles — JOÃO GILBERTO, figura destacada no cenário da música popular brasileira, criou o seu estilo próprio e originalíssimo, cognominado de "bossa-nova", do qual é pioneiro, e depois de alcançar grandes sucessos no Brasil, apresentou-se, com êxito, por muito tempo, nos Estados Unidos da América do Norte, para fixar-se, mais tarde, no México. É um nome que honra a nossa terra, no campo cultural da música.

Outros compositores modernos juazeirenses, entretanto, merecem citados, pela beleza de suas composições: WALTER SANTOS — LUIZ GALVÃO — RAIMUNDO NOBRE — GILBERTO MELLO BANDEIRA e JOSÉ MAURICIO NASCIMENTO.

Finalmente, uma palavra de louvor ao Maestro EDUARDO VIEIRA DE MELO, autor da música da Marcha do Centenário de Juazeiro.

## O SÃO FRANCISCO COUNTRY CLUB

Depois de falarmos nos tradicionais clubes sociais de Juazeiro, mister se faz referência ao São Francisco Country Club, que veio trazer à nossa cidade os aspectos de uma fisionomia moderna e atualizada, em consonância perfeita com a prosperidade do município.

Fundado em 1966, como entidade esportiva e social, depois de haver enfrentado fase difícil, em que se dizia ser iminente o seu desaparecimento, tomou novo alento, particularmente sob a administração do presidente NIATOR SAMPAIO DANTAS, transformando-se no que é hoje, um clube que congrega o que há de mais representativo em nossa terra e que é, indubitavelmente, um atestado vivo da capacidade empreendedora de nossa gente, e da sua proverbial disposição de ânimo para as iniciativas tendentes a corporificar aquele atributo que está na alma do povo juazeirense — a sociabilidade.

Dando ênfase ao esporte amadorista, o Country Club construiu nas suas dependências quadras de futebol de salão, de voleibol e de basquetebol, e ainda um conjunto de piscinas, que constituem um grande atrativo, e lhe asseguram uma posição privilegiada na vida social de Juazeiro, podendo ser mencionado como dos melhores clubes existentes no interior da Bahia.



## OUTRAS ASSOCIAÇÕES

Na dinâmica da evolução social de nossa terra, muitas outras iniciativas mereceriam um registro nesta Memória do Município.

Não foi possível, porém, darmos maior amplitude ao presente estudo, pelo que nos contentaremos de fazer apenas ligeiras referências a entidades criadas em Juazeiro e que traduzem, muito bem, o decantado espírito de urbanidade de sua gente e a sua natural aptidão para a vida em comunidade, que tanto humanisa e civiliza o homem: O ROTARY CLUBE JUAZEIRO – PETROLINA, fundado em 20 de junho de 1954, sob a presidência daquele dinâmico e operoso juazeirense que foi AMÉRICO TANURI, prefeito municipal por duas vezes; a ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL DE JUAZEIRO, fundada a 2 de fevereiro de 1947, sob a presidência de ALFREDO VIANA, também prefeito municipal por duas vezes, e figura das mais representativas nos meios econômico-sociais e políticos do município; o CÍRCULO OPERÁRIO DE JUAZEIRO, fundado a 30 de julho de 1950, sob a presidência de JOAQUIM BRAGA JÚNIOR o CLUBE DOS CAÇADORES DE JUAZEIRO, fundado em 4 de novembro de 1954, sob a presidência de TADEU FERNANDES DE SOUZA; o CLUBE SOCIAL RECREATIVO DOS SUBTENENTES E SARGENTOS DO TERCEIRO B.C. DA POLÍCIA MILITAR, fundado a 14 de novembro de 1957, sob a presidência do Sargento LÁZARO BISPO DOS SANTOS.

### ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL E AGRÍCOLA DE JUAZEIRO

No decurso do tempo, a partir de sua elevação à categoria de cidade, foi Juazeiro consolidando a sua posição de maior entreposto comercial na região de São Francisco, notadamente depois da inauguração daquelas duas poderosas alavancas de progresso que foram a Estrada de Ferro da Bahia ao São Francisco e a Navegação do Rio São Francisco.

A cidade cresceu e desenvolveu-se economicamente, mas, ainda lhe faltava um órgão que, oficialmente, cuidasse dos legítimos interesses de suas classes produtoras.

Conscientes da necessidade de instituir uma entidade capaz de agregá-los e, sobretudo, de representa-los perante os poderes constituídos, do País, do Estado e do Município, reuniram-se os comerciantes de maior representatividade de Juazeiro, no dia 29 de maio de 1944, no Clube Comercial, e aí fundaram, nessa mesma data, a Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Juazeiro, que teve, como primeiro presidente de sua Assembléia Geral, e Cel. MIGUEL LOPES DE SIGUEIRA e primeiro presidente de sua Diretoria o Sr. JOSÉ COSTA LIMA, que, sucessivamente reeleito para períodos bienais, na forma estatutária, teve prolongada a sua administração até 1949.

Na gestão do Presidente José Costa Lima a Associação obteve a sua filiação à veneranda Associação Comercial da Bahia, à Associação Comercial do Rio de Janeiro, e à Confederação Nacional de Associações Comerciais do Brasil e, pela lei n. 37, de 15 de dezembro de 1947, sancionada pelo Governador Otávio Mangabeira, em que se convertera o projeto apresentado à Assembléia Legislativa do Estado, pelo deputado Edson Ribeiro, foi a Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Juazeiro considerada de utilidade pública.

Ainda na administração do Presidente José Costa Lima a Associação fez reivindicações junto à Coordenação da Mobilização Econômica, de interesse do comércio de Juazeiro, em torno dos embarques de sal e açúcar, pleiteou melhoria de transportes ferroviários e fluvial, bem assim a abertura de agências bancárias em Juazeiro, e fez-se representar na Conferência de Teresópolis.

Na gestão do Presidente Deoclécio Ribeiro, em novembro de 1952, participou do Congresso das Associações Comerciais do Brasil, realizado no Rio de Janeiro.

Sob a presidência de Yorgy Nicola Khoury promoveu reivindicações no sentido de que a energia de Paulo Afonso chegasse até Juazeiro, no que foi atendida, e apelou para o Governo do Estado da Bahia, no sentido de ser equiparada a alíquota do imposto sobre vendas e consignações à cobrada pelo Estado de Pernambuco, dada a situação geográfica de Juazeiro, como cidade de fronteira.

Na gestão do Teodomiro Mendes da Silva conseguiu a Associação Comercial adquirir a sua sede própria, à Praça Dr. José Inácio da Silva n. 12, inaugurada com grandes festividades e, sob a presidência de Niator Sampaio Dantas foi-lhe dado grande impulso, como órgão de classe, continuando-se a trajetória de serviços prestados à comunidade e reivindicações junto à Secretaria da Fazenda do Estado pela adoção de melhor tratamento tributário para os contribuintes locais.

## COMPANHIA TELEFÔNICA DO SÃO FRANCISCO

Entre os empenhamentos de maior significação para o desenvolvimento econômico-social da cidade, verificados na década de 1950 a 1960, ressalta a criação da Companhia Telefônica do São Francisco, instituída sob a forma de sociedade anônima, e que se destinara a implantar um serviço telefônico em Juazeiro, no Estado da Bahia, extensivo à vizinha cidade de Petrolina, no Estado de Pernambuco, e atividades correlatas, mediante a indispensável concessão dos Poderes Públicos.

Constituída a sociedade, com o apoio e participação acionária de juazeirenses e petrolinenses, a 9 de outubro de 1958, de logo foi eleita a sua primeira diretoria, que ficou assim composta:

Presidente — Américo Tanuri  
Vice-Presidente — Paulo de Souza Coelho  
Diretor Comercial — Miguel Lopes de Siqueira  
Diretor Tesoureiro — Aristófanés Soeiro Braga.

Empossada a Diretoria, naquela mesma data, imediatamente iniciou as providências atinentes à implantação do serviço telefônico, que foi solenemente inaugurado a 15 de novembro de 1959, permitindo as comunicações entre as duas cidades e por intermédio da estação central, através de ligações interurbanas, também com as capitais dos dois Estados — Salvador e Recife.

Atualmente, ainda por meio de chamadas interurbanas, fala-se de Juazeiro e Petrolina para quase todo o país, graças ao extraordinário desenvolvimento que as comunicações alcançaram no Brasil.

### JUAZEIRO — DISTRITO INDUSTRIAL

Durante quase um século, a partir de 1878, quando adquiriu, legalmente, foros de cidade, Juazeiro cumpriu a sua vocação histórica de maior empório comercial da região sanfranciscana, baseando a sua economia, genuinamente, nas trocas comerciais e nas atividades de uma produção rural incipiente e pouco representativa, em termos globais de sua pujança econômica.

Pelos dados estatísticos de 1970, assim se configurava em cruzeiros, a sua produção em números redondos:

Produção comercial — 21 milhões e 500 mil  
Produção agrícola — 6 milhões e 500 mil  
Produção industrial — 2 milhões e 400 mil.

Bastam esses elementos para se conhecer a hegemonia exercida pelo comércio no conjunto de sua atividade econômica.

Com a extensão da rede de energia elétrica da Companhia Hidroelétrica do São Francisco para Juazeiro, e agora, com a próxima conclusão da grandiosa obra da barragem de Sobradinho, alteraram-se, profundamente, as perspectivas econômicas do município.

Daí a implantação, em Juazeiro, do Distrito Industrial do São Francisco, em decorrência da estratégia de desenvolvimento do Governo do Estado da Bahia, que repousa na criação de polos de desenvolvimento no interior, capazes de permitir o seu crescimento ordenado e, de outra parte, contribuir para reduzir as tensões decorrentes da concentração de parques fabris na Região Metropolitana de Salvador.

A deliberação de localizar em Juazeiro a sede do Distrito Industrial do São Francisco resultou, por outro lado, de sua própria situação geográfica, como polo de uma região que abrange cinquenta e três muni-

cípios, em sua maioria baianos, mas também quinze do Piauí e seis de Pernambuco, representando uma área de 227.557 quilômetros quadrados, habitados por mais de 950.000 pessoas.

Demais disso, dispondo de via férrea, ligando a cidade ao porto do Salvador, e a Terezina, capital do Piauí, bem como a Aracajú, Capital de Sergipe, e rodovias pavimentadas que fazem a interligação de Juazeiro, com Salvador, e, igualmente, a todo o sul do país, ao Distrito Federal; e, finalmente, a grande via fluvial do São Francisco, através da qual está, também, interligada com os Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, por via férrea e rodoviária, tem Juazeiro, indiscutidamente, uma posição privilegiada para transformar-se, em futuro próximo, em um polo industrial de grande importância.

São os seguintes as distâncias, em rodovias asfaltadas, de Juazeiro para os seis principais centros do país:

CIDADES	KMS.
Salvador	500
Recife	799
Fortaleza	856
Belo Horizonte	1.643
Rio de Janeiro	1.933
São Paulo	2.225

Além disso, a sede do Distrito Industrial do São Francisco é servida, ainda, pela NORDESTE — Linhas Aéreas, uma empresa regional, com sede em Salvador, que utiliza as aeronaves "Bandeirante", utilizando-se do aeródromo situado em Petrolina, e que já atende a vinte e uma cidades da região e estendendo suas linhas a Belo Horizonte e Juiz de Fora, em Minas Gerais, bem como a São Paulo, Brasília e ao Rio de Janeiro.

Há, ainda, a considerar que o vale do São Francisco representa, em todo o país, uma das mais viáveis localizações para a execução de grandes projetos agropecuários orientados para o processamento industrial e são inúmeros os empreendimentos de criação bovina que, nos anos recentes, vêm sendo implantados na área.

Por igual, passaram a ser objeto de iniciativas de grupos empresariais a implantação de culturas adequadas ao seu clima, utilizando-se grandes áreas e as facilidades de irrigação colocadas à disposição dos grupos financeiros privados pelos instrumentos de ação governamental federal, enquanto o governo estadual concede redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias — ICM —, e, se a empresa for pioneira, no nordeste, terá a isenção total do imposto de renda; ainda que não tenha aquela característica, gozará a empresa que se localizar no Distrito Industrial do São Francisco do benefício de cinquenta por cento desse tributo.

Um dos maiores empreendimentos nacionais na área de irrigação está sendo levado a efeito em Juazeiro, com a implantação da usina de açúcar da AGROVALE, a primeira, no país, totalmente irrigada, e o projeto vem sendo orientado com perspectivas de obtenção de recordes mundiais de produtividade, no setor agrícola. Espera-se que no próximo ano de 1979 esteja produzindo 800.000 sacos de açúcar e milhões de litros de álcool.

Embora as oportunidades se concentrem, com maior ênfase, na agro-indústria, como é o caso da AGROVALE e da NORDIL, que está sendo implantada e se propõe ao beneficiamento de arroz, outras, de caráter meramente industrial, já se encontram em andamento, no setor de pre-moldados, de embalagem-papel e papelão plástico, de sucos e refrigerantes.

No campo mineral, alí se implantou a industrialização de cobre, das minas de Caraíba, um empreendimento gigantesco. Mas não é so, também as nossas jazidas de mármore vem sendo exploradas há longo tempo, e o produto é conhecido até no mercado internacional.

Existem reservas de chumbo, ferro, calcáreo e salitre, no município, que poderão ser objeto de exploração industrial.

Finalmente, as reservas de cromita, produzindo cêrca de noventa por cento (90%) do total da produção do país, e as de magnesita, que se calculam em milhões de toneladas.

Por tudo isso, e agora mais ainda, com a próxima conclusão da Barragem de Sobradinho, que acrescentará 1.050.000 KW à potência instalada do nordeste e permitirá a regularização plurienal do rio São Francisco, com vazão mínima garantida de 2.060 metros cúbicos, além de criar uma imensa potencialidade para a indústria pesqueira no grande lago e as condições de sensível melhoria dos níveis pluviométricos, são bastante alentadoras as expectativas da população juazeirense, em termos de desenvolvimento econômico do município e da região.

É, pois, de euforia, e de esperanças no futuro de nossa terra, a posição adotada pelos nossos conterrâneos, neste ano do seu CENTENÁRIO.

## EPÍLOGO

Situada em vasta planície, à margem do caudaloso, colossal e merecidamente decantado, — em prosa e verso —, rio São Francisco, a nossa amada cidade de Juazeiro modifica, inteiramente, as impressões colhidas por quantos transitam pelos sertões adustos em cujo centro floresceu.

Não tendo, como suas irmãs do litoral, do recôncavo baiano, e do extremo sul do Estado, o encanto das terras verdejantes, pitorescamente emolduradas pelos montes e serranias, nem o privilégio daquelas onde

o clima favorece a existência dos jardins pomposamente floridos, prodigiosa, todavia, ao visitante curioso, um real encantamento.

A calidês de suas tardes não prejudica o embelezamento da urbe, carinhosamente promovido pelos seus administradores, que se não descuidam de proteger e aumentar a arborização, mais numerosa e vicejante do que a de todas as cidades da zona sanfranciscana.

Fronteiriça a Juazeiro, na outra margem do rio, está a bela cidade pernambucana de Petrolina, muito próspera, e com a qual Juazeiro mantém largo intercâmbio econômico e social.

Estão as duas cidades ligadas pela Ponte Presidente Dutra, que foi construída para fazer-se a conexão da rede ferroviária, e que estreitou, mais ainda, o elo de união e a intercomunicação entre suas populações.

Mas nós, que fazemos história, não podemos esquecer os saveiros que em nossa região se chamavam paquetes, e faziam, cotidiana e permanentemente a travessia entre as duas cidades, oferecendo um espetáculo admirável da atividade intensa daquela gente sertaneja.

É uma lembrança da juventude, que paira em nosso espírito, como no de todos os nossos contemporâneos, trazendo-nos a saudade de tempos idos e que muito profundamente falam aos nossos corações, lembrando a satisfação e o enlêvo com que contemplávamos o torvelinho daqueles barcos, singrando, velas pandas, as águas do magestoso rio, ora plácidas e remançosas, ora encapeladas, mormente nas horas verpertinas, em que o ambiente exterior nos convidava à meditação.

Muito deferentemente dos dias trepidantes que hoje vivemos, com o barulho ensurdecador dos veículos motorizados sobre a ponte, a travessia do rio, naquela época era uma festa para os olhos, era poética.

E alí, debruçados sobre a balaustrada do belíssimo cais de Juazeiro, muitos milhares de almas, contemplando os fulgores do sol, sobre as águas e em reverberação nas nuvens, refletiram, silenciosamente, na importância e profunda significação do rio São Francisco, nas suas possibilidades, no seu imenso potencial econômico, e finalmente no seu destino histórico.

Vale, pois, a recordação, para Juazeiro, no seu ANO — 100, **terra e povo unidos num cântico de amor**, daquele seu passado não muito distante.

O São Francisco, essa doação régia da natureza, ao país, tantas vezes exaltado no lirismo e no entusiasmo de espíritos idealistas e patrióticos, mas que não foi, ainda, valorizado economicamente, como devera, por haver-nos faltado a iniciativa, a coragem e a decisão de transformar o seu vale num celeiro imenso, capaz de abastecer o Brasil inteiro, e grande parte do mundo, talvez venha a alcançar este seu grande destino, no limiar da fronteira deste século.

Praza aos céus que assim seja, sob as bençãos de Nossa Senhora das Grotas — excelsa padroeira de Juazeiro.



A impressão deste livro foi uma colaboração  
do Banco do Estado da Bahia S.A.  
e do Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia S.A.  
em homenagem ao centenário da cidade de Juazeiro.





Composto e Impresso  
abc - grafica offset ltda  
Salvador-Ba. Tel.: 243-6036





